



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

JAFFIA ALVES DE MELLO

**Em meio a desafios e conquistas: Ativismo Feminino Popular no Grupo
Espaço Mulher de Passarinho**

RECIFE

2016

JAFFIA ALVES DE MELLO

**Em meio a desafios e conquistas: Ativismo Feminino Popular no Grupo
Espaço Mulher de Passarinho**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como parte das exigências para obtenção do título de Mestre.

**Orientadora: Profa. Dra. Marion Teodósio
de Quadros**

RECIFE
2016

Catálogo na fonte

Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

M527e

Mello, Jaffia Alves de.

Em meio a desafios e conquistas: Ativismo feminino popular no grupo Espaço Mulher de Passarinho – 2016.

102 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Marion Teodósio de Quadros.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Antropologia, 2016. Inclui referências e anexos.

1. Antropologia. 2. Feminismo. 3. Movimentos sociais – Mulheres. 4. Organizações não-governamentais. 5. Poder. I. Quadros, Marion Teodósio de (Orientadora). II Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-197)

JAFFIA ALVES DE MELLO

**Em meio a desafios e conquistas: Ativismo Feminino Popular no Grupo
Espaço Mulher de Passarinho**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como parte das exigências para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: 10 / 08 / 2016

Examinadores da banca:

Marion Teodósio de Quadros (Orientadora)
Programa de pós-graduação em Antropologia – PPGA/ UFPE

Lady Selma Ferreira Albernaz (Examinadora titular interna)
Programa de pós-graduação em Antropologia – PPGA/ UFPE

Alinne de Lima Bonetti(Examinadora titular externa)
Universidade Federal do Pampa -UNIPAMPA

Deixa, deixa, deixa
eu dizer o que penso desta vida
preciso demais desabafar!

Suportei meu sofrimento
de face mostrada e riso inteiro
se hoje canto meu lamento
coração cantou primeiro
e você não tem direito
de calar a minha boca
afinal me dói no peito
uma dor que não é pouca
tem dó!

Deixa, deixa, deixa
eu dizer o que penso desta vida
preciso demais desabafar!

(Ivan Lins / Ronaldo Monteiro de
Souza)

AGRADECIMENTOS

Como já disse Raul Seixas em sua canção os sonhos compartilhando se tornam realidades. Assim, chego ao fim desse trabalho com a nítida sensação de que sua construção se deu em meio a lágrimas, lutas e amores. Dito isso, início os meus mais sinceros agradecimentos a todos que de uma maneira ou outra contribuíram para sua realização.

Dedico inicialmente esta pesquisa as mulheres da minha família, minha avó (*in memorian*), minha tia e minha mãe, que mesmo sem nunca terem ouvido falar sobre feminismo me ensinaram desde a infância as bases dessa teoria que iria permear minhas práticas futuras. Meus mais preciosos agradecimentos à luta, a resistência e caminhos construídos com amor.

Agradeço, a minha mãe, impulsora de todas as minhas conquistas, motivo de todas as minhas lutas, parceira fiel em todos os momentos, o meu vínculo com o amor mais puro e verdadeiro. Obrigada por acreditar que eu posso ir sempre além. Eu te amo, infinitamente!

À minha família e, especialmente, aos meus irmãos e cunhadas pelo apoio, companheirismo e cuidados. E aos meus sobrinhos que renovam as minhas energias e me fazem acreditar em um mundo melhor.

À minha orientadora, Marion Teodósio de Quadros, pelos ensinamentos compartilhados, pela contribuição na minha inserção no campo da antropologia, e por todo o companheirismo ao longo desta pesquisa.

Aos professores(as) do PPGA, em especial as professoras Lady Selma e Josefa Salete pelas relevantes contribuições na banca de qualificação.

As professoras Lady Selma e Alinne Bonetti por aceitarem participar desta banca de mestrado e contribuir nesta pesquisa.

As mulheres do grupo Espaço Mulher de Passarinho, por terem me permitido realizar esta pesquisa e por compartilharem comigo suas experiências e lutas. Obrigada a todas!

Aos meus amigos alagoanos que, mesmo distantes, sempre estiveram presentes afetivamente e torceram por minhas conquistas.

Aos meus amigos pernambucanos, em especial a Maria Samara, Anaira Mahin e Camila Nascimento que me acolheram na minha chegada a Pernambuco e fizeram de sua casa a minha.

As minhas companheiras de militância feminista, em especial a Laudijane Domingues, Avani Santana e Simone César, por me apoiarem ao longo desta pesquisa e por serem

exemplos de força e resistência. Viver com vocês é renovar as certezas de que lutar para construir um mundo melhor é uma luta que vale a pena.

À Anahi Bezerra, que ao longo desses nove anos vem sendo peça fundamental na minha construção enquanto pessoa e profissional. Obrigada pela paciência infinita, por me acalmar nos momentos conturbados, por ser meu ponto de equilíbrio com o universo. Eu te amo!

À CAPES pela concessão da bolsa que me ajudou a realizar essa pesquisa.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo compreender a relação de parceria existente entre o grupo Espaço Mulher de Passarinho (GEMP) e Organizações Não Governamentais (ONGs) feministas. O GEMP se localiza no bairro de Passarinho na Zona Norte do Recife, e se constitui enquanto um grupo de mulheres de bairro, feministas e negras. Suas pautas de reivindicações estão centradas em dois campos de atuação: o campo dos movimentos populares urbanos e do movimento feminista. Analisei como se configuram as relações de poder que atravessam o campo de atuação do GEMP, considerando os conceitos de subjetividade e agência trabalhados por ORTNER (2007). A pesquisa de campo durou 6 (seis) meses e as análises se deram a partir do exercício etnográfico, baseado na observação participante, nos registros de campo e em 5 entrevistas semiestruturadas. Foi possível perceber que o GEMP se aproxima dos ideários feministas de igualdade, contra o machismo e o patriarcado, e dos ideários antirracistas advindos do feminismo negro. Identifiquei que apesar do GEMP e das ONGs atuarem dentro do campo feminista, a relação entre o grupo e as organizações se constitui de forma assimétrica, sugerindo que essas relações estabelecem uma hierarquização entre essas mulheres no campo feminista.

Palavras-chave: Movimento de Mulheres. Organizações de bairro. Ongs. Feminismo. Poder.

ABSTRACT

This study aimed to understand the existing partnership between the group Espaço Mulher de Passarinho (GEMP) and Feminist Non-Governmental Organizations (NOGs). GEMP is located in the suburb of Passarinho, in the north area of Recife, Pernambuco, Brazil, and it is composed as a neighborhood group of feminist and black women. Their claims are focused on two action fields: urban popular movements and the feminist movement. It was analyzed the way power relations that cross the GEMP playing field are set, considering the concepts of subjectivity and agency developed by ORTNER (2007). A field research lasted six (6) months and the analysis happened through ethnographic exercise, based on participant observation, in field records and 5 semi-structured interviews. It could be observed that GEMP approaches the feminist ideals of equality, against masculinism and patriarchy, and anti-racist ideologies arisen from the black feminism. It was identified that despite the fact GEMP and NGOs act within the feminist field, the relationship between the group and organizations is constituted asymmetrically, suggesting that these relationships establish a hierarchy among these women in the feminist field.

Keywords: Women's Movement. Neighborhood organizations. Ngos. Feminism. Power.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Características Sociais das Entrevistadas.....	20
Quadro 2- Censo Demográfico (2010)	30
Quadro 3- Programação do Ocupe Passarinho.....	77

LISTA DE SIGLAS

ABONG: Associação Brasileira de Organizações não-governamentais

AMB: Articulação de Mulheres Brasileiras

CENSO: Cadastro Nacional de Informações Sociais

CMN: Casa Mulher do Nordeste

CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

DC: Diário de Campo

FMPE: Fórum de Mulheres de Pernambuco

GEMP: Grupo Espaço Mulher de Passarinho

MS: Movimentos Sociais

NMS: Novos Movimentos Sociais

ONG: Organização não governamental

RPA: Região Político Administrativa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 METODOLOGIA E CONCEITOS NORTEADORES	16
2.1 METODOLOGIA.....	16
2.2 CONCEITOS NORTEADORES	22
3 CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA	30
3.1 CONTANDO HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE DE PASSARINHO	30
3.2 O GRUPO ESPAÇO MULHER DE PASSARINHO E SUA HISTÓRIA	36
3.3 O GRUPO ESPAÇO MULHER DE PASSARINHO: PRINCÍPIOS NORTEADORES, BANDEIRAS E PRÁTICAS	41
4 FAZENDO ALIANÇAS E DESCORTINANDO CONTRADIÇÕES.....	46
4.1 REVISITANDO A HISTÓRIA: MOVIMENTOS SOCIAIS E O SURGIMENTO DAS ONGS NO BRASIL	46
4.2 PROJETOS EM NEGOCIAÇÃO: O GEMP E SUA PARCERIA COM AS ONGS FEMINISTAS.....	52
4.3 IDEÁRIOS DE FILIAÇÃO: O GRUPO ESPAÇO MULHER DE PASSARINHO, O MOVIMENTO FEMINISTA E O FEMINISMO NEGRO	58
5 ANALISANDO AS RELAÇÕES DE PODER E AS ARTICULAÇÕES POLÍTICAS	66
5.1 OCUPE PASSARINHO	66
5.1.1. O surgimento da ideia	66
5.1.2 O percurso	68
5.1.3 O dia do Ocupe Passarinho	76
5.2 “GANHOS” E “PERDAS” NAS PARCERIAS E NA COMUNIDADE	84
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS	94
ANEXO A – Carta Política do Ocupe Passarinho.....	98
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista.....	101

1 INTRODUÇÃO

A escolha de um objeto de pesquisa normalmente não se dá ao acaso, ele conta um pouco do que somos e do que queremos ser. O campo dos movimentos sociais sempre me foi familiar, nele me formei enquanto sujeito político e aprendi sobre luta e solidariedade. Este campo também me levou a reflexões e questionamentos na busca de compreender mais sobre sua forma de organização, construção de pautas de reivindicações, estratégias para se manter “vivo” e capacidade de reformulação diante de novos contextos políticos.

Nesta pesquisa, tendo em vista a amplitude do campo dos movimentos sociais, centrei meus estudos dentro do campo do movimento feminista, e isso me trouxe de Alagoas¹ para Pernambuco. Pernambuco é considerado, no cenário nacional, como um dos locais onde o movimento feminista se encontra mais bem estruturado, pois aqui se localizam ONGs feministas de renome nacional, coletivos feministas universitários, grupos de mulheres populares, frente de mulheres de partidos políticos, entre outros tipos de associativismo político.

No campo do movimento feminista local, essas diferentes formas de organizações dialogam e estabelecem parcerias, e, tendo como princípio essas relações, meu interesse se volta para estudar as relações do poder que permeiam esse campo e se estas podem vir a se constituir enquanto geradoras de desigualdades e hierarquias entre as mulheres. Assim, optei por deter meu olhar sobre um grupo de mulheres de bairro/base, por possuírem, além do marcador de gênero, outros marcadores, como raça e classe social, que geram outras formas de opressões sobre as mulheres.

Recife é dividido em Regiões Político-administrativas (RPAs), e, na Zona Norte da cidade, está concentrado um grande número de grupos de mulheres de bairro. Nessa área também se localiza o campo desta pesquisa. O Grupo Espaço Mulher de Passarinho (GEMP) atua cotidianamente há 17 anos na comunidade de Passarinho e têm suas pautas de reivindicações atreladas às demandas do movimento feminista e do movimento de bairro. Este é constituído por um grupo de aproximadamente 20 mulheres, com faixa etária entre 35 e 70 anos e que residem na comunidade.

Obtive conhecimento sobre a existência do grupo através da ONG Cidadania Feminina, que possui sua sede no Alto José do Bonifácio, bairro da periferia da Zona Norte

¹ Alagoas é um Estado da região Nordeste do Brasil e faz fronteira com o Estado de Pernambuco. Eu nasci no interior de Alagoas, mais especificamente em Arapiraca, e residi lá até minha vinda à Pernambuco para desenvolver esta pesquisa.

do Recife. Essa ONG é a principal representante da Articulação² do Movimento de Mulheres de bairro da Zona Norte, e, através de sua coordenação, obtive o contato telefônico de alguns grupos de mulheres que integravam a Articulação.

Após algumas tentativas de participar das reuniões da Articulação, que não ocorriam com regularidade, decidi procurar outras portas de entradas para chegar ao grupo. Desse modo, comecei a participar de alguns espaços de discussões voltados para o movimento de mulheres e feminista, e em uma reunião promovida pelo Fórum de Mulheres de Pernambuco, que tratou das conferências municipais de Políticas Públicas para as Mulheres, fui apresentada as integrantes do GEMP. Assim, após uma breve conversa, agendei uma visita à sede do grupo.

Alguns dias antes da data agendada, busquei informações, na internet e junto a alguns amigos que residiam em Recife, de como faria para chegar ao endereço indicado, dificuldade enfrentada por uma recém-chegada na cidade. Após uma busca rápida na internet, observei que a maioria das notícias vinculadas ao bairro de Passarinho tratava dos altos índices de violência existentes na comunidade, o que foi reafirmado no discurso daqueles que eu abordava para perguntar “como eu faço para chegar à comunidade?”. Os meus informantes sempre me questionavam o que eu iria fazer no local e em qual horário eu pretendia ir, pois afirmavam que, durante o período noturno, poderia ser perigoso.

Assim, munida das primeiras informações e impressões, realizei a primeira visita de campo em julho de 2015. Nessa visita, apresentei meu projeto de pesquisa para o grupo e solicitei autorização para poder acompanhar suas atividades cotidianas; permaneci em campo pelo período de 6 (seis) meses.

Neste trabalho, adotei uma perspectiva de pesquisa qualitativa, e, segundo Machado Pais (2003, p. 16), “as análises qualitativas dos usos do tempo são as que melhor permitem evidenciar a vida cotidiana como um domínio de possível emergência e desenvolvimento de tensões e conflitos”.

Através da observação participante, pude compartilhar da vida cotidiana do grupo, acessando sua linguagem, suas percepções e compreendendo a complexidade de suas experiências. Com esse intuito, fui a reuniões, almocei, passei pelo bairro com minhas

²A Articulação do Movimento de Mulheres de Bairro surgiu no ano de 2012 a partir da necessidade das mulheres se organizarem em torno de reivindicações que visassem melhorias na infraestrutura local e a implantação de serviços e equipamentos públicos nos bairros da Zona Norte do Recife. É formada pelas ONG Cidadania Feminina, SOS Mulheres em Alerta, Grupo Espaço Mulher de Passarinho, Grupo de Mulheres Buriti, Santa Isabel e Príncipe da Paz.

interlocutoras, participei de bloco carnavalesco “Sou Gorda mais eu pulo”, oficinas, planejamentos, eventos, entre outras atividades.

Logo, este trabalho tem como objetivo observar as relações de parcerias que o grupo Espaço Mulher de Passarinho estabelece com as ONGs feministas atuantes em seu espaço, identificando suas convergências e divergências e seus ganhos e perdas na construção do fortalecimento e legitimidade da luta das mulheres de Passarinho.

Para isso, me baseei na perspectiva da Antropologia Feminista, que é marcada pela preocupação com as relações de poder e estruturas de desigualdades. A Antropologia Feminista também propõe uma etnografia crítica não silenciadora das mulheres no processo de construção da história dos povos, pois não existe história na qual as mulheres não sejam sujeitos ativos (MOORE, 2009).

Dessa maneira, adotar uma perspectiva feminista em uma pesquisa denota o lugar do qual estou falando, por isso, chamo atenção para o olhar parcial do pesquisador, que não consegue apreender a realidade, mas sim fazer uma interpretação desta (GEERTZ, 2009).

Alguns conceitos que contribuíram para compreendermos as relações sociais que permeiam o campo de pesquisa são: o de Poder, enquanto resistência e dominação, o de Agência e o de subjetividade (ORTNER, 2007).

Visando percorrer um caminho para a construção desta pesquisa, a dividi em quatro capítulos: no primeiro capítulo, me detenho a construir os caminhos metodológicos e os conceitos norteadores deste estudo. No segundo capítulo, “Contextualizando a pesquisa”, busco contextualizar o campo de pesquisa apresentando a comunidade de Passarinho e o GEMP. As histórias de ambas encontram-se interligadas, pois as principais demandas advindas das mulheres do grupo estão voltadas aos problemas de infraestrutura enfrentados na comunidade.

No terceiro capítulo, “Fazendo alianças e descortinando contradições”, faço um breve resgate sobre os movimentos sociais e o surgimento das ONGs no Brasil, para que possamos compreender a forma de atuação das ONGs parceiras do GEMP. Posteriormente, me detive a descrever as parcerias que o GEMP estabelece com as organizações não governamentais feministas e os ideários ao qual se filia nesse campo.

No quarto capítulo, “Analisando as relações de poder e as articulações políticas”, analiso os pontos positivos e negativos decorrente dos processos de filiação, tendo em vista as relações de poder emergentes no campo social e as articulações decorrentes do capital político.

As considerações finais foram destinadas aos apontamentos resultantes das análises realizadas no transcorrer desta pesquisa e que buscam compreender a relação entre o GEMP e ONGs feministas parceiras.

2 METODOLOGIA E CONCEITOS NORTEADORES

2.1 METODOLOGIA

Nesta seção, apresento os caminhos metodológicos percorridos para a realização da coleta de dados desta pesquisa. Este trabalho de campo foi realizado no Grupo Espaço Mulher de Passarinho (GEMP), na cidade do Recife, no período de julho a dezembro de 2015. A pesquisa visou compreender o campo político no qual o GEMP está inserido e quais as estratégias acionadas por ele para seu funcionamento. Entre essas estratégias, me ateei, principalmente, as suas parcerias com as organizações não governamentais (ONGs) feministas.

Os caminhos percorridos para chegar ao GEMP foram longos, pois a proposta inicial deste trabalho era realizar uma pesquisa com a Articulação do Movimento de Mulheres de bairro da Zona Norte do Recife. A articulação é composta por uma ONG (Cidadania Feminina) e por grupos de mulheres de bairro (SOS Mulheres em Alerta, grupo Espaço Mulher de Passarinho, Grupo de Mulheres Buriti, Santa Isabel e Príncipe da Paz). Realizei o primeiro contato com a ONG Cidadania Feminina, principal representante da Articulação, e, em uma visita à sede, na rua Córrego do Euclides, apresentei o projeto e obtive informações sobre o funcionamento.

A Articulação possuía um calendário fixo de reuniões, no qual elas se reuniam na primeira quinta-feira de cada mês. Mas, por vezes, essas reuniões não ocorreram, pois eram substituídas por outras atividades como datas comemorativas e ações conjuntas com outros setores da sociedade. Diante disto, foi necessária uma reconfiguração das estratégias para a inserção no campo, no qual optei, após mapear os grupos, em escolher um entre eles, tendo como critério para sua escolha a atuação contínua.

Para a obtenção dos dados fiz a utilização de alguns métodos de coletas: realizei levantamento de informações documentais sobre o GEMP, observação participante, entrevistas e o diário de campo que contribuiu com as análises posteriores.

O levantamento de informações documentais foi realizado através de recortes de jornal, notícias em sites, documentários e atas do grupo e teve como objetivo conhecer a história do Grupo Espaço Mulher de Passarinho (GEMP) - seu surgimento, suas fundadoras - além de apreender o seu caráter político, suas bandeiras e práticas.

No processo de resgate da história do grupo, observei que ela se encontra diretamente atrelada à história da comunidade na qual está inserida. Passarinho é um bairro da periferia do Recife que apresenta sérios problemas de infraestrutura e escassez de serviços públicos, além de um alto índice de violência. Como forma de resistência, as lideranças da comunidade vêm buscando estratégias para construir um sentimento de pertencimento e de luta junto aos moradores. Isso desencadeou na produção de um documentário intitulado *Muito prazer, Passarinho!*, que visa, através do relato de lideranças e moradores antigos, apresentar a história do bairro de Passarinho, enaltecendo, assim, as lutas travadas pela comunidade para buscar por melhoria na qualidade de vida da população.

No entanto, as conquistas da comunidade por melhorias têm uma relação direta com a atuação do poder público que, por vezes, é omissa na resolução dos problemas. Uma estratégia adotada pelo GEMP — juntamente com outras entidades internas e externas à comunidade — para acessar o Poder Público é através da mídia, por meio de matérias em jornais e ações comunitárias que visam denunciar as condições precárias de moradia, segurança, educação e saúde.

A realização de atividades de rua, blocos carnavalescos, documentários, protestos são uma forma de falar para o governo e para a sociedade recifense que “Passarinho existe, Passarinho está vivo!” (D.C. 10/11/15, Ocupe Passarinho).

O GEMP, desde o seu surgimento, teve suas pautas de reivindicações voltadas para os problemas existentes na comunidade de Passarinho, mas, a partir de sua aproximação com o campo feminista, foi se apropriando e interagindo com os sentidos que eram produzidos nele. A identificação com o movimento feminista e o feminismo negro trouxeram ao grupo novas bandeiras de reivindicações.

O primeiro contato com o Grupo Espaço Mulher de Passarinho ocorreu em uma reunião do Fórum de Mulheres de Pernambuco, que tinha como pauta a Conferência de Política Pública para as Mulheres. A minha ida a essa reunião foi motivada a partir de uma conversa com a coordenadora da ONG Cidadania Feminina³, que havia me informado que, nessa reunião, estariam presentes representantes tanto do movimento feminista como do movimento de mulheres. Ela também me informou o nome de alguns grupos de mulheres de bairro e de suas respectivas coordenadoras. Essas informações contribuíram para que eu conseguisse, a partir das apresentações, identificar as representantes.

Ao término da reunião, me dirigi até as mulheres do GEMP, me apresentei e disse que havia ficado interessada em conhecer o grupo. Elas se mostraram receptivas, mas aparentavam pressa em ir embora, uma delas me informou: *precisamos ir*

³ A ONG Cidadania Feminina é uma organização que integra a Articulação do Movimento de Mulheres de Bairro. Ela possui sua sede no Córrego do Euclides, bairro do Alto do Bonifácio, na Zona Norte do Recife.

porque vamos pegar o ônibus e Passarinho fica distante. Eu rapidamente perguntei se elas poderiam me dar o endereço e um número de telefone para contato. Gerlane disse que iria me passar o contato dela e da coordenadora do grupo que não pôde comparecer a reunião. Ela também me passou o endereço do grupo e me informou que teriam reunião na próxima terça-feira (D.C.09/07/15).

Um dia antes da reunião liguei para Gerlane, que me confirmou o encontro do grupo. Ao chegar ao local, entrei em contato com a coordenadora do grupo e apresentei-me, informei-a sobre meu interesse em conhecer o grupo e realizar a minha pesquisa. Após contar-me rapidamente a história do grupo, desde seu surgimento até os dias atuais, ela me questionou como seria a minha participação no grupo, percebi que ela queria saber com que frequência eu estaria lá e de quais atividades eu gostaria de participar. Respondi que gostaria de acompanhar o cotidiano do grupo, as reuniões sistemáticas, as reuniões em rede, além de outras ações que pudessem surgir durante a minha permanência em campo. Posterior a isso, ela me apresentou para o restante do grupo e informou que eu passaria um tempo acompanhando suas atividades (D.C. 14/07/15).

Durante a realização da observação de campo, entrei em contato com as demais mulheres que integram o grupo, total aproximado de 20 mulheres. Percebi que a participação das mulheres não ocorre de forma regular, algumas participam regularmente das atividades do grupo, enquanto outras passam por períodos de atuação e períodos de afastamento; existem também as que participam apenas nos momentos de atividades festivas.

O GEMP possui um funcionamento contínuo durante o ano, não possuindo período de recesso. No início do ano é realizado um encontro de planejamento, no qual é estipulado um calendário de atividades para o próximo período. Os encontros do grupo ocorrem semanalmente, mas ele atua para além de seu cronograma fixo, integrando a agenda local do movimento feminista e de mulheres.

A partir do campo foi possível observar as demandas apresentadas pelo grupo, suas bandeiras e forma de organização e atuação. O GEMP possui um campo amplo de atuação: se articula com entidades e lideranças da comunidade de Passarinho e com grupos de mulheres, coletivos, entidades e ONGs feministas da região metropolitana do Recife. No campo da representação, participa do Fórum de Mulheres de Pernambuco, da Marcha de Mulheres Negras, da Marcha das Margaridas, da Articulação do Movimento de Mulheres de Bairro, da Articulação Brasileira de Mulheres (AMB), entre outros.

Na sua ação cotidiana, o grupo estabelece parcerias com ONGs Feministas que atuam tanto dentro do grupo quanto na comunidade, estas oferecem assessoria e realizam projetos na sede do GEMP, estabelecendo uma relação de mútua dependência, como veremos mais a adiante.

Ao “estar lá” (GEERTZ, 2009), pude acessar informações que chegavam até mim de maneira informal, na pausa para um lanche ou em uma conversa descompromissada, o que foi

de grande importância para compreender as relações que permeavam nesse ambiente e contribuíram para a superação do abismo existente entre o “nós” e o “eles”. Nesse processo de pesquisa, coube tentar acessar o sistema de significação do grupo, abrindo mão do meu próprio sistema, para, assim, entrar em contato com o modo de pensar das minhas interlocutoras.

O abismo entre o “nós” e o “eles” é um grande obstáculo à compreensão significativa do Outro, um obstáculo que só pode ser superado através de alguma forma de participação no mundo do Outro (GEERTZ, 2009, p. 27).

Com isso, não quero afirmar que, nesse processo, me tornei igual e que as diferenças não existiam, pois, o meu lugar de pesquisadora era demarcado quando elas perguntavam minha opinião sobre discussões que emergiam, na busca de legitimar alguns posicionamentos ou quando me solicitavam esclarecimentos sobre questões teóricas, atribuindo-me um lugar de detentora de saberes teóricos.

No primeiro momento, as demarcações de lugares eram expressas na forma como as mulheres do grupo me recepcionavam e me reservavam uma cadeira mais confortável nas reuniões; e na preocupação de trazerem o café e não me deixarem ir à cozinha durante as pausas para o lanche. Essa demarcação do espaço físico reforçava o meu lugar de visitante dentro do grupo, com alguns privilégios e acesso restrito aos locais tidos como não apropriados para uma pesquisadora.

Ao longo da pesquisa, as atividades cotidianas contribuíram para que essas barreiras fossem reduzidas. Nesse período, acompanhei suas reuniões corriqueiras, reuniões de planejamento, oficinas, eventos e participação em outros espaços e eventos externos. As participações nessas atividades auxiliaram no processo de seleção das entrevistadas, pois permitiram que eu tivesse uma visão ampla sobre o grupo, sobre a atuação das participantes e sobre o espaço de atuação ocupado por elas dentro do GEMP.

Assim, para a realização das entrevistas, selecionei 5 integrantes do grupo. O critério utilizado na escolha buscou atender as diversidades presentes no grupo, como questões de geração, raça e posições (coordenadoras e não coordenadoras) ocupadas dentro grupo. As mulheres selecionadas possuem faixa etária entre 35 e 70 anos, em sua maioria são mulheres negras e participantes do grupo há pelo menos 5 anos, e as razões que as levaram até este vão desde a busca por entretenimento à necessidade de se organizar para lutar contra o machismo e o racismo. Em seguida, apresento o quadro com os dados das entrevistadas.

Quadro 1: Características Sociais das Entrevistadas

Nome	Idade	Estado Civil	Nº de Filhos	Escolaridade	Profissão
Patrícia	66	Solteira	13	2ª série	Doméstica/ Aposentada
Fátima	58	Divorciada	4	Ensino Médio completo	Doméstica/diarista
Evandra	49	Solteira	4	8ª série	Doméstica/diarista
Girlene	47	Enrolada	3	3ª série	Doméstica/diarista
Ceça	36	Casada	2	Ensino Médio completo	Doméstica/diarista

Fonte: Da autora

No intuito de manter o anonimato das interlocutoras, os nomes reais foram substituídos por nomes escolhidos por elas. No transcorrer das entrevistas, tentei evidenciar os discursos e associá-los à prática dessas mulheres, dando destaque para as falas salientadoras das relações de poder e emergentes da relação entre o GEMP e as ONGs feministas. Estas se sobressaíam nas perguntas sobre as parcerias que o grupo firma com outras entidades e sobre os ganhos e perdas resultante destas.

Ao longo da pesquisa foi necessário um olhar atento ao que emergia no campo, principalmente as falas ditas de forma paralela, em conversas informais durante uma pausa para o café ou no aguardo para o início da reunião. A imagem transmitida de que, no grupo, não havia divergências foi sendo desfeita ao longo do campo, pois as participantes, por vezes, discordavam em suas opiniões, chegando a criar um clima de tensão durante as atividades. No entanto, era percebido que a fala predominante era a da coordenação.

O GEMP possui uma coordenação formada por 5 integrantes, que exercem as funções de: Coordenadora Geral, 1ª e 2ª tesoureira e 1ª e 2ª secretaria. As relações intragrupais refletem as relações extragrupais, pois elas não estão dissociadas de relações de poder, de disputas e hierarquizações. Nesse cenário, se evidencia o papel protagonista da coordenadora geral, pois, além de ser uma das fundadoras do grupo, se tornou, ao longo do tempo, a principal militante e representante nos espaços públicos. A fala da coordenadora é vista com maior peso pela demais integrantes do grupo, principalmente entre as que não compõem a coordenação, exercendo, assim, influência nas tomadas de decisões e nos caminhos percorridos pelo grupo.

No início da pesquisa de campo, observei a existência de alguns discursos alinhados quanto à relação entre o GEMP e as ONGs feministas, em que se descrevia uma relação cordial e sem atritos, mas, no decorrer do estudo, algumas problemáticas foram levantadas e se apresentaram insatisfações. O grupo discutia o lugar que ocupava nesta relação e a razão para permanecer enquanto grupo e não se tornar uma ONG, e as discussões tomavam dois caminhos: primeiro, alegava-se a falta de comprometimento de algumas integrantes com as atividades internas do grupo e que, por conta disso, não teriam pessoas que se responsabilizassem pelas atividades cotidianas no grupo caso se tornasse uma ONG; o segundo ponto levantado era voltado para as dificuldades financeiras as quais o grupo poderia enfrentar ao se tornar ONG, pois não poderia receber os projetos de outras ONGs e precisaria concorrer aos editais lançados. Além disso, se sabia que, desde a redução dos investimentos internacionais no Brasil, as ONGs feministas enfrentavam dificuldades para manutenção de suas atividades e os editais advindos dos órgãos públicos eram escassos e com alta concorrência, o que poderia impossibilitar a manutenção da infraestrutura do espaço.

Permanecer enquanto grupo, para o GEMP, significa uma negociação que requer ganhos e perdas. Mas, por vezes, a reflexão sobre qual lugar ocupar não é levada a todos os membros do grupo, cabendo apenas aos sujeitos que possuem um maior acúmulo político, nesse caso, as coordenadoras, avaliar essa posição e decidir os caminhos que o grupo deve tomar. As ONGs parceiras também possuem influência sobre essas reflexões e decisões, o que acaba reforçando a permanência do grupo no lugar atual.

O GEMP é visto por suas coordenadoras como um grupo de bairro, feminista e de mulheres negras. No entanto, a partir de conversas com as participantes, encontrei divergências com relação às definições “mulheres negras” e “feministas”, estas serão exploradas no decorrer dos próximos capítulos.

Assim, saliento que realizar uma pesquisa etnográfica requer de uma pesquisadora iniciante, como eu, uma postura atenta para o que se apresenta no campo de pesquisa, sendo necessário realizar um movimento de aproximação e afastamento (VELHO, 1987) do objeto de estudo. Como também um constante processo de reformulação teórica, visto que, o campo posto não se encontra fechado, e o arcabouço teórico servirá como pano de fundo para o que é apresentado. Portanto, pretendo, a partir de subsídios teóricos e de um olhar crítico, refletir sobre as questões que emergem no campo, sistematizar os dados coletados e evidenciar problemáticas que possam vir à tona.

2.2 CONCEITOS NORTEADORES

Nesta dissertação, utilizarei como base teórico-metodológica a perspectiva da Antropologia Feminista que, segundo Bonetti (2007), no início da década de 1970, era denominada de Antropologia da Mulher, e surgiu em decorrência da crítica realizada por algumas antropólogas às pesquisas etnográficas que silenciavam e suprimiam o papel das mulheres na construção da sociedade. No entanto, compreendemos não ser possível construir a história da sociedade e o conhecimento antropológico sem que as mulheres estejam presentes (MOORE, 1994).

O adjetivo “feminista” adicionado à Antropologia resultou da revisão do ideário de universalização da opressão feminina, que deslocou o interesse da origem da diferença entre homens e mulheres para as formas como as diferenças existentes entre eles se transformaram em desigualdades.

A questão em jogo muda de uma busca pelas vítimas oprimidas de cada sociedade, e pelas formas através das quais esta opressão se manifesta, para uma investigação sobre como cada sociedade organiza os seus sistemas de valores de gênero e como tais sistemas implicam ou não em estruturas de desigualdade. Busca-se chamar a atenção para o fato de que há uma organização das estruturas de gênero, constituídas por relações de poder, que pode transformar diferenças em desigualdades, dependendo do contexto e das combinações que nele assumem (BONETTI, 2007, p.23).

Assim, partindo do pressuposto de que as relações de gênero podem vir a desencadear assimetrias e hierarquizações entre os sexos, as antropólogas feministas trouxeram a discussão para o campo mais amplo da Antropologia, o que ocasionou um clima de desconfiança por parte de alguns teóricos, que utilizaram o pressuposto de que uma Antropologia Feminista realizada por mulheres apresentaria o risco de identificação com o objeto de pesquisa e, assim, poderia vir a comprometer os resultados da pesquisa realizada (BONETTI, 2011).

O ideário de neutralidade e racionalidade advindo das ciências naturais pressupõe uma instabilidade nas pesquisas de caráter engajado, o que tornaria as pesquisadoras feministas, pesquisadoras pela metade. Mas podemos observar, em DAMATTA (2010), que o exercício de transformar o exótico no familiar e o familiar em exótico deve ser prática contínua durante uma pesquisa, pois o processo de estranhamento contribui para que o pesquisador possa observar o que está além do aparente.

Assim, compreendo que o olhar do pesquisador e o conhecimento produzido por ele é situado, como aponta Donna Haraway (1995), e isso é em decorrência da pesquisa etnográfica ser construída a partir de “saberes localizados”.

A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. Esta é uma visão objetiva que abre, e não fecha, a questão da responsabilidade pela geração de

todas as práticas visuais. A perspectiva parcial pode ser responsabilizada tanto pelas suas promessas quanto por seus monstros destrutivos. Todas as narrativas culturais ocidentais a respeito da objetividade são alegorias das ideologias das relações sobre o que chamamos de corpo e mente, sobre distância e responsabilidade, embutidas na questão da ciência para o feminismo. A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto (HARAWAY, 1995, p. 21).

Para, além disso, o pressuposto de neutralidade e da “má” influência da subjetividade é questionado pelas diversas críticas feitas ao positivismo, especialmente dos anos de 1960 em diante.

Muitas feministas compartilham a rejeição do valor das formas de racionalidade, da objetividade desapaixonada e do rigor arquimédiano que deveriam servir de instrumentos do conhecimento. Nesse sentido, elas se ligam de modo ambivalente aos outros céticos do modernismo como Nietzsche, Wittgenstein, Derrida, Foucault, Lacan, Feyerabend, Rorty, Gadamer e aos discursos da semiótica, psicanálise, estruturalismo e desconstrutivismo (HARDING, 1993, p.18).

A proposição de uma descrição densa, na Antropologia, liga-se a essa crítica, na medida em que enfatiza a importância do papel da subjetividade na busca por conhecimento e evidencia que o conhecimento adquirido é sempre parcial e limitado (GEERTZ, 2002). Isso não significa, por outro lado, que deixem de ser observados os requisitos necessários para a aplicação de técnicas de coleta dos dados etnográficos, nem tampouco o tratamento rigoroso e sistemático na análise dos dados coletados.

Logo, esta pesquisa possui um caráter engajado, na qual falo de um lugar predeterminado pela minha experiência enquanto mulher, militante e pesquisadora feminista. A minha experiência, como as de minhas interlocutoras, as mulheres do Grupo Espaço Mulher de Passarinho, foram levadas em consideração no transcorrer desta pesquisa.

A Antropologia Feminista se propõe a realizar uma produção etnográfica crítica voltada para compreender as relações de poder desencadeadas por distintos marcadores sociais que determinam diferentes alteridades.

[...] essa vertente da disciplina antropológica tem um grande potencial inovador e está calçada numa produção etnográfica especialmente crítica, que parte da compreensão da combinação entre contextos, situações e produções de sentido (ATKINSON, 1982) e das alteridades constituídas por distintos marcadores sociais que interagem, como o de gênero na sua intersecção com o poder (BONETTI, 2009, p. 108).

Segundo Ortner (2006), os agentes sociais encontram-se envoltos em uma multiplicidade de relações sociais das quais não podem atuar fora delas, pois eles estão enredados em relações de poder, desigualdade e competição. Nesse contexto, a ideia de agência trazida pela autora se faz relevante, pois não existe uma precedência na relação entre

o sujeito e as forças sociais, mas uma relação fortemente marcada por forças distintas que ocasionam transformações tanto na prática dos sujeitos como na estrutura social.

O grupo pesquisado, Espaço Mulher de Passarinho, constrói sua prática em diálogo com a comunidade de Passarinho, com as entidades do movimento de bairro, com os grupos e ONGs feministas e com o poder público. Estes exercem influência em seu processo de decisão, organização e atuação, ao mesmo tempo em que o GEMP também promove alteração em seus pares. Observo que, na maioria das vezes, essas relações são marcadas por assimetrias e desigualdades, pois exercem uma maior influência aqueles que detêm maior poder, seja em decorrência de capital financeiro, experiência ou capacidade de articulação política.

A agência, nos termos de Ortner (2007), tem como matriz a subjetividade, que, para a autora, se constitui de uma consciência cultural e histórica específica.

Agência não é uma vontade natural ou originária, ela é moldada enquanto desejos e intenções específicas dentro de uma matriz de subjetividade, de sentimentos, pensamentos e significados (culturalmente constituídos) (ORTNER, 2007, p. 380).

Ortner (2007) nos chama a atenção para a tentativa de minimizar as questões de subjetividade dentro do campo antropológico. E recorre aos teóricos da teoria da prática, Bourdieu, Giddens, Sahlins, Sewell Jr. e Geertz, para realizar um resgate da noção de sujeito presente em seus trabalhos. Segundo a autora, Bourdieu e Sahlins possuem uma compreensão similar quanto ao papel da estrutura na formação dos sujeitos. Segundo Bourdieu, o sujeito internaliza estruturas definidas pela cultura e as que são objetivamente reais, essas estruturas externas formam o que ele denomina de *habitus*; já em Giddens e Sewell Jr., mesmo partindo da compreensão de que os sujeitos são construídos culturalmente e estruturalmente, existe uma ênfase na noção de *agência*, que possibilita aos sujeitos se encontrarem, ao menos parcialmente, conscientes e capazes de refletir sobre suas realidades, atuando de forma ativa sobre esta.

O conceito de subjetividade adotado por Geertz é o que mais se aproxima da perspectiva adotada por Ortner (2007), para essa autora, a subjetividade se constitui culturalmente: “culturas são sistemas públicos de símbolos, significados, textos e práticas, que tanto representam um mundo como moldam sujeitos de forma que se encaixem no mundo tal como representado” (ORTNER, 2007, p. 386). Para Ortner (2007, p.385), subjetividades são “estruturas complexas de pensamento, sentimento, reflexões, e similares, que fazem dos seres sociais sempre algo mais do que meros ocupantes de posições particulares e portadores de identidades particulares”.

A noção de *agência* tem uma ligação direta com poder, com relações de desigualdades e assimetrias. A agência como poder pode ser encarada como dominação ou resistência, ou seja, pode se orientar de cima para baixo ou de baixo para cima; quando um indivíduo ou grupo possuem poder pode se considerar que eles detêm mais agência. Quando tratamos a agência enquanto resistência, precisamos estar atentos para como ela se apresenta, pois, nesse caso, a resistência pode se apresentar de 3 formas: como rebelião sincera, como “fazer corpo mole” e como aceitação complexa das categorias e práticas dominantes (ORTNER, 2006).

A agência como poder atua de forma desigual, como veremos no decorrer desta pesquisa, as relações estabelecidas a partir da filiação do GEMP às ONGs Feministas, suas principais parceiras, são permeadas de relações de poder assimétricas, nas quais podemos encontrar mutuamente uma relação de dominação e resistência.

Ao adotar uma perspectiva feminista nesta pesquisa, me ponho a refletir sobre o que é o feminismo: “é difícil estabelecer uma definição precisa do que seja feminismo, pois este termo traduz todo um processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto predeterminado de chegada” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 7).

O feminismo se constitui enquanto corrente teórica de pensamento e enquanto movimento social, tendo sua pauta voltada para a construção de uma sociedade na qual o feminino não seja desvalorizado.

O feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sobre uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e nos de as qualidades “femininas” e “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua globalidade (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 9).

A história do movimento feminista pode ser contada através de suas ondas, na qual a primeira onda do movimento feminista, no Brasil, corresponde ao período entre 1918 e 1937. Nesse momento, as reivindicações estavam voltadas para o campo dos direitos políticos e a principal bandeira de luta era pelo direito ao voto. Nesse período, as mulheres se organizavam através de ligas, recebendo destaque a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher (1918), que mais tarde se tornaria a Liga pelo Progresso Feminino (1919), que teve como sua fundadora a bióloga Bertha Lutz⁴. O direito ao voto no Brasil foi conquistado em 1932, depois de uma forte influência das pressões sociais e da Igreja Católica (MÜLLER, 2013), posterior a essa conquista o movimento se retirou do espaço público.

Segundo Alvarez (2014), na década de 1960, o movimento feminista ressurgiu no Brasil e ficou conhecido como a segunda onda do feminismo. O movimento, nesse período, se

⁴ Bertha Lutz foi uma bióloga brasileira que, após entrar em contato com o feminismo americano e europeu, se tornou uma pioneira na luta pelos direitos das mulheres no Brasil.

organizava em torno da luta por igualdade entre homens e mulheres, suas bandeiras estavam voltadas para questões de sexualidade, autonomia do corpo e inserção das mulheres nas esferas públicas de poder.

O mito de origem também sustenta que as feministas daquele período, todas, se organizavam em coletivos autônomos, autossustentado em base de trabalho voluntário, e se manifestavam regularmente nas ruas pelo fim da subordinação da mulher, pelo fim da ditadura militar, pela anistia e os direitos humanos, pelo direito ao aborto, etc (ALVAREZ, 2014, p. 21).

Apesar da segunda onda do movimento feminista no Brasil ter sofrido forte influência dos Estados Unidos e da Europa, o movimento, no país, possuiu especificidades em decorrência do momento histórico e político pelo qual passava (SARTI, 2004). Os movimentos sociais, a partir da instauração da ditadura militar em 1964, passaram a ter como suas principais bandeiras a luta contra a repressão do novo governo, pela anistia dos presos políticos e pelo direito à liberdade.

Nesse período, o movimento feminista se confunde com os partidos de esquerda, pois a maioria das feministas estava comprometida com o fim da ditadura militar e faziam oposição ao governo de forma clandestina dentro dos partidos políticos. A militância feminista dentro das organizações de esquerda não se deu, e ainda não se dá, facilmente. Pois a questão da mulher ocupou sempre um lugar secundário, visto que, a questão prioritária para essas organizações de esquerda é a luta de classes. A disputa entre o geral e o específico resultou em uma divisão dentro do movimento feminista, pois as militantes que atuavam dentro dos partidos eram acusadas pelas feministas de "não feministas". Alvarez (2014) nos aponta esse cenário, a partir das observações realizadas nos Encontros Feministas Latino-americanos e Caribenhos,

Desde o início, os Encontros foram marcados por confrontos acirrados entre “feministas” e “políticas” e disputas homéricas sobre se as mulheres populares, negras, lésbicas, e “outras” podiam ou deviam ser consideradas “verdadeiras” feministas. Mas a dobradinha “luta específica-militância autônoma” ganhou clara hegemonia na disputa constitutiva do campo feminista naquele primeiro momento (ALVAREZ, 2014, p.22).

Apesar das contradições existentes dentro do campo feminista, e de ideários que buscavam hegemonias, percebe-se que, desde o seu ressurgimento em 1960, esse é um campo plural, no qual múltiplas expressões feministas buscavam espaço para apresentar suas demandas (PINTO, 2003). No final da década de 1970, foi observado que, no interior do movimento feminista e do movimento negro, algumas mulheres negras já começavam a se organizar em torno de suas pautas específicas, pois refletiam sobre as duas formas de subordinação sofridas: a de raça dentro do movimento feminista que secundarizava a questão

da mulher negra e a de gênero dentro do movimento negro que colocava a questão da mulher em segundo plano.

O feminismo negro surge da crítica à visão eurocêntrica e universalizante das mulheres que era difundida pelo feminismo. Segundo Carneiro (2003), essa visão resultou na incapacidade de reconhecer as desigualdades e diferenças existentes entre as mulheres, o que tornou invisível outras formas de opressões que atingiam as mulheres negras, como a de raça e classe. A partir de 1980, surgem várias organizações no Brasil que trabalham com a questão da mulher negra, assim como fóruns e marchas (ALVAREZ, 2014).

No final da década de 1980 e no início da década de 1990, o movimento feminista passa por uma reconfiguração decorrente das alterações ocorridas no campo político, pois este perde seu principal inimigo, o Estado, que agora ocupa um lugar de aliado. Nesse momento, ocorre a institucionalização do movimento feminista, na qual se observa uma migração das militantes para instituições governamentais e para organizações não governamentais - ONGs. Esse fato cria uma divisão dentro do campo político feminista, pois de um lado encontramos as militantes feministas e de outro as feministas profissionais (CISNE, 2014).

[...] podemos dizer que esses setores mais “ONGizados” do feminismo se consolidaram e tornaram-se dominantes, quando não hegemônicos, dentro do campo feminista— ganhando acesso privilegiado ao microfone público e a muitos recursos econômicos e culturais, e assim exacerbando desigualdades já inscritas no campo do feminismo e gerando algumas novas. As inequidades nas relações de poder, sempre presentes em qualquer formação política, a partir dali ficaram explícitas e mais agudas (ALVAREZ, 2014, p. 31).

Na atualidade, tem se condicionado a falar em “feminismos” na tentativa de abranger as diferentes correntes que o compõe. O movimento feminista, a partir da década de 1990, vem sofrendo uma grande influência da perspectiva pós-estruturalista e tem colocado em xeque alguns conceitos basilares da segunda onda do movimento feminista, entre eles a visão essencialista sobre a feminilidade, que tem sua fonte na experiência das mulheres. Algumas teóricas compreendem que estamos diante da terceira onda do movimento feminista, marcada pelo *feminismo da diferença*, no qual é ressaltado tanto as diferenças existentes entre homens e mulheres quanto as diferenças existentes entre as mulheres.

A terceira onda do feminismo procura romper com as universalizações e coloca em desconstrução conceitos valiosos para o movimento feminista, como a categoria política “mulher”. A “mulher” foi sempre o sujeito político do movimento feminista, mas atualmente é um conceito tido como não representativo das especificidades existente entre as mulheres. Para as militantes da terceira onda, a desconstrução dos binarismos e de categorias generalizantes é fundamental para que seja possível a desconstrução da opressão feminina.

Dentro desse campo onde as diferenças são enaltecidas, o movimento feminista negro começa a ocupar espaço e a pautar suas lutas específicas num investimento para "enegrecer o feminismo" (Carneiro, 2003). No entanto, as críticas lançadas sobre a segunda onda do feminismo, com relação a sua ligação com as mulheres intelectualizadas, brancas e de classe média, não me parece resultar em alterações, pois os atuais coletivos e movimentos, que tem surgido sobre a égide da terceira onda do feminismo, ainda continuam sendo constituídos por mulheres brancas, de classe média e intelectualizadas.

No contexto de Pernambuco, encontraremos um campo político plural, constituído por diferentes grupos atuantes na esfera pública; aqui encontramos três das ONGs feministas mais antigas do país (Casa Mulher do Nordeste, SOS Corpo e Centro de Mulheres do Cabo), além de um grande número de coletivos feministas, grupos de mulheres de bairro, frente de mulheres de partido e coletivos universitários. Dentro do campo acadêmico, encontraremos núcleos e grupos de estudos voltados para as questões de gênero e feminismo.

Entretanto, uma das dificuldades enfrentadas, nesta pesquisa, foi a escassez de produções bibliográficas sobre o movimento feminista local, não somente em relação ao eixo central — a relação entre as ONGs feministas e os grupos de mulheres de bairro —, mas também no que se refere a outros temas. Apesar da existência de um movimento feminista efervescente em Pernambuco, ainda são poucas as pesquisas dedicadas a compreender o universo que envolve esse campo de atuação.

Dessa forma, o percurso para construção desta pesquisa se deu entre os estudos que tratavam da institucionalização do movimento feminista, da relação entre o movimento feminista e as ONGs feministas e das produções encontradas sobre o contexto local. Após a revisão de literatura na busca por produção acerca do campo feminista pernambucano, cheguei aos seguintes resultados: a tese de Bonetti (2007), *Não basta ser mulher, tem que ter coragem: uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife-PE*; a dissertação de Danta (2002), *O Feminismo e suas diferenças: o estudo sobre o Fórum de Mulheres de Pernambuco*; e algumas publicações da ONG SOS Corpo e da cientista política, Cristina Buarque. Além dessas publicações, encontrei alguns artigos pontuais.

A ONG SOS Corpo é uma das organizações com maior número de publicações em Pernambuco, seus trabalhos versam sobre temas como: violência doméstica, feminismo

e, principalmente, mulher e trabalho. Já a cientista política Cristina Buarque⁵, referência para o movimento feminista local, tem uma produção voltada para a questão das mulheres nos espaços de poder.

A dissertação de Danta (2002) “[...] investiga a identidade feminista no campo político do Fórum de Mulheres de Pernambuco, a partir dos relatos de suas participantes, que provêm dos mais variados campos da vida social”. Essa dissertação contribuiu para as reflexões sobre a pluralidade presentes no campo feminista local. No que diz respeito à tese de Bonetti (2007), é a que possui maior proximidade com o eixo central desta pesquisa e foi de fundamental importância na compreensão do ativismo feminino popular em Recife-PE. Ao transcorrer deste texto, estabeleço vários pontos de interlocução com essa tese, tentando refletir os pontos de aproximação e coalizões. Com um distanciamento temporal de aproximadamente 8 anos, alguns aspectos do campo político de Recife parecem sofrerem poucas alterações.

Na busca para obter material bibliográfico, realizei uma visita à ONG SOS Corpo no intuito de conhecer a sua biblioteca, mas fui informada por uma funcionária que ela havia sido desativada. Ao perguntar sobre a indicação de produções sobre o movimento feminista local, ela contou-me que essa era uma dificuldade também encontrada por elas, pois existia uma escassez nas produções que tratavam do contexto de Pernambuco. Isso reforçou a importância da realização de estudos nesse campo.

Embora não haja um grande número de pesquisas sobre a temática em Pernambuco, o campo desta pesquisa me oferece as condições adequadas para a realização deste estudo. O GEMP tem sua atuação política desenvolvida dentro do campo feminista, mais especificamente dentro do feminismo negro, e realiza parceria com ONGs feministas, coletivos e outros grupos de mulheres. Segundo sua coordenação, a pauta contra a violência doméstica e antirracista são as principais bandeiras do grupo.

A partir desse cenário, reafirmo a importância da realização deste estudo no Grupo Espaço Mulher de Passarinho, partindo da compreensão de que sua relação com o movimento feminista institucionalizado e com o movimento feminista negro possibilita um caminho para a leitura do campo político local. Assim como nos leva a compreender o ativismo feminino popular em Passarinho. Essa discussão será aprofundada nos próximos capítulos.

⁵ Cristina Maria Buarque é Economista, formada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e possui mestrado em Ciências Política pela mesma instituição. Foi secretária de mulher do Estado de Pernambuco e atualmente é pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco.

3 CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA

3.1 CONTANDO HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE DE PASSARINHO

Para apresentar o Grupo Espaço Mulheres de Passarinho (GEMP), é necessário contextualizarmos o local onde esse grupo surge, pois, sua história encontra-se atrelada à história da comunidade de Passarinho.

A história de Passarinho, contada nesta seção, foi fruto de conversas realizadas com as integrantes do GEMP que participaram do processo de construção da comunidade, assim como de dados obtidos através do documentário⁶ *Muito Prazer, Passarinho!* e de notícias encontradas na internet.

O bairro de Passarinho se localiza na Zona Norte da cidade de Recife, possui limites geográficos com os municípios de Paulista e Olinda. Segundo o CENSO 2010, sua população é composta de aproximadamente 20.305 habitantes, sendo o percentual de 50.98% de mulheres e 49.02% de homens.

Quadro 2: Censo Demográfico (2010)

Localização	RPA 3, Microrregião: 3.3 Distância do Marco Zero (km) ¹ : 10,97										
Área territorial	406 hectares										
População Residente	20.305 habitantes										
População por cor ou raça (%)	<table> <tr><td>Branca</td><td>25,24</td></tr> <tr><td>Preta</td><td>7,75</td></tr> <tr><td>Parda</td><td>66,65</td></tr> <tr><td>Amarela</td><td>0,32</td></tr> <tr><td>Indígena</td><td>0,04</td></tr> </table>	Branca	25,24	Preta	7,75	Parda	66,65	Amarela	0,32	Indígena	0,04
Branca	25,24										
Preta	7,75										
Parda	66,65										
Amarela	0,32										
Indígena	0,04										
Taxa de Alfabetização da População de 10 anos e mais (%)	87,1%										
Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População (2000/2010)	2,79 %										
Densidade Demográfica (habitante/hectare)	49.98										
Domicílios (nº)	Média de moradores por domicílio (habitante/domicílio): 3,5 Proporção de Mulheres Responsáveis pelo Domicílio (%): 41,31 Valor do Rendimento Nominal Médio Mensal dos Domicílios⁶: R\$ 824,02										

⁶ O documentário *Muito Prazer, Passarinho!* foi produzido pelos jovens do movimento comunitário O Grito e contou com entrevistas realizadas com lideranças e moradores antigos do Morro da Conceição que estiveram envolvidos nas reivindicações por melhoria habitacional da comunidade.

Segundo dados do CENSO (2010), o percentual de mulheres chefes de famílias, na comunidade de Passarinho, corresponde a 41,31%. E a renda mensal dessas famílias é, em média, um salário mínimo, o que as caracterizariam, segundo o Cadastro Único da Assistência Social, no perfil de família de baixa renda. Abaixo, a figura 1 apresenta o mapa do bairro de Passarinho e seus limites territoriais.

Mapa do Bairro de Passarinho

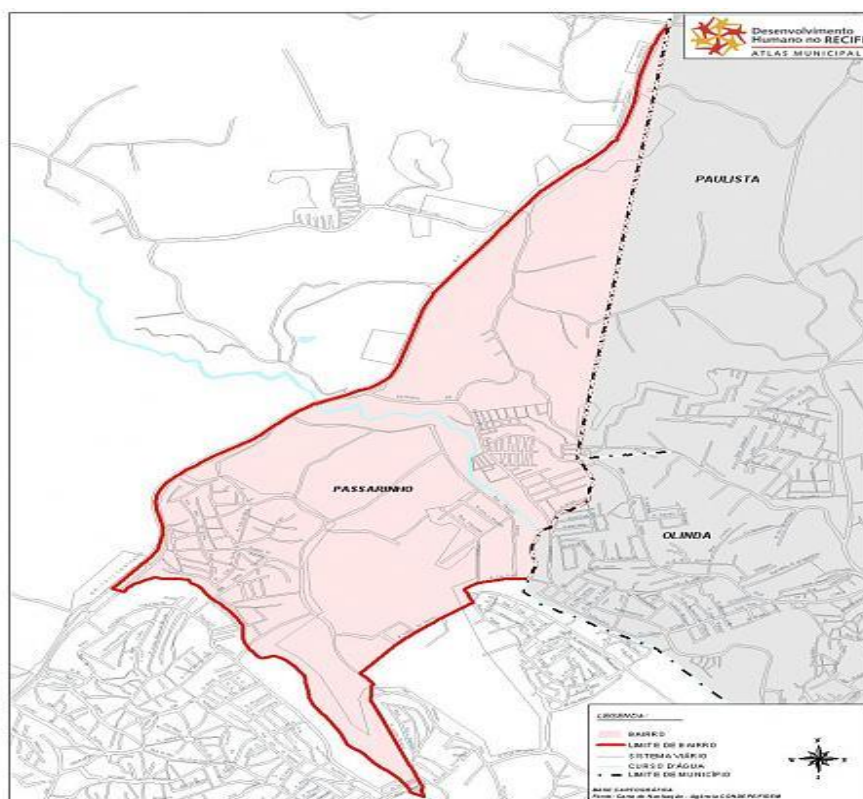


Figura 1: Mapa do Bairro de Passarinho

A comunidade de Passarinho se originou do Morro da Conceição, bairro da Zona Norte do Recife, que também faz parte da RPA3. Na década de 1980, o Morro da Conceição, semelhante ao que ocorria em outros bairros da periferia, enfrentava inúmeros problemas de infraestrutura e escassez de serviços públicos. Isso impulsionou os moradores e a Associação de bairro a reivindicarem, junto aos órgãos públicos, a resolução dos problemas existentes na comunidade, que tinha como demanda principal a construção e melhoria de moradias.

Na busca pelo fortalecimento da comunidade e na luta por melhorias, um grupo de moradores passou a se organizar no Morro da Conceição, sob a liderança de Dona Marluce, tendo a luta por uma moradia digna como sua principal bandeira. A história de vida e de luta de Dona Marluce atravessa a própria história da comunidade de Passarinho. As lideranças

comunitárias e os moradores trazem em seus relatos a lembrança de Dona Marluce como um mártir da comunidade, a representação da luta do povo da periferia, que viveu e morreu pelo sonho de melhorar as condições de vida na comunidade do Morro de Nossa Senhora da Conceição.

Dona Marluce foi uma mulher como muitas que existiram e existem nas periferias desse país, que diante de um cotidiano de dificuldades, busca e encontra força para transformar a realidade. Foi assim que Dona Marluce se tornou uma liderança com forte influência política na comunidade do Morro da Conceição, esteve presente em diversos espaços comunitários que discutiam diferentes problemas vivenciados pelos moradores, nos quais tentava levar a luta por moradia e melhorias infraestruturais como uma demanda importante e urgente.

À medida que ocupava os espaços de discussão, Dona Marluce se tornava uma referência política na comunidade, incentivando outros moradores a participarem mais ativamente da construção dos debates por melhorias das condições de vida, enfatizando a importância do fortalecimento coletivo para a organização e planejamento das lutas por moradia, segurança, saúde, educação e demais demandas da comunidade. E foi na luta por habitação que Dona Marluce participou de maneira mais efetiva e propositiva, aglutinando moradores em torno da causa, organizando atos de reivindicação, construindo caminhos de aproximação e negociação com o Estado, a fim de elaborar projetos que garantissem a efetivação de políticas direcionadas para a comunidade do Morro da Conceição (Documentário *Muito prazer, Passarinho!*).

No entanto, a caminhada de Dona Marluce foi interrompida bruscamente, ela foi assassinada e o crime permanece, até os dias de hoje, sem resolução. Para o povo de Passarinho restou apenas à indignação dos que ainda esperam por uma resposta da justiça. As homenagens da comunidade à Dona Marluce são vistas na fachada da escola municipal que leva o seu nome, Escola Municipal Marluce Santiago da Silva, e na lembrança dos moradores que (re) contam a história “da moradora do Morro da Conceição que morreu lutando por uma vida melhor” para todos que buscam conhecer a comunidade.

Após a morte de Dona Marluce, o grupo de moradores continuou desenvolvendo várias ações na comunidade com o intuito de conscientizar a população e de ganhar visibilidade social, as ações propositivas desenvolvidas chegaram ao conhecimento do então secretário de habitação do Estado, Sr. Pedro Eurico, que, após forte pressão social e reivindicações através de atos públicos, decidiu receber o grupo para uma reunião.

Foi a partir dessa reunião, segundo informações contidas no documentário, que a proposta de melhoria habitacional pensada pelo grupo de moradores do Morro da Conceição se consolidou, dando origem a um projeto piloto construído em conjunto com representantes da Secretaria de Habitação de Pernambuco. O objetivo principal do projeto era identificar as moradias que estavam em áreas de risco e a partir disso fornecer materiais de construção para a melhoria das residências.

No entanto, durante o processo de desenvolvimento do projeto, foi constatado que grande parte das casas e quartos da comunidade eram alugados, ou seja, não pertenciam aos moradores que ali viviam, o que dificultava a regularização documental dos imóveis, além de serem extremamente precárias. Surgiu, assim, a necessidade de reorganizar o projeto traçando outro planejamento habitacional, visando a compra de um terreno a ser loteado e os lotes doados à população para que cada morador construísse sua própria casa.

De acordo com uma das integrantes da coordenação do GEMP, esse processo não ocorreu de forma rápida, o que impulsionou uma luta contínua da comunidade, e, após várias reuniões junto com representantes do poder público durante anos, somente em 1989 foi quando o então governador do Estado, Miguel Arraes, disponibilizou um terreno que foi loteado e doado a 500 famílias do Morro da Conceição, considerando os seguintes critérios: prioridade as famílias que possuíam mais de 3 filhos e famílias que encontravam-se em área de risco.

A notícia se espalhou e logo surgiram grupos vindos de outras comunidades reivindicando também a doação de lotes para construção de habitações. Alguns moradores do bairro São Domingos Sávio e Alto da Teresinha solicitaram ao Governador que uma parte dos lotes fossem destinados às pessoas de suas comunidades que não possuíam casas. Diante disso, após um longo período de negociação, se estabeleceu o seguinte acordo: 300 lotes seriam para os moradores do Morro da Conceição, 100 lotes para os moradores do São Domingos Sávio e os 100 lotes restantes para os moradores do Alto da Teresinha. Assim, surge a comunidade de Passarinho.

O projeto inicial tinha como objetivo construir um bairro planejado e estruturado, atendendo às necessidades dos moradores. Seriam construídas escolas, posto de saúde, espaços de convivência comunitária, além de saneamento básico, iluminação adequada para uma melhor segurança, pontos de vigilância, entre outras estruturas pensadas no intuito de se fazer da comunidade um lugar seguro e com habitações adequadas. Porém, o projeto não foi finalizado e com o passar dos anos a população da comunidade de Passarinho aumentou consideravelmente e, com isso, os problemas de infraestrutura foram potencializados.

O bairro de Passarinho está dividido em três partes: o Conjunto Residencial Passarinho, ou simplesmente Passarinho Alto, no qual seu território dividido atravessa os municípios de Olinda, Paulista e Recife; a Vila Esperança, conhecida popularmente como “Ocupação”; e a Vila Nossa Senhora da Conceição, local onde está sediado o GEMP. Pode-se dizer que a principal diferença entre os territórios da comunidade de Passarinho são as

condições estruturais, pois, apesar de todo o território sofrer com a falta de infraestrutura e serviços públicos, é a Vila Esperança a área que possui os maiores problemas.

A Vila Esperança, ou Ocupação, como é conhecida, existe há mais de 40 anos e é considerada a parte mais precária do bairro de Passarinho. Ela está ligada a Vila Nossa Senhora da Conceição por uma ponte que cruza o Rio Passarinho, e esse é o único meio de acesso da população de ambas as vilas. Tal acesso disponível – a ponte – oferece perigos constantes para a população, pois possui uma estrutura instável e com grande risco de desabamento. Devido à ponte ser a única forma de entrada na Vila Nossa Senhora da Conceição, para acessar os serviços básicos, como escolas, posto de saúde, transporte intermunicipal, a população precisa atravessá-la, uma vez que esses serviços só podem ser encontrados na Vila Nossa Senhora da Conceição.

Abaixo trago fotos da comunidade de Passarinho, respectivamente: Vila Esperança, Vila Nossa Senhora da Conceição e Passarinho Alto.

Figura 2: Vila Esperança/ Ocupação



Fonte: Página do Facebook - Ocupe Passarinho

Figura 3: Vila Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Da autora.

Figura 4: Passarinho Alto



Fonte: Da autora

Entretanto, há ainda outro problema enfrentado pelos moradores da Vila Esperança que necessita atenção: a conquista do título de posse das terras onde residem. No ano de 2014, a empresa Indústria e Comércio Pré-Moldados Nordeste Ltda moveu uma ação de reintegração de posse de 33 hectares de terra que estariam localizados na comunidade de Passarinho; caso fosse executada, tal reintegração retiraria de suas casas cinco mil famílias residentes na Vila Esperança. Mais uma vez a comunidade se uniu e, após várias reivindicações frente a órgãos do governo e a utilização da mídia para divulgação do caso, os

moradores conseguiram o apoio do Ministério Público Estadual, da Defensoria Pública do Estado e de algumas organizações da sociedade civil. Dois dias antes da execução da ação de despejo foi expedido uma liminar indeferindo a reintegração. Assim, o Estado decretou a área da Vila Esperança como sendo de interesse social, nesse caso, o atual proprietário precisa negociar com o Estado um valor indenizatório, essa negociação tem o prazo de dois anos para ser finalizada. Caso não ocorra, o decreto perde seu valor e pode ocorrer a reintegração de posse, o que deixaria as cinco mil famílias sem moradia.

Com relação à Vila Nossa Senhora da Conceição, nesse território estão presentes serviços públicos que atendem a comunidade, entre eles: 1 escola de Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), 1 posto de saúde, 1 creche, que funciona no prédio da associação de moradores e terminal de ônibus. Durante a pesquisa, observei, a partir da fala de membros da comunidade, que os serviços ofertados são insuficientes para atender toda a comunidade, tornando-se pauta principal de reivindicação dos moradores, da associação, de grupos comunitários e das lideranças locais.

A comunidade de Passarinho é considerada um dos bairros mais pobres de Recife. Nesse contexto em que os problemas enfrentados são de ordens diversas – falta água, iluminação adequada, segurança pública, coleta de lixo regular, saneamento básico, entre outras dificuldades –, sua população se constitui através da luta cotidiana por sobrevivência, seus moradores são combativos e lutam por possibilidades melhores de vida, suas mulheres são lutadoras e buscam, através da união, o fortalecimento emocional e econômico para conseguirem modificar a realidade da comunidade. É difícil estar na comunidade e não ser afetado por suas histórias – de vida e de luta –, por sua criatividade e habilidade em se reinventar.

Uma lição aprendida por mim, no convívio com o povo de Passarinho e principalmente com as mulheres do GEMP, é que, apesar das adversidades, é necessário lutar de forma organizada para que a possibilidade de melhoria seja real. “Passarinho está vivo!” (D.C. 10.10.2015).

3.2 O GRUPO ESPAÇO MULHER DE PASSARINHO E SUA HISTÓRIA

“Sou a Negra Balacobaco
Eu que sustento o barraco
Filha da luta na alma
Só a justiça me acalma!”
(Uialá Mukaji).

O primeiro contato do/a pesquisador/a com o local e sujeitos da pesquisa, por vezes, é atravessado por diferentes expectativas, além de ser também perpassado por algumas perspectivas metodológicas com a finalidade de preparar o/a pesquisador/a para a inserção no campo. Assim foi na minha chegada ao Grupo Espaço Mulher de Passarinho, fundado em 1999 e situado no bairro de Passarinho.

A história do surgimento do grupo foi contada pelas mulheres que compunham o GEMP, elas se tornaram as interlocutoras não só da história de constituição do grupo, mas também de como se construiu a comunidade de Passarinho e suas especificidades, uma vez que, por serem moradoras da comunidade desde seu surgimento, possuíam apropriação de informações não documentadas. Durante as reuniões no GEMP, o assunto sobre o surgimento de Passarinho e sobre a criação do grupo era um tema que sempre emergia quando as integrantes relatavam os desafios enfrentados para a consolidação do grupo na comunidade. Segundo elas, o surgimento do grupo não foi formalmente planejado, ele foi forjado no cotidiano das mulheres daquela comunidade.

O Grupo Espaço Mulher, no início, ele foi criado pra ser um grupo de mulheres, pra trabalhar dentro da comunidade fazendo cursos e uns 4 anos depois que ele foi fundado que a coordenadora saiu eu fiquei a frente desse grupo. Como eu já fazia parte do movimento de mulheres, eu fiquei sempre trazendo coisas do movimento, o FMPE, o Curumim, o grupo Papai e outros grupos pra comunidade pra as pessoas irem vendo que tinha movimentos, organizações feministas. A gente se descobriu mulheres negras de 2008, que a gente vinha sempre conversando a questão da mulher negra na comunidade, e a gente se descobriu um grupo de mulher de comunidade, de bairro, feminista e de mulheres negras. Então, esse grupo se descobriu que é um grupo feminista e de mulheres negras, e, assim, o feminismo na gente faz um transformação, né? Porque o feminismo ele luta por igualdade, luta por várias coisas que muitos grupos de mulheres femininas não trabalha e como a gente faz parte do movimento, a gente já tem outra visão, a gente trabalha a questão do corpo da mulher, o tabu da sexualidade, do aborto, então isso são coisas que o feminismo trata que muitos outros grupos não trata né, ou trata só a questão da mulher em si, mas não entrando na sua questão da sexualidade, do gênero, nessa questão que o feminismo trata, e a gente é um grupo feminista mesmo (Entrevista com Fátima, 16/12/2015).

As mulheres de Passarinho, que em sua maioria trabalhavam como empregadas domésticas, utilizavam um transporte alternativo (Kombi) para chegar ao trabalho, durante o percurso conversavam sobre os problemas de infraestrutura e serviços públicos que afligiam a comunidade. Em meio às conversas, surgiu um ambiente propício à reflexão de como as dificuldades vivenciadas pelos moradores da comunidade poderiam ser enfrentadas. Segundo Fátima, durante uma dessas conversas, na Kombi, sobre os problemas de estrutura enfrentados — falta de água, saneamento básico, atendimento regular nos postos de saúde, eleição para o conselho de moradores e violência contra a mulher —, que o marido de uma das mulheres indagou: “vocês nessa Kombi falam sobre tudo, porque vocês não fundam um grupo de

mulheres?’. A partir desse questionamento, as mulheres se organizaram e decidiram formar um grupo, esse seria o local e o momento no qual essas mulheres se encontrariam periodicamente para discutir os problemas da comunidade e encontrar mecanismos de atuação, além de se tornar também um ambiente de fortalecimento para essas mulheres no enfrentamento da violência doméstica sofrida por muitas na comunidade.

O primeiro nome adotado pelo grupo, em 1999, foi As Kombeiras, em alusão ao lugar onde haviam se iniciado as discussões, a Kombi. O grupo teve como fundadoras, Luzia, Ediclea, Vânia e Neide – que veio a se tornar a primeira presidenta do grupo. Segundo as informantes, o grupo, inicialmente, não apresentava um caráter político, se configurava enquanto um local para a execução de cursos em parceria com outras entidades no intuito de fortalecer as mulheres da comunidade a partir da criação de possibilidades da geração de renda própria. O primeiro projeto realizado com As Kombeiras foi um encontro, de duração de 2 dias, como objetivo discutir sobre a saúde da mulher, desenvolvido pela ONG SOS Corpo, uma das instituições que ainda mantém a realização de alguns projetos na comunidade de Passarinho através do GEMP. A aproximação com a ONG SOS Corpo se deu a partir da relação que Ediclea possuía com uma de suas integrantes, a qual informou sobre o projeto, e assim foi decidido desenvolvê-lo em Passarinho.

Um ano após a sua fundação, o grupo passou por um processo de reformulação, que, para Ediclea, decorreu de divergências quanto ao entendimento de como o grupo deveria funcionar. Esse fato culminou na alteração do nome inicial do grupo As Kombeiras para Espaço Mulher de Passarinho – utilizado até os dias de hoje - e no afastamento da então presidente, Neide, por ela possuir uma percepção da condução do grupo destoante das outras participantes. Outra participante do grupo a se afastar foi Luzia, que passou a militar no Sindicato das Empregadas Domésticas de Pernambuco, no qual permanece até hoje. Passadas as modificações, Ediclea viria a se tornar coordenadora e principal liderança no grupo, quadro permanente até os dias atuais. Segundo Ediclea, ela já possuía experiência com grupos de mulheres, pois teria participado de um grupo quando morava no bairro do Morro da Conceição. Na época, fazia parte de um grupo de teatro feminista chamado Loucas de Pedra Lilás. Ediclea está na coordenação do Grupo Espaço Mulher de Passarinho há 15 anos, e quando a questioneei sobre o longo tempo ocupando esse lugar, ela afirmou que sua permanência é em decorrência de não haver outra substituta: “aí então eu fui ficando até hoje” (D.C. 15.07.15).

O Grupo Espaço Mulher de Passarinho (GEMP) é o único grupo de mulheres da comunidade e teve uma participação direta na construção de melhorias no bairro de

Passarinho, pois quando as famílias chegaram ao território existia uma infraestrutura precária, como descrito no tópico anterior, e, durante o processo de reivindicações e luta por melhorias, o GEMP sempre se fez presente, debatendo os problemas da comunidade, articulando instituições parceiras e mobilizando as mulheres na busca de melhores condições de vida. Atualmente, algumas dessas demandas foram parcialmente atendidas, mas ainda existem problemas pulsantes na infraestrutura da comunidade, principalmente no que tange à moradia e segurança pública, que se tornaram bandeiras constantes de reivindicações do GEMP. O grupo segue na luta pela criação e efetivação de políticas direcionadas para as especificidades da comunidade de Passarinho.

Segundo as fundadoras que permaneceram no grupo, Ediclea e Vânia, a identidade política do GEMP foi sendo construída no decorrer da militância e do contato com outros grupos, ocasionando na sua identificação com o feminismo e mais especificamente com o feminismo negro. Assim, as bandeiras do movimento feminista passaram a fazer parte das reivindicações do GEMP, que passou a se denominar como um grupo de mulheres negras e feministas. Atualmente, a coordenação do grupo o define como: “um grupo de mulheres de bairro, feministas e negras” (Ediclea, 17/09/2015). Essa identificação, no entanto, não é compartilhada por todas as mulheres que compõem o grupo, algumas não se autodenominam feministas, chegando, por vezes, a discordarem de algumas bandeiras do movimento.

Desde a sua reformulação no ano de 2000, o grupo vem executando ações e intervenções voltadas principalmente às mulheres negras, como por exemplo, o Projeto Beleza Negra, realizado pela primeira vez no ano de 2008, com o objetivo de valorizar a população negra da comunidade de Passarinho. Outra ação permanente ocorre no mês de novembro, mais especificamente no dia 20 – data em que se comemora o dia da consciência negra –, no qual durante todo o mês é realizado grupos temáticos de debates sobre racismo, discriminação e preconceito; oficinas de penteados e uso de turbante; serviços de beleza, como maquiagem, corte de cabelo e manicure; e, para encerrar o mês, atividades de valorização da cultura afro, como roda de samba de coco e apresentações afoxés e maracatus. O GEMP também possui um bloco carnavalesco que desfila no primeiro domingo após o carnaval. O bloco “Eu sou gorda, mas eu pulo” saiu às ruas de Passarinho pela primeira vez no ano de 2009 e faz uma crítica ao estereótipo da mulata brasileira disseminado pela mídia nacional.

O Grupo Espaço Mulher de Passarinho se enquadra na categoria *grupo* devido a sua situação legal. O GEMP não possui CNPJ, logo não pode atuar enquanto ONG, o que resulta na sua não habilitação jurídica para concorrer aos editais de financiamento de projetos

disponibilizados por financiadoras nacionais e internacionais. Esse fator resulta na falta de infraestrutura para a realização e manutenção das atividades cotidianas, pois a sede do GEMP é uma casa alugada na comunidade, que possui: uma sala que comporta aproximadamente 15 pessoas e é utilizada para a realização das reuniões do grupo; um quarto que serve para guardar materiais e é onde as mulheres realizam os trabalhos artesanais; uma cozinha; e um banheiro. Existe também uma área externa, em algumas ocasiões, utilizada para reuniões no período noturno, pois essa área não é coberta, o que inviabiliza a sua utilização no período diurno.

Diante das dificuldades enfrentadas para manter sua estrutura, o GEMP utiliza como mecanismos para a obtenção de recursos financeiros: a venda de produtos confeccionadas pelas integrantes como, por exemplo, bolsas temáticas e artesanatos, e a realização de parcerias com organizações não governamentais que contribuem com o grupo tanto financeiramente como através da execução de projetos.

O GEMP atualmente é composto por aproximadamente 20 mulheres, com idades entre 35 e 60 anos, que predominantemente trabalham como empregadas domésticas, diaristas ou são donas de casa. Em sua maioria são mulheres negras, com pouca escolaridade e de grupo popular urbano.

No ano de 2008, a ONG Casa da Mulher do Nordeste – Trabalho e Cidadania, em parceria com a ActionAid, se uniu também com o GEMP para a execução do projeto de Sistema de Vínculos Solidários. Esse projeto é realizado com crianças de 03 a 10 anos na comunidade e consiste na busca do “apadrinhamento” de algumas crianças, que escreveram cartas contando suas histórias de vida (local onde moravam, condições de moradia, situação familiar), enviadas juntamente com uma foto de cada criança para os apoiadores da organização (ActionAid). Assim, eles puderam escolher as crianças que seriam “apadrinhadas”, ou seja, seria enviada uma contribuição financeira para que a própria ActionAid, a encarregada de utilizar estes recursos no planejamento, criação e oferta de atividades para as crianças da comunidade de Passarinho, pudesse criar, por exemplo, um programa de alfabetização. Atualmente 280 crianças da comunidade participam desse projeto.

Paralelo a esse projeto, a Casa da Mulher do Nordeste executou outro projeto dentro da comunidade, denominado Meninas nas asas de Passarinhos, realizado com adolescentes, e com o objetivo de introduzir discussões sobre drogas, violência sexual e gravidez na adolescência. A ActionAid também disponibilizou assessoria jurídica para auxiliar no processo de reintegração de posse da Vila Esperança/ocupação.

O GEMP possui ainda outra parceira importante, a ONG SOS Corpo Instituto Feministas para a democracia. O SOS Corpo já realizou alguns projetos no grupo, entre os mais importantes, segundo as integrantes do grupo, está o curso Ciranda Regional de Formação – Formação Política Feminista, que visa o fortalecimento de grupos de mulheres de Pernambuco.

Para além dessas parcerias tidas como principais, o grupo faz parte do projeto do Governo Estadual, Chapéu de Palha⁷, e realiza outras parcerias com outros grupos e ONGs do movimento de mulheres de bairro e feministas, como a ONG Cidadania Feminina, Marcha de Mulheres Negras, entre outros. Além de possuir representações no Fórum de Mulheres de Pernambuco e na Articulação do Movimento de Mulheres de Bairro.

Nesta pesquisa, meu foco será analisar a relação de parceria entre o GEMP e as ONGs CMN e SOS Corpo. A escolha dessas organizações não foi aleatória, pois utilizei como critério as organizações com participação mais ativa durante a realização da pesquisa de campo e que executam seus projetos dentro de uma perspectiva feminista. As organizações escolhidas se denominam enquanto ONGs feministas e possuem um histórico de trabalhos realizados junto a grupo de mulheres populares que são o público alvo de grande parte de seus projetos.

Assim, compreendo que as relações que o GEMP estabelece com as organizações não governamentais contribuem para seu funcionamento tanto no campo estrutural quanto no campo político, cabendo analisarmos, ao longo desta pesquisa, os desdobramentos dessas parcerias e suas tramas e configurações, pois estas inferem de maneira direta nas relações estabelecidas entre as mulheres do grupo, entre o grupo e as ONGs parceiras e entre o grupo e a comunidade de Passarinho.

3.3 O GRUPO ESPAÇO MULHER DE PASSARINHO: PRINCÍPIOS NORTEADORES, BANDEIRAS E PRÁTICAS

O grupo Espaço Mulher de Passarinho (GEMP), como já observado anteriormente, se aproximou aos ideários feministas e antirracistas a partir das demandas que foram emergindo no cotidiano do grupo. Sua articulação junto a outros grupos de mulheres de bairro, à associação de moradores, sindicatos, ONGs feministas e à marcha de mulheres negras

⁷O Chapéu de Palha é um programa social desenvolvido pelo governo do Estado de Pernambuco.

também contribuiu para a construção do sentimento de pertencimento a essas lutas, o que acabou por orientar suas bandeiras e práticas.

Partindo de princípios feministas, como o direito ao corpo, o direito à igualdade, à ocupação de espaços de decisão e poder pelas mulheres, as bandeiras de reivindicações do GEMP incorporam demandas de âmbito local e nacional. No campo local, a principal luta está voltada para a melhoria da infraestrutura da comunidade e pelo direito ao acesso aos serviços públicos, como observamos na seguinte fala:

[...] ah! tem tanta coisa aqui pra resolver, é creche, um posto policial, é escola, porque ela só ensina até a quarta série e na quinta série tem que sair aqui da vila pra estudar fora, e outra o posto de médico não tem dentista, a gente tem que procurar fora, um bocado de coisa aqui tem, se queima um poste de energia...uma lâmpada na rua passa um tempo pra consertar, não tem um clube, não tem uma praça pras crianças brincar, não tem lazer...(Entrevista de Patrícia, 02/12/15).

Desde a fundação do grupo, as dificuldades enfrentadas pela comunidade de Passarinho são pautas presentes nas discussões do GEMP. Assim, o grupo tenta, junto a outras lideranças e associações, construir ações públicas para reivindicar direitos, como exemplo do Ocupe Passarinho, realizado no dia 10 de outubro de 2015; do fechamento da BR 101, que ocorreu por diversas vezes a fim de voltar a atenção das autoridades governamentais para os problemas da comunidade; e da audiência pública na câmara de vereadores.

Entre as principais bandeiras de lutas do GEMP, na esfera local, está o direito das crianças da comunidade à creche. Por não haver uma creche que atenda a demanda das crianças da comunidade, há uma interferência direta no cotidiano das mulheres de Passarinho, pois, por não haver um local seguro e adequado para deixar suas crianças, a inserção e/ou permanência tanto no campo educacional quanto no trabalho é impossibilitada. Assim, a autonomia das mulheres de acesso aos espaços públicos fica ainda mais distante, ou seja, a ausência de creches acaba se configurando em um instrumento de manutenção dessas mulheres apenas nos espaços domésticos, perpetuando a ideia de que somente esse espaço é de fato o local de pertencimento da mulher.

Em um campo mais amplo de atuação, segundo a coordenação do GEMP, o grupo congrega com a agenda nacional do movimento feminista, desenvolve ações de luta contra a violência doméstica, pelos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres e por uma maior representatividade política. Pude observar que há ainda uma maior aproximação do grupo com bandeiras levantadas pelo movimento feminista negro, em especial a luta contra o racismo, temática trabalhada constantemente pelas mulheres do grupo em diversos espaços em que tem acesso na comunidade.

No decorrer da pesquisa, observei como as discussões teóricas eram acessadas pelas integrantes do grupo e como essas mulheres compreendiam a importância desse cruzamento entre prática cotidiana de enfrentamento e perspectiva teórica e política, ou seja, busquei ficar atenta ao processo de apreensão política das mulheres do GEMP a partir das discussões sobre a atuação prática do grupo. O que pude perceber foi que as coordenadoras pareciam estar mais apropriadas dos conceitos e fundamentos teóricos feministas e antirracistas, enquanto as demais participantes apresentavam dificuldades para compreender os conteúdos que lhes eram transmitidos e, por vezes, discordavam em questões polêmicas. Esse distanciamento teórico não se configura enquanto inabilidade prática de enfrentamento, muitas vezes identifiquei os pressupostos feministas sendo trabalhados durante o processo de desenvolvimento de atividades do GEMP, ou seja, mesmo não tendo uma apreensão teórica sobre as perspectivas feministas e/ou antirracistas, as mulheres do grupo realizavam em suas ações e práticas os fundamentos principais dessas teorias, o que só reafirmava a importância do grupo enquanto espaço de resistência.

Um dos motivos principais que dificultava a apropriação do conteúdo teórico pelas integrantes do GEMP está relacionado com a maneira que são transmitidos pelas mediadoras (representantes das ONGs). A linguagem não era familiar àquelas mulheres, a metodologia de debate, muitas vezes, não possuía instrumentos adequados, ou até mesmo não havia um cuidado em se construir um diálogo, o objetivo centrava-se no repasse de informações. Os momentos de formação teórica do grupo se davam através de palestras e oficinas realizadas em parceria com as ONGs feministas, os temas versavam sobre saúde da mulher, violência doméstica, cidadania, direito à cidade, entre outros. Entretanto, quando as palestras abordavam temas distantes do cotidiano dessas mulheres, se afastando das experiências vividas pelas mulheres no dia a dia da comunidade, acabavam contribuindo para a dificuldade de compreensão das participantes. Desse modo, se tornavam conteúdos esvaziados de sentidos significativos, não conseguindo, por vezes, contribuir efetivamente na construção prática do grupo.

As tensões entre as teorias feministas e a prática dos movimentos feministas e de mulheres ocorrem há muito tempo. Segundo Adrião (2008), essa questão já vem sendo discutida desde a década de 1990, em que, nesse momento, o objetivo era estabelecer uma distinção entre os discursos acadêmicos e a ação dos movimentos. No século XXI, a discussão já caminha para as imbricações da relação estabelecida entre esses campos de “atuação” feminista.

O debate sobre a possibilidade de uma ciência e uma epistemologia aos moldes feministas traz a ação de militância com maior proximidade das teorias, fortalecendo o pensamento de que pesquisa e ensino podem estar mais próximos de uma práxis ativista ou militante. Entretanto, as formas de militar podem diferir das usualmente utilizadas pelo movimento feminista, vindo a caracterizarem-se como alternativas de relacionar teoria e ação (ADRIÃO, 2008, p.238 e 239).

O GEMP possui um planejamento de encontros semanais reservados para repasse de informes e organização de atividades, intercalados com rodas de conversas e temas pensados previamente, a partir de uma demanda específica que as mulheres considerem importante ou simplesmente que emergem no transcorrer da reunião, e as participantes do grupo consideraram relevante aprofundar a discussão naquele momento.

Além desse cronograma organizado pelo grupo, quando uma ONG parceira consegue a aprovação de um projeto e direciona seu desenvolvimento para o GEMP, o cronograma de atividades do grupo é pensado e organizado tendo como principal eixo de ação o trabalho a ser efetivado pela ONG. Desse modo, o cotidiano do grupo se volta para o programa de atividades a serem executados pela ONG que naquele momento está desenvolvendo um projeto na comunidade ou no GEMP.

O ponto que precisa ser refletido nesse procedimento é com relação às necessidades que o grupo apresenta, pois compreendo que alguns projetos não correspondem às demandas emergentes do grupo, mas, embora esta seja uma percepção compartilhada por algumas participantes do grupo, percebi que todas as propostas apresentadas durante o período de realização desta pesquisa foram aceitas sem objeção por parte do GEMP.

Alguns dos projetos executados no GEMP têm como objetivo trabalhar perspectivas teóricas de aproximação com princípios feministas que, por vezes, norteiam a prática do grupo. Essas perspectivas estão em constante construção e reelaboração entre as mulheres participantes, pois os distanciamentos ainda são muitos e as incompreensões recorrentes. Quando questionei as minhas interlocutoras: O que é feminismo?, elas tinham certa dificuldade em conceituar o termo. Após muitas trocas de olhares entre elas, algumas tímidas respostas foram surgindo: “É coisa das mulheres! É sobre a luta das mulheres!”. Quando questionadas sobre as bandeiras de lutas feministas, muitas não souberam identificá-las, muito embora essas bandeiras sejam pautadas no cotidiano do grupo.

A dificuldade enfrentada pelas mulheres para se identificar com o feminismo, mesmo este estando diluído em sua prática cotidiana, decorre do estigma envolvendo esse campo teórico de pensamento e atuação. Segundo Albernaz (1996), existe uma noção de nebulosa

feminista⁸, caracterizada por uma representação negativa do feminismo diante da sociedade. As feministas são vistas como mulheres mal-amadas, lésbicas, radicais e que buscam ocupar o lugar dos homens na sociedade, invertendo a relação de dominador e dominado. Esse estigma em torno do feminismo promove uma dificuldade de identificação dos sujeitos com o movimento, e, por vezes, os indivíduos não conseguem atrelar as mudanças sociais ocorridas com a luta travada pelo feminismo, delegando-as a um processo natural de mudança social.

As mulheres integrantes do GEMP, em sua maioria, se denominam feministas, mesmo as que não estão de acordo com todas as pautas de reivindicações do movimento se consideram parte de um grupo maior que luta contra a opressão das mulheres. Fortalecer essas mulheres enquanto sujeitos políticos para atuar em suas realidades concretas precisa ser um dos objetos das ONGs atuantes junto ao grupo, pois é necessária uma atuação que possibilite a construção de uma aproximação do GEMP com a perspectiva feminista, que demonstre a necessidade de se problematizar a realidade que perpassa o contexto da comunidade e das mulheres, potencializando a atuação do grupo enquanto mecanismo de empoderamento e transformação.

Nesse sentido, para refletir sobre a atuação das ONGs (CMN e SOS Corpo) parceiras do GEMP foi preciso fazer uma retrospectiva sobre a relação entre Movimentos Sociais e ONGs com uma perspectiva feminista no contexto nacional, tema central discutido no próximo capítulo.

⁸Para Albernaz (1996), a noção de nebulosa feminista tenta sintetizar a forma de inserção do feminismo na sociedade, a qual se caracteriza por relações opacas, difusas e aliadas a uma representação negativa do movimento.

4 FAZENDO ALIANÇAS E DESCORTINANDO CONTRADIÇÕES

Este capítulo encontra-se dividido em três seções: a primeira tem como proposta apresentar a história, de forma sucinta, do movimento social e o surgimento das ONGs no Brasil, detendo atenção para o processo de institucionalização dos movimentos sociais, em particular do movimento feminista. Na segunda seção, apresentarei como se estabelecem as parcerias entre o GEMP e as ONGs feministas que atuaram na comunidade durante a realização desta pesquisa, quais as atividades desenvolvidas e quais são os pontos de aproximação e afastamento nesse processo. A terceira seção será destinada a apontar os ideários do movimento feminista e do feminismo negro, aos quais o GEMP se filia no processo de construção da sua identidade política.

4.1 REVISITANDO A HISTÓRIA: MOVIMENTOS SOCIAIS E O SURGIMENTO DAS ONGS NO BRASIL

A sociedade é um campo multifacetado, composto por diversas forças sociais que se movimentam na esfera pública através de instrumentos e práticas que pretendem denunciadoras ou legitimadoras das estruturas de poder e desigualdades que se constituem no campo social. É nessa atmosfera de pluralidade de ações políticas que os movimentos sociais encontram terreno fértil para atuar e transformar as realidades de indivíduos e/ou grupos, revitalizando a todo momento o universo da sociedade em consonância com os contextos sociais, culturais e econômicos que o compõem, em um movimento intenso de tensões e aproximações. Segundo Scherer-Warren (2006), a sociedade nunca estará isenta dos conflitos e relações de poder, da luta por hegemonias e por ideais antagônicos.

Os movimentos sociais se configuram enquanto um lugar de potencialidades de transformação social, que são atravessados por diversas dimensões e inferem na dinâmica de construção das sociedades, atuando principalmente como polos de resistência. Nós os vemos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural viabilizadoras de distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas (GOHN, 2013, p.13).

Revisitando os processos de constituição dos movimentos sociais, percebemos uma divisão em duas linhas principais, uma fundamentada na teoria marxista clássica e outra na teoria de ação coletiva. De modo geral, ambas consideravam a ação política dos sujeitos a partir do nível da estrutura econômica. De acordo com Gohn (2006), a partir da década de

1960, uma nova maneira de pensar os movimentos sociais emergiu no campo dos estudos e pesquisas acadêmicas, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Uma vez que os movimentos sociais se desenvolvem imersos na sociedade, sua constituição também é transformada à medida que novas configurações sociais e culturais surgem; nesse processo, as lutas de classe contra as desigualdades de base material, aos poucos, se tornaram insuficientes frente à ampliação dos desejos por democracia e liberdade, desse modo, ocorre uma contemporização das matrizes clássicas de atuação dos movimentos sociais. "A novidade maior dos Novos Movimentos Sociais – NMS reside em que constituem tanto uma crítica da regulação social do capitalismo como uma crítica da emancipação social socialista tal como ela foi definida pelo marxismo" (SANTOS, 2008, p.258).

No contexto da América Latina, devido às especificidades da realidade concreta dos países latinos - um processo de militarização dos governos que produziam conflitos e exigiam dos movimentos sociais uma atuação diferente das realizadas nos Estados Unidos e na Europa -, os grupos de resistência se localizavam principalmente em movimentos populares, ou seja, em movimentos sociais que surgiram na luta pela redemocratização dos países e pela dilapidação da força de trabalho.

No Brasil, a década de 1980 pode ser considerada como os anos dourados para os movimentos sociais, tanto em sua atuação concreta como na produção de estudos sobre os processos vivenciais desses movimentos, e uma das principais características dos movimentos sociais brasileiros era sua heterogeneidade: composto por grupos que lutavam pelas "Diretas Já", pelo movimento operário, pelo movimento de mulheres, ecológicos, do empoderamento do povo negro e o movimento LGBT (GONH, 2006).

A partir do processo de surgimento de uma nova formatação social, a prática dos movimentos sociais também exigia uma construção de novas estratégias políticas, novas formas de participação social, que se caracterizaram por uma atuação mais próxima do Estado, não mais entendido como um inimigo, mas como um mecanismo de acesso aos direitos civis, sociais e políticos. Ou seja, um cenário distinto começa a se estabelecer no Brasil como consequência do processo histórico de redemocratização e instauração da Constituinte de 1988. Embora essas alterações nas relações entre Estado e sociedade civil tenham trazido novas maneiras de construção e efetivação de políticas públicas, também podem ser vistas como um ambiente favorável ao surgimento de formas veladas de cooptação estatal, provocando alterações profundas na forma como os movimentos sociais pensam e constroem suas práticas de resistência.

Militantes, assessores e simpatizantes deixaram de exercitar a política por meio da atuação nos movimentos sociais, movidos pela paixão, pela ideologia ou por acreditar em algumas causas e valores gerais. A profissionalização ou "liberação" (estar apenas a serviço do movimento) produziu efeitos contraditórios. Criou uma camada de dirigentes que cada vez mais se distanciou das bases dos movimentos, se aproximou das ONGs e se ocupou de elaborar pautas e agendas de encontros e seminários [...] (GONH, 2006, p.286).

Esse novo momento dos movimentos sociais no cenário brasileiro se dá a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, ocorrendo um processo de criação de estruturas macrocentralizadoras dos MS através de ONGs. Consequentemente há também uma redefinição das lutas sociais e dos campos de atuação, o que, por vezes, provocou algumas rupturas dentro dos MS, mas, em contrapartida, a partir do surgimento das novas formas de opressão que extrapolavam as relações de produção material, as lutas sociais e os campos de atuação denunciam o desequilíbrio social e cultural presente na construção das relações sociais. Além disso, novas formas emancipatórias no movimento emergem juntamente com o processo de modernização tecnológica social, que se tornam possíveis devido às novas demandas também surgidas na década de 1990.

Na década de 1990, a história dos movimentos sociais e das ONGs se cruzam, atravessada pelo modelo de desenvolvimento socioeconômico brasileiro desse período. O Estado passou por uma redefinição do seu papel em relação à sociedade e suas dimensões, principalmente a econômica, mas também bases sociais e políticas passaram por modificações estruturais a partir das mudanças no cenário econômico.

Invertem-se relações, pois o informal é apresentado como plataforma para a retomada do crescimento econômico e, ao mesmo tempo, como estratégia de desenvolvimento das capacidades humanas, desde que as ações relacionadas tenham como objetivo a elevação da produtividade. As políticas do Estado, que, ao normatizar aquele setor, levam a que situações informais de trabalho ou de habitação sejam redefinidas, de modo a não mais serem percebidas como excludentes e negadoras dos direitos de cidadania (GOHN, 2006, p.297).

Diante do enfraquecimento do mercado formal, a relação de trabalho, que anteriormente era o centro da luta dos trabalhadores que reivindicavam melhoria nas condições trabalhistas, perdeu sua força mobilizadora e enfraqueceu os sindicatos, pois, no mercado informal, devido às políticas integrativas do Estado, os modos de organização dos movimentos sociais apresentavam maior dificuldade para funcionar, uma vez que essa forma de integração exigia a interlocução com organizações institucionalizadas. Nesse contexto, as ONGs passam a ganhar maior importância, pois, através das políticas de parceria com o poder público, passam a deter um controle dos diversos processos por se constituírem como avalistas dos recursos econômico-monetários. Desse modo, os principais fatores contribuintes

para a modificação da dinâmica dos movimentos sociais foram: a crise econômica deflagrada na década de 1990, que acabou por diminuir os empregos na economia formal; as políticas integrativas da economia informal, que possibilitou a fragmentação das atividades de produção e das relações sociais; e o suporte das ONGs enquanto estruturas de organização de diversos setores sociais (GOHN, 1992).

Os movimentos sociais populares perdem sua força mobilizadora, pois as políticas integradoras exigem a interlocução com organizações institucionalizadas. Ganham importância as ONGs por meio de políticas de parceria estruturadas com o poder público, que, na grande maioria dos casos, mantém o controle dos processos deflagrados enquanto avalistas dos recursos econômico-monetários (GOHN, 1997, p. 297).

Uma nova concepção de sociedade civil, que reivindicava espaços políticos e o direito à participação social, possibilitou a ampliação da relação entre Estado e sociedade, que teve como um dos resultados o reconhecimento da legitimidade de uma diversidade de instituições localizadas entre o mercado e o Estado. Essas instituições mediavam a relação entre indivíduos organizados em coletivos e as instituições governamentais. Nesse processo, as ONGs se constituem enquanto uma ponte de articulação entre o estatal e o não estatal, fazendo emergir novas práticas civis. Sendo assim, movimentos sociais e ONGs se configuram como estruturas possibilitadoras do desenvolvimento de sujeitos e comunidades orientadas a partir de princípios éticos e de solidariedade, não mais atrelados somente a participação nos meios materiais de produção.

Pode-se dizer que, na década de 1990, houve, então, um processo de redefinição no cenário das lutas sociais. O movimento popular rural cresceu e espalhou-se por todo o país, no qual o MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - se tornou o maior movimento popular do Brasil. Novos movimentos sociais, que possuíam bandeiras centralizadas nas questões raciais e/ou de valorização da vida, passaram a se organizar a partir de instituições plurais e de âmbito nacional. Mas outras novidades merecem destaque no que se refere às mudanças nas ações coletivas nos anos de 1990: o fortalecimento de redes e estruturas nacionais de movimentos sociais coordenadas por ONGs e o surgimento e desenvolvimento de movimentos internacionais, ou seja, grandes ONGs internacionais (GOHN, 2006).

A década de 1990 é também marcada pela crise de mobilização dos movimentos sociais, mais especificamente a crise dos movimentos populares urbanos, decorrente de uma mudança no perfil da nova militância e das transformações ocorridas no campo político. Os movimentos populares urbanos têm como característica principal a heterogeneidade de suas demandas, sendo que o que os unificavam eram as reivindicações voltadas para a precariedade socioeconômica e de serviços públicos (GOHN, 1997/2013).

Diante da mudança na conjuntura política, os movimentos sociais populares urbanos precisaram se reconfigurar para se adaptar as mudanças do novo cenário e começaram a funcionar em forma de redes.

As redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados – dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações – e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores. Ainda que esse diálogo não seja isento de conflitos, o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos da cidadania vêm permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural (SCHERER-WARREN, 2006, p. 115 e 116).

As redes de movimentos sociais se apresentam como as configurações das ações coletivas no contexto social contemporâneo, desempenhando um papel estratégico de articulação entre os âmbitos social, cultural e político. As organizações de movimentos em rede conectam simbolicamente sujeitos sociais e atores coletivos, instrumentalizando o movimento e se tornando partes constitutivas da sociedade. Essa nova forma de recuperação do espaço público possibilita a resignificação das ações coletivas em um contexto de articulações e conflitos, que exige uma complexa atuação que abranja os atores que compõem a sociedade. Uma das principais características da ação coletiva contemporânea é a volta dos atores coletivos à esfera pública (GOSS e PRUDÊNCIO, 2004).

Nesse processo de construção de novas leituras da realidade é possível também se atribuir novos significados às transformações sociais, superando antigos formatos que dificultavam o direcionamento das lutas. As reivindicações dos movimentos sociais que estavam voltadas para a estrutura e a economia se descentralizaram e abarcaram demandas específicas, como as de gênero, étnico-raciais, portadores de deficiências, ecológicas, entre outras.

O movimento feminista tem se articulado em rede dentro da sociedade contemporânea e tem demonstrado que as agendas feministas perpassam fronteiras locais e atingem um âmbito global. Ele se constitui por meio da relação entre os indivíduos, organizações e campanhas nacionais e internacionais que possibilitam, em certa medida, o diálogo entre diferentes realidades agora interligadas em torno de bandeiras de lutas comuns. Dessa forma, as reivindicações contra as opressões e relações desiguais sofridas pelas mulheres, que, em maior ou menor escala, existe em todas as sociedades, acaba se tornando uma luta global.

O funcionamento em rede tem possibilitado ao movimento feminista uma atuação mais diversificada e a construção de uma rede de relações com variadas organizações, grupos e coletivos. A utilização da internet como ferramenta de atuação também tem se intensificado e possibilitado que mulheres de diferentes localidades possam se comunicar e fortalecer suas

lutas através de campanhas e articulação para realização de eventos. Algumas organizações possuem uma atuação internacional, estando presente em vários países, como no caso da Femen⁹, originária da Ucrânia, hoje com adeptas em diversos países.

É importante ressaltar que o funcionamento em rede aglutina sujeitos políticos que apresentam projetos e objetivos incomuns, mesmo que pontuais. No entanto, esse fator não dissolve as relações de poder, que continuam existindo dentro do campo. Os grupos com maior prestígio e estrutura para funcionamento acabam exercendo uma relação de poder e tensão sobre os outros elos da rede, o que acaba direcionando as prioridades dentro do campo, ou seja, as bandeiras tidas como principais decorrem do poder de influência política/financeira de alguns grupos.

O Grupo Espaço Mulher de Passarinho, estudado nesta pesquisa, também funciona através do estabelecimento de parcerias. Este constrói sua rede na comunidade de Passarinho através das alianças estabelecidas com as lideranças e organizações locais, tais como, a associação de moradores de bairro e conselheiros tutelares. O grupo também funciona em rede com as ONGs setorializadas – ONGs feministas e étnicas –, com os coletivos feministas e outros grupos do movimento de bairro. O funcionamento em rede se mostrou essencial, por exemplo, no processo de construção do evento Ocupe Passarinho, no qual os diferentes grupos se articularam para a realização da atividade.

O evento Ocupe Passarinho foi construído de forma coletiva e contou com as ONGs já parceiras do GEMP em outros projetos e que, por meio de sua influência, ajudaram a acionar outros grupos que trabalham com a questão de gênero e do direito à cidade. Os grupos convidados não atuavam permanentemente na comunidade, alguns deles jamais haviam ido até o local, mas atenderam ao convite e participaram do evento. Os coletivos feministas Diadorim, Feminismo agora e Cabelação realizaram oficinas no dia do evento, e o bloco carnavalesco Ou vai Ou racha fez uma apresentação cultural. Esses coletivos são conhecidos pela forte atuação nas redes de comunicação virtual e principalmente na utilização das redes sociais para divulgação de suas ações e para mobilização de outros atores políticos.

Nesse processo, as ONGs feministas (CMN e SOS Corpo) ocuparam um lugar de interlocutores privilegiados entre o Estado, os movimentos sociais e o grupo. Suas atuações se davam de uma forma tão eminente que ora elas pareciam atuar enquanto assessoras do grupo,

⁹ Femen é um grupo feminista, fundado em 2008, na Ucrânia, mas atualmente possui sua sede em Paris. O grupo tem ganhado notoriedade mundial em decorrência de suas intervenções públicas feitas com as integrantes de topless.

ora se confundiam com o próprio movimento social, evidenciando, assim, uma característica que vem marcando o movimento feminista no contexto de Pernambuco.

Durante o almoço, após o pré-ocupe preparatório para o palanque feminista, sentome em uma mesa junto com Patrícia e outras integrantes do grupo; pergunto se elas gostaram da atividade, Patrícia responde, em poucas palavras, “Gostei sim, é bom falar sobre os problemas, né?”. Apesar de todas estarem focadas em realizar suas refeições, fiz mais um investimento para tentar continuar a conversa e perguntei se elas já haviam realizado outras atividades com a facilitadora da ONG SOS Corpo que tinha conduzido a atividade. Patrícia, que estava ao meu lado, mais uma vez me respondeu “a gente já conhece ela de outras atividades, do fórum, do SOS, das caminhadas, mas parece que ela anda meio doente e afastada” (D.C. 03/10/2015).

As posições assumidas pelas ONGs parecem gerar, nas integrantes do grupo, certa confusão acerca dos papéis que deveriam ser desempenhados por elas e pelas organizações, que se posicionam de maneiras distintas; a depender do contexto elas se identificam mais como movimento social ou como intermediador entre o Estado e a sociedade civil. Na relação entre as organizações e o grupo, no que tange à atuação política e à ação prática deste, as organizações ocupam um espaço protagonista na condução desse processo, apontando caminhos, estratégias e pautas importantes. Entretanto, nesse processo, o GEMP não é tão passivo, ocorrendo, assim, episódios de resistência à condução das ONGs, o que provoca tensões entre eles.

A partir desses encontros e desencontros, compreendendo que a relação entre o GEMP e as ONGs feministas parceiras são essenciais para entendermos como é forjado o ativismo político dessas mulheres, na próxima seção, busco apresentar como essas parcerias foram estabelecidas e qual a sua importância para o Grupo Espaço Mulher de Passarinho.

4.2 PROJETOS EM NEGOCIAÇÃO: O GEMP E SUA PARCERIA COM AS ONGS FEMINISTAS

O campo feminista se constrói enquanto um campo em disputa, no qual as relações de poder, os conflitos e as lutas políticas e ideológicas fazem parte da sua constituição. Esse não é um campo pré-político ou para político, e sim um campo político que se encontra em constante movimentação, se reconfigurando, se desestabilizado e construindo novas formas de atuação social que atendam aos contextos apresentados.

Esses espaços discursivos, em si mesmos, constituem formações nitidamente políticas nas quais a cidadania é construída e exercida, os direitos são imaginados, e não só demandados, as identidades e necessidades são forjadas e os poderes e os princípios são negociados e disputados (ALVAREZ, 2014, p.19).

Dentro desse campo plural, as militantes feministas se organizam politicamente de distintas maneiras, em grupos de mulheres de bairro, frente de mulheres de partido, ONGs feministas, coletivos universitários e marchas. A escolha por uma determinada forma de se organizar politicamente perpassa pelas questões teóricas e pela experiência vivenciada por cada mulher. Mas, apesar das experiências e formas de organizações serem distintas, é possível encontrar pontos de equivalência entre elas, pois essas mulheres são marcadas pelos estigmas construídos culturalmente em torno do conceito de feminilidade, os quais destinam às mulheres o lugar da maternidade, da fragilidade e do cuidar, que acabam por atravessar a realidade de diferentes mulheres em diversos contextos e ainda se encontram enraizados no espaço público e doméstico.

Assim, a crescente presença das mulheres nos espaços públicos não significou sua saída de um espaço privado, e esse ponto se torna relevante quando reflito sobre uma das principais dificuldades apresentadas por minhas interlocutoras para o engajamento e permanência na militância. Conciliar o cuidado com a casa e os filhos à atuação no grupo exige que essas mulheres reconheçam no GEMP um espaço de resistência e de construção de novos sentidos, no qual, a partir da luta contra a opressão feminina, seja possibilitado um caminho de modificação do que está posto socialmente. Outro fator relevante observado durante o trabalho de campo é que as participantes mais ativas do grupo (maior presença nas reuniões e demais eventos) não se encontram mais em idade reprodutiva, ou seja, apesar dessas mulheres ainda contribuírem para a criação dos netos, não são mais as responsáveis diretas pelo cuidado das crianças, o que possibilita maior mobilidade para participar das atividades, mesmo aquelas fora do Estado, como no caso da marcha das margaridas¹⁰.

Diante do contexto conflituoso entre militar e cuidar da vida doméstica e profissional, as organizações que possuem um capital financeiro adotam, como estratégia para garantir a militância constante de suas integrantes, a profissionalização militante, que se caracteriza pela contratação das militantes continuamente ou durante a execução de algum projeto aprovado. No entanto, esse quadro só é encontrado em ONGs com boa estrutura financeira para arcar com esse compromisso, grupos e demais organizações normalmente não possuem estabilidade econômica para isso.

Observo que o grupo estudado apresenta algumas dificuldades para seu funcionamento, entre elas a financeira, não apresentando o suporte necessário para possuir um

¹⁰ A Marcha das Margaridas é uma ação realizada desde 2000 e integra o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; a marcha mobiliza mulheres por todo o país. Em 2015, a marcha foi realizada na cidade de Brasília e contou com a participação de 5 integrantes do GEMP.

quadro de profissionais militantes atuantes no grupo. A contribuição mensal de algumas integrantes, e principalmente o apoio financeiro das ONGs feministas parceiras, é que garante a sua manutenção, pois, como já visto anteriormente, o grupo não pode concorrer à maioria dos editais lançados para a realização de projetos.

Sendo as parceiras mais relevantes do GEMP, apresentarei as ONGs Casa Mulher do Nordeste e SOS Corpo:

As principais parceiras do grupo são as ONGs Casa Mulher do Nordeste e o SOS Corpo. Essas organizações estão entre as mais atuantes do país e são reconhecidas nacionalmente e internacionalmente pelos projetos desenvolvidos no campo dos direitos das mulheres. Segundo dados obtidos no site da Abong, a CMN e o SOS Corpo estão entre as três organizações não governamentais feministas mais antigas do Brasil, sendo fundadas, respectivamente, nos anos de 1980 e 1982.

A ONG Casa Mulher do Nordeste – Trabalho e Cidadania têm como objetivo¹¹ contribuir para a autonomia econômica e política das mulheres, sempre formulando seus projetos de atuação com base no feminismo; sua missão está relacionada às questões econômicas relativas à mudança das relações das mulheres com a produção. Além disso, tem como apoiadores as organizações internacionais ActionAid, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), a Oxford Committee for Famine Relief (OXFAM) e, no âmbito nacional, a Petrobras.

No caso da ONG SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, sua missão¹² é buscar a igualdade de gênero através do empoderamento das mulheres nas diversas dimensões do campo social, potencializando o discurso político das mulheres através de formações e capacitações sobre temas pertinentes na sociedade contemporânea. O SOS Corpo possui uma vasta produção bibliográfica sobre temas de interesse das mulheres, como mulher e poder, participação política, direitos reprodutivos, movimento feminista e de mulheres, entre outros. Entre seus apoiadores estão: a Fundação OAK, Fundação Ford, Organização das Nações Unidas — Mulheres (ONU Mulheres), Ministério da Saúde, Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), entre outras.

O financiamento das ONGs é advindo de fontes distintas. Quando as ONGs surgiram, no Brasil, receberam um forte apoio da cooperação internacional, mas, com a migração desse capital para outros países, os investimentos foram reduzidos, o que tem repercutido diretamente no fechamento de algumas organizações no país. Isso levou as organizações a

¹¹ Dados obtidos no site da ONG Casa Mulher do Nordeste.

¹² Dados obtidos no site da ONG SOS Corpo.

ampliarem as estratégias de financiamento interno, principalmente junto ao governo e às empresas privadas. Esse financiamento se dá, por vezes, através da contratação de serviços, e não de doação. O Estado lança editais para seleção de projetos e as ONGs inscrevem suas propostas para concorrer (GOHN, 2006).

Atualmente os principais investimentos que contribuem para a manutenção das ONGs ainda decorrem de projetos financiados por agências de fomento internacionais e pelo Estado, o que gera uma relação de dependência entre as ONGs e essas instituições. As organizações precisam redimensionar os seus projetos para se enquadrarem aos editais lançados, porém nem sempre esses editais correspondem à demanda prioritária do movimento. Assim, as instituições financiadoras acabam por influenciar a agenda feminista local na medida em que, a partir dos editais, se constroem os projetos que serão executados com o público-alvo das ONGs; nesse caso, os grupos de mulheres e feministas.

O resultado dessa mudança, segundo Alvarez (1998b:2), foi o distanciamento das ONGs do ativismo, comprometendo sua capacidade de monitorar políticas de forma mais crítica e lutar por reformas mais substantivas. As atividades atualmente desenvolvidas pelas ONGs feministas, bem como os laços que estabelecem, levam-nas a concentrarem mais energias e recursos em atividades mais técnicas e menos contestatórias (NOVELLINO, 2007, p.9).

Nesse processo, as ONGs não são apenas interlocutoras da sociedade civil com o Estado, mas também passaram a funcionar como substitutas deste, atendendo a uma política neoliberal de terceirização, executando políticas que caberiam ao Estado realizar. Por meio do financiamento, o Estado controla os projetos em execução e as ONGs se tornam um de seus braços (GOHN, 2013).

Em meio a isso, é importante estar atento ao fato de que a relação entre as ONGs feministas e o Estado também contribuiu de forma positiva para o desenvolvimento dos movimentos sociais como um todo. Essa aproximação possibilitou que as ONGs possuíssem estrutura financeira e equipe qualificada para o desenvolvimento de projetos junto aos grupos populares. O financiamento internacional gerou estabilidade e continuidade as ações, além de possibilitar a profissionalização de algumas militantes, reforçando a figura da militante profissional.

Se por um lado a profissionalização de algumas militantes feministas possibilitou a constituição de um quadro técnico qualificado e garantiu a atuação permanente dessas mulheres, por outro, ela teve como consequência negativa uma nova forma de hierarquização dentro do campo feminista, o que desencadeou a divisão entre as feministas institucionalizadas e os grupos de mulheres populares. Essa hierarquização se acentua quando

os grupos de mulheres populares precisam concorrer com as ONGs a algum edital que as contemplem, pois a maioria dos grupos não possui condições igualitárias para essa disputa.

Organizações de mulheres com menos escolaridade não conseguem competir por financiamentos e espaços de debates com os grupos de profissionais brancas, de classe média e com formação acadêmica, fato que acaba por conformar e reconfigurar antigos privilégios das mulheres brancas de classe média (OLIVEIRA, 2007, p. 393).

A realidade apontada por Oliveira (2007) tem pontos em comum com o que observei no GEMP. O grupo foi fundado há aproximadamente 17 anos e até o momento desta pesquisa não possuía CNPJ, ou seja, dentro do campo feminista ele é um grupo e não uma ONG. Ao ocupar esse local, o GEMP pode concorrer de forma limitada aos editais de projetos lançados, pois apenas alguns desses editais contemplam a participação de grupos de mulheres não institucionalizados, embora essa participação ainda esteja condicionada a vinculação desse grupo com alguma ONG que executará de fato o projeto e ficará responsável pelo recebimento e repasse do recurso.

Com isso, é importante observar que os problemas decorrentes da falta de uma política financeira para o GEMP repercutem em sua atuação. Na fala das integrantes do grupo, identifico a preocupação em obter uma estrutura financeira confiável, pois o grupo precisa arcar mensalmente com os gastos advindos da estrutura do espaço, tais como, o pagamento do aluguel e de contas de energia e água. A estratégia que poderia ser adotada na busca da autonomia desejada seria o grupo se tornar legalmente uma ONG, mas as incertezas apresentadas pelo cenário atual das ONGs causam insegurança:

[...] eu tenho certeza que a gente não vai ter dinheiro pra sustentar duas ou três pessoas aqui dentro, a gente não vai ter, não vai ter. No primeiro mês que faltar todo mundo vai embora e fecha as portas. Existe muita falta de projetos, não é fácil, aí a gente vai se meter em uma dessa, a gente tem que conversar bem conversado, talvez não seja por aí, uma ONG é uma empresa (Entrevista com Fátima, 21/10/2015).

A afirmação feita por Fátima, “uma ONG é uma empresa”, traz à tona a reflexão sobre qual o local ocupado pelas ONGs no campo do movimento feminista. O processo de “onguização” dos movimentos sociais, segundo Cisne e Gurgel (2008), deve-se, principalmente, a relação estabelecida entre as ONGs e o Banco Mundial, que passou a ter uma preferência por desenvolver parcerias e ações junto às organizações. O capital internacional, antes destinado diretamente aos movimentos sociais e populares, agora é destinado às ONGs, por possuírem um perfil mais eficiente e técnico que os movimentos sociais.

As ONGs passaram a ter muito mais importância nos anos de 1990 do que os próprios movimentos sociais. Trata-se de ONGs diferentes das que atuavam nos anos de 1980 junto com os movimentos populares. Agora são ONGs inscritas no

universo do Terceiro Setor, voltadas para a execução de políticas de parceria entre o poder público e a sociedade, atuando em áreas onde a prestação de serviços sociais é carente ou até mesmo ausente [...] (GOHN, 2013, p. 22).

Assim, com o processo de terceirização, as ONGs se tornam especialistas na elaboração e execução de projetos, e o governo transferiu, para as organizações não governamentais, a responsabilidade de execução das políticas públicas que, a princípio, seria de sua competência. As ONGs funcionam, dessa forma, como empresas: com empregados, CNPJ, missão, objetivos e cargos e executam seus projetos para públicos que o Estado não consegue atingir.

As ONGs feministas em Pernambuco, ao longo de sua história, sempre se relacionaram com os grupos de mulheres das comunidades, pois essas são seu público-alvo. Foi possível observar, durante a minha pesquisa no campo, que a relação entre as ONGs e o GEMP se dá através de negociações, pois o grupo precisa das parcerias para garantir a estrutura física do espaço – aluguel da sede, manutenção de materiais, lanche – e as condições intelectuais, como palestrantes, oficineiros e acessória técnica. No caso das organizações, estas precisam de um campo de atuação e um público-alvo para a execução de seus projetos, nesse caso, o GEMP se enquadra perfeitamente nos pré-requisitos.

É importante ressaltar que cada ONG possui uma forma de atuação distinta, acessando estratégias metodológicas que visam atingir os seus objetivos. Assim, a inserção nos grupos de mulheres das comunidades pode ocorrer de forma mais ou menos favorável ao grupo. Diante disso, observo que a ONG SOS Corpo possui um projeto mais voltado para a formação e empoderamento das mulheres do grupo, seus projetos são mais propositivos e levam em consideração a realidade local. No caso da Casa Mulher do Nordeste, suas ações e metodologias enfrentam maior dificuldade para resultar em uma ação efetiva na vida cotidiana das mulheres. Essa distinção se tornará relevante quando analisarmos os ganhos obtidos pelo GEMP em decorrência dessas parcerias.

As ONGs e as instituições governamentais que executam políticas públicas para mulheres possuem, em seu quadro técnico, militantes ou ex militantes do movimento feminista. Isso contribuiu para que essas organizações possuíssem um diálogo mais próximo aos movimentos populares, elas compreendiam suas bandeiras de luta e sua forma de organização. Nesse contexto, os espaços de atuação das ONGs passaram a se misturar com os dos movimentos sociais e estas passaram a exercer um papel de representantes do movimento, ocupando assento nos conselhos, participando de mesas de negociação com o Estado e sendo o principal interlocutor com a mídia.

A confusão entre os papéis das ONGs e do movimento social nos leva a refletir sobre a legitimidade dos movimentos sociais, que acabam por não conseguirem ser representados na esfera pública. Partindo dessa compreensão, aponto que, durante a pesquisa de campo, como as ONGs presentes na comunidade de Passarinho exercem papel de protagonistas na condução das atividades realizadas pelo grupo, isso se fez mais evidente durante o processo de preparação para o evento Ocupe Passarinho, que veremos com mais detalhes no próximo capítulo, no qual pude perceber que as ONGs atuaram como as principais intermediadoras entre o GEMP e as outras entidades, o poder público e a mídia.

No processo de construção da relação entre o grupo e as ONGs, o GEMP vai estabelecendo suas bandeiras prioritárias e construindo seu projeto político. Em meio às influências externas e às demandas apresentadas no cotidiano da comunidade, as bandeiras de luta contra o racismo, pelo direito à creche, por uma melhor infraestrutura da comunidade, contra a violência doméstica, em favor dos direitos sexuais e reprodutivos, recebem destaque. No processo de construção dessas bandeiras, precisamos levar dois pontos em consideração: o primeiro é que as reivindicações do GEMP, desde seu início, refletem os problemas enfrentados pela população em decorrência da infraestrutura precária e da escassez de serviços públicos na comunidade; o segundo ponto se refere às redes de relações estabelecidas pelo grupo e como esses contatos influenciam na construção da identidade coletiva do grupo.

No período de realização desta pesquisa, pude observar como questões relacionadas com o combate ao racismo, ao machismo e pela melhoria das condições de vida dessas mulheres eram centrais para o grupo. O grupo, que surgiu com o objetivo de realizar cursos para as mulheres da comunidade, foi interagindo com o campo feminista, mais especificamente o do feminismo negro, e se apropriando dos sentidos produzidos nele. Assim, na próxima seção, irei explorar os vínculos estabelecidos entre o grupo, o movimento feminista e o feminismo negro para compreender melhor como esses vínculos se constituíram.

4.3 IDEÁRIOS DE FILIAÇÃO: O GRUPO ESPAÇO MULHER DE PASSARINHO, O MOVIMENTO FEMINISTA E O FEMINISMO NEGRO

O ideário de uma sororidade construída em torno do sujeito do feminismo - as mulheres - foi por vezes defendido pelo movimento feminista para representar certa irmandade existente entre elas no campo político. Entretanto, a partir da compreensão da existência de uma máxima universal que une todas as mulheres colocando-as como iguais, pode-se perder a dimensão das especificidades existentes dentro do movimento. Pois as

mulheres sofrem, para além da opressão de gênero, opressões de classe e raça/etnia, que, quando atreladas, formam cadeias de opressões distintas sobre elas.

O Grupo Espaço Mulher de Passarinho (GEMP) é constituído por mulheres atravessadas por distintas formas de opressões, sejam essas na esfera privada ou pública. O grupo atua como espaço para pensar estratégias cotidianas de resistência e sobrevivência em uma sociedade onde o atributo de ser mulher, negra e pobre as relega hierarquicamente um lugar no fim da pirâmide de dominação.

Como nos lembra bell hooks (2000), as mulheres negras fazem parte de um grupo que não foi socializado na lógica do explorador/opressor, pois estas não possuem um “outro” para oprimir. No tocante ao caso, das mulheres brancas e dos homens negros, estes podem ocupar em determinados momentos o lugar do opressor e em outro o de oprimido. As mulheres brancas podem sofrer a opressão sexista, mas podem exercer opressão de raça sobre as mulheres negras, já o homem negro pode ser vítima da opressão racista, mas pode exercer sobre a mulher a opressão de gênero.

Na busca por empoderamento e para ocupar em diferentes esferas um local de igualdade com os homens, as mulheres, especialmente as de classe média, ao ingressarem no mundo do trabalho formal, delegaram as atividades domésticas e a criação dos filhos a outras mulheres, essas em sua maioria mulheres negras e pobres (BAIRROS, 1995). No contexto do grupo pesquisado, percebo que a maioria das mulheres é ou foi trabalhadora doméstica/diarista, e as que trabalham em empresas privadas ou órgãos públicos executam funções de serviços gerais, cozinheira ou arrumadeira. O que me possibilita observar qual local de trabalho é reservado para as mulheres negras e pobres nesta sociedade.

Enquanto aguardávamos o início da reunião, Andreza me falava sobre seus estudos. Me contou que estava fazendo enfermagem em uma faculdade particular e precisava fazer o curso no período diurno porque a mensalidade era mais barata, mas que, em decorrência disto, estava tendo dificuldade de arrumar emprego. Andreza é uma mulher de aproximadamente 38 anos, tem uma filha e um namorado que a ajuda com as despesas. Ela disse que o namorado era quem apoiava e ajudava a pagar o curso. Perguntei se ela havia colocado currículos em algum hospital ou empresa, ela me disse que tinha um curso técnico em enfermagem também, mas não conseguia achar emprego. Questionei sobre a experiência profissional dela e soube que ela havia trabalhado em uma empresa como auxiliar de serviços gerais e tinha conseguido subir de cargo passando a ser responsável pelo estoque de material. Ela me disse que a empresa há um mês estava contratando auxiliares em serviços gerais e que ela havia levado um currículo, mas o responsável pela seleção informou que ele não poderia contratá-la pra ocupar um cargo menor do que ela já ouvia ocupada naquela empresa. Ao me contar isso, Andreza demonstrava dois sentimentos distintos: um leve contentamento por não ter sido admitida no emprego por já ter ocupado um cargo maior e agora se encontrar em outro patamar e um desânimo por não conseguir um emprego compatível com sua formação educacional (D.C. 26.08.15).

A realidade de Andreza se diferencia das demais mulheres do grupo com relação à formação educacional, pois a maioria delas possui apenas nível fundamental incompleto, o que torna Andreza uma exceção dentro desse contexto. No entanto, a partir do momento que a formação acadêmica não resulta em melhores oportunidades de emprego, isso se torna um impedimento na construção da autonomia dessa mulher.

Tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelas mulheres tanto no campo educacional como no mercado de trabalho, o GEMP busca criar possibilidades de empoderamento das mulheres do grupo. Uma estratégia utilizada para o fortalecimento de suas lutas é a consolidação de parcerias com as ONGs feministas, com o movimento feminista negro e com outros grupos de mulheres de bairro para que, assim, possa ser formada uma rede de apoio.

Observo que, através dessas parcerias, o GEMP consegue levar, para a comunidade de Passarinho e para as mulheres do grupo, projetos que contribuem para a formação política dessas pessoas, e, através das parcerias, o grupo também recebe assessoria das ONGs. Como já visto anteriormente, o GEMP não é detentor de CNPJ, desse modo, não pode juridicamente concorrer aos editais lançados, o que torna necessário para o seu funcionamento a filiação às ONGs. No que tange às ONGs, estas, por sua vez, precisam do grupo como base para a execução do seu trabalho. Assim, esse processo simbiótico possibilita a manutenção de ambos, cabendo a reflexão de como essa relação se configura.

A ONG com atuação mais frequente no GEMP é a Casa Mulher do Nordeste (CMN), que, há oito anos, vem assessorando as atividades do grupo. Esta, juntamente com a ActionAid¹³, realiza projetos na comunidade que vão além do trabalho realizado no grupo, executando projetos com crianças e adolescentes de Passarinho.

A Casa Mulher do Nordeste (CMN) possui um grande capital político junto ao GEMP, por vezes, direcionando as agendas do grupo, como no caso do Ocupe Passarinho, ideia inicialmente trazida por essa instituição, que culminou em uma grande atividade que abarcou outros grupos internos e externos à comunidade.

O papel de condução política do grupo, a partir de sua identificação com as organizações feministas, tem como referência a ONG SOS Corpo e o Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE), do qual o GEMP faz parte. O Fórum é tido como um local de referência política para o grupo, que tenta acompanhar as agendas de reunião e realizar acordos nas disputas locais como, por exemplo, na votação para eleger delegados, durante a pré-

¹³ A Actionaid é uma organização internacional que trabalha no campo da justiça social, igualdade de gênero e fim da pobreza.

conferência de entidades gerais, para a conferência municipal de políticas públicas para as mulheres de Recife. Nesse episódio, o Grupo Espaço Mulher Passarinho acordou antecipadamente com o FMPE que mobilizaria mulheres para estarem na pré-conferência e como o grupo não se enquadrava na categoria de entidade, assim não podendo concorrer às vagas, elas votariam em mulheres indicadas pelo FMPE. O acordo foi tratado posteriormente em reunião do grupo e algumas mulheres se comprometeram em participar da atividade.

Mediante sua condição de grupo, o Espaço Mulher de Passarinho não consegue ter representação, enquanto entidade, em um dos principais espaços de construção de Políticas Públicas para as Mulheres: as conferências. As mulheres integrantes do grupo podem participar apenas como sociedade civil e concorrer a vagas individuais, não garantindo a representatividade do GEMP.

§1º - Serão consideradas Entidades Gerais as organizações de âmbito municipal, estadual e/ou nacional, cujo estatuto, regimento e/ou carta de princípios, declare que a entidade realiza ações específicas para as mulheres e congregue mais de 05 (cinco) entidades filiadas.

§2º - As organizações filiadas a entidades gerais deverão optar por participar da Pré-Conferência em sua RPA ou na Pré-Conferência de entidades gerais (Regulamento das pré-conferências municipais da mulher de Recife).

É importante observar que, no decorrer da pré-conferência, o campo de disputa se estreitou e algumas mulheres do GEMP acabaram votando junto com a Marcha Mundial de Mulheres, o que ocasionou um conflito entre uma participante e a coordenação.

Na reunião posterior à pré-conferência, a avaliação da atividade era ponto de pauta; cheguei ao local da reunião e ainda não havia se iniciado, as mulheres conversavam dispersas. Sem saber do ocorrido, perguntei a um membro da coordenação como foi a pré-conferência, ela hesitou uns minutos e iniciou a reunião por esse ponto, logo, percebi que os ânimos estavam exaltados. Uma integrante da coordenação falava para o grupo sobre o ocorrido e reclamava sobre o fato de uma das integrantes do grupo não ter votado nas candidatas do Fórum de Mulheres de Pernambuco; esta alegava que já havia informado antes que iria votar nas mulheres da Marcha Mundial de Mulher. A coordenadora argumentava:

Eu voto no Fórum de Mulheres, porque o Fórum de Mulheres é nosso parceiro, o tempo todo eu digo isso aqui e é o fortalecimento dos grupos de mulheres, porque a Marcha é fantasia e eu não tô com fantasia, eu tô com o trabalho que faz pelas mulheres na comunidade, né (D.C. 19/09/15).

Em um período anterior à pré-conferência, 05 mulheres representantes do grupo participaram da Marcha das Margaridas que ocorreu em Brasília. Elas foram em uma comitiva organizada pela Marcha Mundial de Mulheres, o que levou a coordenadora a

acreditar que, nessa viagem, tinha ocorrido uma negociação: “Eu sei que elas disseram que vocês que foram no ônibus eram pra votar nas delegadas delas...” (D.C. 19/09/15).

O processo de aliança entre grupos é montado de acordo com a agenda colocada no momento, e essa pode ser alterada a depender dos interesses envolvidos na disputa (BONETTI, 2005). Nesse caso, os grupos - FMPE e MMM -, que em alguns momentos caminham lado a lado, se colocam em lados opostos na luta por angariar votos para garantir sua representação. Nesse contexto, entra em jogo a capacidade de articulação que cada entidade possui e se houve um estabelecimento de seus vínculos com os grupos de mulheres em momentos anteriores. Esses vínculos caracterizam um processo de retroalimentação, no qual existe um processo de troca e compromisso entre a ONG e os grupos, podendo a quebra desses acordos ser entendida como um desgaste nas relações, como evidencia a fala da coordenação: “...isso não fica chato pra mim ou pra você, fica chato pra todas nós, tudinho, é muito chato, fica chato pra todo o grupo”(D.C. 19/09/15).

Em meio ao processo de filiação, o GEMP compreende a importância de atuar de forma articulada com outras entidades para o seu fortalecimento e proteção. Mas, por vezes, as discussões acerca das relações de poder que emergem nesse campo são camufladas em nome da manutenção de uma dita harmonia e interesse comum. Esta só vem à tona no cenário durante as discussões mais acaloradas. Como veremos:

Eu sou uma pessoa que faço tudo articulado, o grupo não é meu não, o grupo é nosso, agora quando a gente faz um acordo é um acordo, não é a gente fazer um acordo aqui e depois, porque a gente foi no ônibus de dona fulana, faço o acordo com fulana e esqueço aqui. A gente tá aqui na base, elas vão embora, quem fica aqui na comunidade somos nós! A Casa vai embora, o SOS vai embora, o Fórum vai embora, todo mundo vai embora e a gente fica aqui, olha. A gente fica aqui, então a gente, nós é que temos que nos fortalecer, dar as mãos umas às outras, não é se encantar com as coisas que as mulheres fazem lá fora não...(D.C. 19/09/15).

A partir da fala apresentada, identifico uma distinção entre um “nós” e um “elas”, o “nós” representa as mulheres da comunidade que precisam lutar diariamente pela melhoria da infraestrutura do bairro e por serviços públicos de qualidade, já o “elas” simbolizam as integrantes das ONGs estruturadas, que são, em sua maioria, mulheres brancas, com curso superior e de classe média. Essa distinção acaba gerando um distanciamento entre o grupo e as ONGs e reforçando um lugar de prestígio ocupado por estas, que, por possuírem um maior capital de articulação política (BONETTI, 2007) dentro do campo feminista, possuem grande influência política no GEMP. A presença do grupo nesse campo é condicionada a sua ligação com os parceiros que possuem renome local e dão legitimidade a sua luta e bem como na presença nos espaços de representações importantes.

O movimento feminista, de modo geral, é composto por mulheres que têm suas histórias atravessadas por diversas dimensões – sexualidade, classe social, raça, etc. –, assim, quando essas dimensões são atreladas às questões de gênero, produzem sobre as mulheres formas variadas de opressão.

A dimensão de raça vem ocupando espaço nas discussões do movimento feminista. Com a proposta de “enegrecer o feminismo”, as mulheres negras vêm colocando em pauta a tripla opressão sofrida por elas – de classe, raça e gênero – e questionando a sua invisibilidade dentro do movimento. Por vezes, as teorias feministas, em sua maioria construídas por mulheres brancas, intelectuais e das classes médias e altas, guardam em seu bojo perspectivas carregadas de preconceitos de raça e classe. Segundo bell hooks (2000), o racismo presente nos textos de feministas brancas reforça o lugar de supremacia destas e impossibilita que as mulheres ultrapassem as fronteiras étnicas e raciais na construção política do movimento.

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em *solidariedade racial intragênero* conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil (CARNEIRO, 2003, p. 120).

O movimento de mulheres negras se constitui no cruzamento do movimento negro com o movimento feminista. As mulheres dentro do movimento negro começaram a questionar os lugares que ocupavam dentro dessa luta, pois os cargos de comando eram ocupados por homens, restando a elas apenas um papel secundário nas decisões. A necessidade apresentada pelas mulheres de discutir as questões relativas a gênero dentro do movimento negro foi encarada por boa parte do grupo como uma tentativa de fragmentação da luta contra o racismo (MOREIRA, 2007).

No tocante à relação entre o movimento de mulheres negras e o movimento feminista, está também apresentava conflitos quanto às demandas prioritárias do movimento, pois, enquanto o movimento feminista estava voltado para pautas sobre direitos reprodutivos, igualdade salarial, entre outros, o movimento de mulheres negras reivindicava demandas cotidianas, como creche, infraestrutura e serviços públicos (MOREIRA, 2007).

Em meio a contradições e “(des)pertencimentos”, as mulheres negras vêm contribuindo para uma reformulação dos ideários feministas. O Grupo Espaço Mulher de Passarinho, composto em sua maioria por mulheres negras, possui uma pauta de reivindicação atrelada às demandas do movimento feminista negro. No entanto, quando questiono as integrantes sobre o perfil do grupo, obtenho respostas distintas, como veremos nas falas a seguir.

Durante uma conversa sobre a história do grupo, uma integrante da coordenação pontuou: “Este grupo é um grupo feminista de mulheres negras, no início não era assim, era um grupo mais pra realizar cursos, não tinha uma questão política, depois a gente foi se percebendo como feminista e negra”(DC 14/07/15). Entretanto, essa compreensão não é predominante entre todas as participantes do grupo, algumas mulheres não identificam o grupo enquanto um grupo de mulheres negras: “eu não acho que esse seja um grupo de mulher negra não, é um grupo misto, tem mais mulher negra, mas é misto”(D.C. 23/09/15). E outras, quando questionadas sobre se o grupo é um grupo de feministas negras, afirmam não saber o que é feminismo: “Mas, como é isso de fem...feminismo, né? Como é, assim, na prática?” (DC 23/09/15).

As falas acima me levam a refletir o que as mulheres do Grupo Espaço Mulher de Passarinho compreendem por movimento feminista e por movimento de mulheres negras. O GEMP, como já visto anteriormente, não surgiu com o intuito de discutir questões sobre gênero, e sim como um grupo que buscava lutar pela melhoria da qualidade de vida na sua comunidade. As pautas sobre feminismo e feminismo negro foram adentrando ao grupo a partir de sua relação com organizações que tinham essas discussões como campo central, e, através de projetos e assessorias, elas aproximaram essas pautas das mulheres do GEMP.

No entanto, percebo que a unidade do grupo é construída em torno das pautas de reivindicações voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população de Passarinho e, apesar de algumas representantes do grupo, mais especificamente as coordenadoras, possuírem uma compreensão mais próxima do feminismo, aponto para as diferenças de compreensões existente entre as integrantes.

As diferenças apresentadas na fala das integrantes não acontecem exclusivamente em função dos papéis ocupados por elas no grupo, mas outros fatores, como escolaridade, experiência no campo do movimento feminista e forma de inserção no grupo, precisam ser levados em conta.

As integrantes do GEMP não se configuram dentro da lógica da figura do “militante”, que recebe o estereótipo de ser um sujeito abnegado, dedicado prioritariamente a sua causa, disciplinado, que coloca sua vida pessoal em segundo plano diante de sua militância e recebe um forte incentivo para sua formação ideológica (LEITE e DIMENSTEIN, 2011). Os investimentos feitos para a formação feminista das mulheres do GEMP se traduzem em rodas de conversas e palestras que muitas vezes se distanciam do contexto local e dificultam, assim, a apreensão por parte dessas mulheres.

Desse modo, o sentimento de pertencimento das mulheres ao grupo perpassa pelas reivindicações que as unem e que, inicialmente, eram voltadas apenas para as questões da comunidade, mas, atualmente, se ampliam com as bandeiras feministas e do feminismo negro. Diante disso, compreendo ser importante analisar o evento Ocupe Passarinho, pois ele irá nos possibilitar observar como o GEMP estabelece sua relação com as ONGs na prática.

5 ANALISANDO AS RELAÇÕES DE PODER E AS ARTICULAÇÕES POLÍTICAS

5.1 OCUPE PASSARINHO

5.1.1. O surgimento da ideia

Nesta seção, apresentarei o evento OcupePassarinho, que teve como objetivo incentivar a comunidade de Passarinho a ocupar os espaços públicos em defesa do direito à moradia e pela melhoria na infraestrutura dos serviços públicos oferecidos no bairro: “Essa ação não é só pra acordar o serviço público, mas também os moradores da comunidade que ficam em casa” (D.C. 29/08/2016). A partir dos caminhos percorridos para a construção dessa atividade, poderemos observar os atores em ação, o que permitirá analisar como os sujeitos estão enredados em relações de poder, desigualdade e competição (ORTNER, 2006).

O evento OcupePassarinho surgiu de uma ideia trazida pela ONG Casa Mulher do Nordeste (CMN), inspirada no movimento Ocupe Estelita¹⁴. A CMN apresentou a proposta para o Grupo Espaço Mulher de Passarinho (GEMP), que, apreciando a ideia, decidiu convocar uma reunião com as entidades parceiras, ActionAid e a ONG SOS Corpo, para discutir a ideia e traçar um plano de execução. A relação de aliança do GEMP com essas organizações é bastante consolidada, tendo grande influência políticas nas atividades do grupo:

...essa primeira reunião de articulação, ocorreu lá no SOS Corpo pra colocar a primeira ideia, pra gente pensar umas coisas, uma ideia bem básica que a gente teve sobre o Ocupe Passarinho, a gente pensou em fazer esse ocupe a partir das demandas que tem surgido na comunidade, especialmente uma questão de direito à moradia que o pessoal da vila da ocupação tem passado e outras questões também, como transporte, educação, saúde, direito à creche, que é um tema bem específico que o Grupo Espaço Mulher trabalha (Representante da CMN, D.C. 14/07/2015).

É importante observar, a partir da fala da representante da CMN, que as demandas apresentadas pelo grupo não se diferenciam das que existiam em sua fundação. O problema da precariedade dos serviços públicos sempre foi a principal bandeira de luta do grupo, e, com o crescimento da população, a infraestrutura, que já era precária, se tornou um constante problema para a comunidade, o que acabou afetando principalmente a vida das mulheres. Apesar dos esforços realizados pelo grupo e pela comunidade, a superação desses problemas

¹⁴Ocupe Estelita é um movimento social e cultural que luta contra a destruição do Cais José Estelita, marco histórico do Recife (Bueno, Chris).

está diretamente atrelada às ações governamentais, pois cabe ao governo oferecer serviços adequados para a comunidade.

Nessa reunião entre GEMP e as ONGs, foi deliberada a convocação para uma reunião ampla, na qual o objetivo principal era mobilizar diversos setores da comunidade de Passarinho. Assim, foram convidadas organizações da comunidade, como a Associação de Moradores de Bairro, representantes da Igreja Católica, do posto de Saúde, da Escola, do Conselho Tutelar e outras lideranças locais.

Na primeira reunião com as organizações locais, estavam presentes os representantes da Associação de Moradores, da Igreja Católica local, a qual só compareceu nesse momento, do GEMP, da CMN e a Actionaid. Essa reunião objetivava apresentar a proposta e promover uma articulação para que as demais organizações participassem da construção da atividade, sendo realizada na sede do Conselho de Moradores. Segundo a representante da CMN,

A gente pediu essa reunião primeiro com as organizações da comunidade para apresentar a proposta pra ver se todo mundo concorda e quer construir junto com a gente, a gente não quer construir sozinha, porque, assim, a gente acha que deveria ser um movimento da comunidade de Passarinho, abraçada pela comunidade de passarinho, como as mulheres do Espaço tem abraçado essa causa e tem feito muitas coisas na comunidade (Representante da CMN, D.C. 14/07/15).

No discurso das organizações externas, estava presente a preocupação em envolver e mobilizar a comunidade de Passarinho, isso decorre da ideia de que os moradores não costumam ocupar os espaços públicos quando ocorre um evento: “Vocês sabem o povo daqui não gosta de vir pra rua não, fica todo mundo em casa” (Evandra, D.C. 14/07/2015). Esse discurso as vezes produz um processo de culpabilização da população por não estar presente na luta cotidiana por melhorias na comunidade, não levando em consideração fatores que perpassam o simples fato de não querer participar, como o sentimento de pertencimento e a noção de cidadania.

No decorrer de uma das reuniões, uma preocupação emergiu por parte de um representante do conselho de moradores, ele queria saber se o evento teria um caráter pontual ou contínuo. Nesse momento, percebi certo desconforto entre as organizações externas que se faziam presentes. A representante da CMN logo tomou a palavra e explicou que o evento OcupePassarinho seria realizado apenas nesse momento, mas que a CMN e a ActionAid já atuavam no território há aproximadamente sete anos e que sua atuação é permanente. A representante da ActionAid reforçou a participação que a entidade teve no processo de reintegração de posse de terra da ocupação através da disponibilização de advogados para

acompanhamento do caso, alertando ainda que essa questão ainda não havia sido solucionada e que era importante a organização da comunidade em torno desse caso.

É importante observar que a pergunta do representante do conselho de moradores fez surgir nas representantes das ONGs a necessidade de demarcar espaço, pois o fato de afirmarem que sua presença na comunidade já ocorria há um longo tempo as tiravam do lugar de estrangeiros e as dotavam de um sentimento de familiaridade e pertencimento à comunidade. Observei que, no campo político local, conhecer e vivenciar as dificuldades presentes na comunidade dota os sujeitos de propriedade.

Dentro desse campo político, o falar e o ser escutado tomam dimensões distintas; o direito à “fala” é acessado por todos que estão presentes na reunião, mas nem sempre aqueles que falam são ouvidos pelos demais. Os sujeitos com maior prestígio e conhecimento intelectual são os que têm suas opiniões levadas em consideração, e, por vezes, essas características são mais valorizadas do que as que decorrem da vivência das mulheres enquanto moradoras de Passarinho (BONETTI, 2007). No contexto de construção do OcupePassarinho, as ONGs possuíam um lugar de destaque, pois elas eram sempre acionadas para dar a opinião de como o evento deveria acontecer.

As organizações, CMN e ActionAid, desempenharam um papel de condução durante as reuniões de organização do OcupePassarinho, nos apontando para uma reflexão sobre os lugares de representação ocupados pelas entidades externas e internas de Passarinho durante todo o processo, desde o planejamento até a sua culminância.

5.1.2 O percurso

O Grupo Espaço Mulher de Passarinho possui um cronograma fixo de reuniões que ocorrem às quartas-feiras, das 14 às 17h, na sede. Entretanto, para o planejamento e construção do evento OcupePassarinho foi estabelecido um cronograma específico, com reuniões quinzenais às quartas-feiras, no período noturno, para possibilitar um maior número de participantes. No mês antecedente ao evento, as reuniões passaram a ocorrer semanalmente na busca de finalizar os últimos detalhes.

A ONG CMN e a Actionaid ficaram responsáveis por apresentar a proposta e convidar as organizações externas a contribuírem na construção do evento. Durante as reuniões preparatórias, diferentes movimentos externos a Passarinho estiveram presentes, conheceram a proposta e, por motivos distintos, não conseguiram participar da atividade. Vários grupos, aos poucos, foram ingressando na construção do evento e participaram durante sua execução,

entre estes estão: Diadorim, Feminismo Agora, Zoada, Ou vai Ou racha, Centro de desenvolvimento agroecológico Sabiá, Rede de Mulheres Produtoras, Marcha das Mulheres Negras de Pernambuco e Cores do Amanhã.

Os grupos que contribuíram nessa atividade atuam em distintos segmentos da sociedade civil, durante suas participações nas reuniões e no evento, tentei observar as características que se sobressaíam e realizei busca ativa nas redes sociais e internet para conhecer um pouco da atuação de cada grupo. Obtive as seguintes informações:

- Diadorim: é um coletivo feminista universitário que teve sua origem na Faculdade de Direito de Recife-UFPE. Formado, em sua maioria, por mulheres jovens e universitárias.
- Feminismo Agora: é um coletivo feminista formado por jovens feministas, universitárias ou ex-universitárias. Teve sua fundação em 2013, a partir de uma formação política no Instituto Feminista para a Democracia SOS Corpo.
- Zoada: é um movimento estudantil de esquerda plural da Faculdade de Direito do Recife - UFPE. É um movimento misto, formado por homens e mulheres.
- Ou vai Ou racha: é um bloco lésbico-feminista, criado no ano de 2013, que desfila nas ladeiras de Olinda na terça-feira de carnaval.
- Movimento Cultural Cores do Amanhã: é um coletivo misto, com participação de homens e mulheres. Surgiu em 2009 e tem como principal elemento de intervenção o grafite.
- Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá: é uma ONG fundada em 1993, que trabalha para promoção da agricultura familiar dentro dos princípios da agroecologia.
- Rede de Mulheres Produtoras: é articulada e assessorada pela Casa da Mulher do Nordeste (CMN) desde 1996; visa à construção de mecanismos de interajuda entre as mulheres, valorizando e visibilizando o seu trabalho no âmbito rural e urbano.
- Marcha das Mulheres Negras de Pernambuco: o Comitê da marcha em Pernambuco visa reunir as mulheres negras em torno da pauta racial.

Os grupos apresentados participaram do Ocupe através da realização de oficinas e rodas de conversas. Eles não integravam o núcleo central de organização do evento, que foi

composto pelas ONGs CMN, Actionaid, SOS Corpo e pelo GEMP, responsável pela parte operativa.

Na construção do evento OcupePassarinho, entidades e instituições da comunidade foram convidadas para participar da organização, mas, ao decorrer das reuniões de construção do evento, estas não estiveram continuamente presentes, apenas aparecendo em reuniões com pautas específicas, a exemplo da única escola da comunidade, a qual sua diretora foi convidada, mas não compareceu a nenhuma das reuniões; a representante da igreja católica esteve presente apenas na reunião de apresentação do projeto; e o conselho de moradores, que, a princípio, se colocou disposto para ajudar na mobilização e infraestrutura, foi gradativamente se afastando da organização do evento. A ausência da comunidade no processo de construção do OcupePassarinho tornou GEMP o único representante de Passarinho envolvido diretamente no processo. Isso foi visto pelas integrantes do grupo como um fator desestimulante, visto que o projeto tinha como principal objetivo reivindicar melhorias para a comunidade.

Com a proximidade do dia do evento, as reuniões tinham um caráter mais diretivo para checagem das oficinas, atrações culturais e infraestrutura. Enquanto aguardávamos o início da reunião, falei para Fátima e Edvânia que havia percebido uma ausência do conselho de moradores e de algumas lideranças de Passarinho nas reuniões (estas haviam comparecido no início). Fátima me intercalou e disse: "Isso sempre acontece, o povo daqui é muito desunido, a gente quer fazer as coisas, mas fica difícil, é cada um de um lado, e, às vezes, as pessoas da comunidade nem aparecem no evento, ficam olhando da janela e não saem de casa. Eles ficam pensando que a gente é um bando de desocupada". Perguntei se haviam sido informados sobre as reuniões, pois tive a impressão de que poderia estar havendo um desencontro de informação. Ela prontamente me respondeu que "sim". Com a chegada das demais envolvidas, começamos (D.C. 23/09/2015).

Figura 5: Reunião de organização do OcupePassarinho



Fonte: Da autora

A partir das observações em campo, alguns fatores se tornam relevantes para compreendermos a não aderência das instituições e entidades locais ao evento Ocupe

Passarinho. Ao tratar da Associação de Moradores, é necessário levar em consideração as disputas que ocorrem no campo político local, visto que a Associação é tida pelas lideranças da comunidade como um espaço de ascensão para a esfera pública. Os membros dessa direção, em especial o seu presidente, são vistos pela comunidade como os principais interlocutores com o governo, o que os denotam um lugar de poder perante o restante da população.

Para o Espaço Mulher de Passarinho, receber o apoio das lideranças locais contribui para o fortalecimento e a legitimidade das ações e lutas travadas cotidianamente pelas suas integrantes. Entretanto, quando os interesses das lideranças vão além da busca por melhorias na comunidade, é instaurado um clima de hostilidade que colabora para o enfraquecimento dos movimentos sociais locais.

Diante desse contexto, o GEMP não encontra apoio dentro da comunidade e, para garantir sua autonomia e fortalecimento, busca, através de parceria com as organizações externas, apoio tanto de ordem financeira como política, pois essas ONGs legitimam a sua presença no espaço público. Nesse processo, as organizações parceiras têm o papel de desenvolver ações junto ao grupo que visem o empoderamento de suas participantes, através da construção de espaço de diálogo e formação.

Durante a preparação para o evento OcupePassarinho, pude observar como as ONGs se organizaram e conduziram o processo de construção da atividade. No que tange ao custeio do evento, a ONG Casa Mulher do Nordeste submeteu um projeto à Escola de Ativismo, aprovado no valor de 15 mil reais, o que cobriu a maior parte das despesas da atividade. Além da verba advinda do projeto, a ONG SOS Corpo e a Actionaid contribuíram financeiramente para a realização do evento.

No processo de condução do OcupePassarinho, as organizações externas (Actionaid, CMN e SOS Corpo) tiveram um papel de protagonista no direcionamento do evento, delineando, assim, os caminhos que deveriam ser percorridos. Coube à ONG SOS Corpo cuidar da parte política da atividade, principalmente na preparação e realização do Palanque feminista (falaremos a seguir). Observei, a partir das atividades, que a ONG SOS Corpo possui muita habilidade para conduzir o trabalho junto ao GEMP, atuando de forma a respeitar a opinião trazida pelas mulheres do grupo: o SOS Corpo traçou os caminhos, mas permitiu que o grupo os percorresse a partir do que julgava importante.

A Actionaid ficou responsável pela construção da programação do evento, ou seja, se encarregou das questões de logística. Já a CMN, respondeu pela infraestrutura, ficando responsável pela chegada dos oficineiros, dos grupos culturais, pela compra de materiais,

entre outros. A condução feita pela ONG CMN e pela ActionAid, durante o processo, foi marcada por um posicionamento pouco flexível, no qual as propostas apresentadas por essas ONGs sofriam alterações pontuais. “Bom, o ocupe passarinho, pra comunidade, pra o Grupo Espaço Mulher foi muito positivo, né. Foi um pensamento da Casa Mulher do Nordeste que elas fazem questão de tá lembrando 24 horas pra gente, eu já disse pra elas, não precisa lembrar, porque a gente sabe que foi elas que idealizaram[...]” (Entrevista com Fátima, 16/12/15).

Ao GEMP coube a execução das tarefas que foram distribuídas pela CMN, como, por exemplo, fazer o almoço e distribuir água oferecida para os organizadores e contribuintes. O local delegado ao GEMP, na construção do evento, reflete onde este se localiza dentro dessa parceria com as ONGs, pois couberam às organizações o trabalho intelectual e de condução, enquanto ao grupo, um papel secundário e tido como braçal.

Ao estabelecer esse modelo de relação com o GEMP, as ONGs passam a reproduzir uma relação de poder desigual e hierarquizada, que permeia o campo feminista, e reforça a antiga divisão entre as mulheres intelectuais e as mulheres populares.

Entrevistada: Todas, né? Mas, em maioria, mais uma que nas outras, tem uma que é mais, bem assim, bem sabe, é isso aqui é isso aqui... se você não tiver empoderada você só balança a cabeça e vem embora, com a gente é diferente né? Com a gente não, se a gente não concorda, bate o pé e diz a gente tem que fazer isso, isso e isso. Tem que envolver as mulheres em tal canto, assim e assim, porque há relação de poder, elas chegam e como são é ...intelectuais vamos dizer assim, né? E acha que a intelectualidade vai deixar você tímida, mas isso pra gente não influi, o que influi é a solidariedade, é o trabalho igual, né? isso aí influi pra gente, mas vir com superioridade pra gente, a gente corta logo (Entrevista com Evandra, 16/12/15).

A partir da fala da entrevistada, aponto o que Ortner (2006) viria a denominar de poder enquanto dominação e resistência. As ONGs, por ocuparem um lugar de prestígio tanto intelectual quanto financeiro, exercem sobre o grupo uma relação de dominação, determinando o que é certo e errado e quais caminhos devem ser seguidos. Este fator pode se apresentar de distintas maneiras, desde uma fragilidade que o grupo possua para conduzir suas ações sem uma interferência externa até uma recusa ao confronto para que as alianças sejam mantidas. No entanto, apesar das mulheres do GEMP se encontrarem em uma relação desigual, elas possuem resistência quando articulam suas ações e intenções com o objetivo de fazerem seus projetos prevalecerem diante do que lhes é imposto.

Retomando os percursos de construção do OcupePassarinho, preciso ressaltar as atividades que antecederam o dia do evento e denominadas de Pré-Ocupe, contou como as rodas de conversas sobre Agricultura Urbana e Organização de Mulheres, oficina de serigrafia e uma reunião preparatória para o Palanque Feminista. A roda de conversa sobre a Agricultura

Urbana reuniu pais e mães da comunidade com a proposta de realizar uma horta comunitária; já a oficina de serigrafia e a roda de conversa sobre organização de mulheres foram realizadas pelos coletivos Feminismo Agora e Diadorim, e a oficina teve como objetivo confeccionar blusas para serem vendidas no Ocupe Passarinho.

Figura 6: Oficina de Serigrafia



Fonte: Página do facebook do Ocupe Passarinho

Figura 7: Blusa do Ocupe Passarinho



Fonte: Página do facebook do Ocupe Passarinho

A reunião preparatória para o Palanque Feminista foi realizada no dia 03 de outubro de 2015, sendo facilitada por uma representante da ONG SOS Corpo, e objetivava pensar a participação das mulheres do GEMP no Palanque. A reunião contou com 20 participantes e ocorreu no espaço da Associação de moradores.

Figura 8: Oficina preparatória para o Palanque Feminista



Fonte: Da autora

Ao chegar no local da reunião, as mulheres já estavam se organizando para começar a atividade, e a coordenadora do grupo me apresentou à facilitadora. E, após alguns minutos, ela iniciou a reunião. Ela propôs uma dinâmica mais lúdica onde as mulheres fariam uma chuva de ideias sobre o que precisaria ser dito no Palanque; surgiu nesse momento propostas como: falar sobre os problemas da comunidade (falta de água, ampliação do número de escolas, iluminação, melhoria do posto de saúde, entre outros), citar os organizadores do evento e fazer chamamentos para a comunidade participar (D.C.03/10/15).

Percebi que as mulheres do GEMP apresentam maior facilidade em participar quando a proposta apresentada é mais informal, na qual elas podem emitir opiniões livremente; os ambientes mais formais e burocráticos intimidam a participação delas, pois se sentem mais inclinadas à escuta e ao silenciamento.

Após a chuva de ideias, as mulheres se dividiram em subgrupos para produzirem cartazes sobre as demandas encontradas na comunidade, optei por não ficar em nenhum grupo fixo, o que me permitiu circular e observar como se dava a construção dos cartazes. As mulheres debateram sobre os temas e decidiram conjuntamente o que deveria ser colocado. Durante a produção, surgiram lideranças dentro dos subgrupos que guiaram as produções, e a facilitadora, nesse momento, não exerceu nenhum tipo de condução, deixando as mulheres livres para produzirem. Ao final, cada grupo fez a leitura do que foi produzido e colocaram os materiais no meio do círculo, como pode ser visto na figura 10; esse material foi fixado em alguns locais estratégicos no dia do evento.

Figura 9: Grupo de Trabalho



Fonte: Da autora

Figura 10: Material produzido na oficina do Pré-Ocupe do Palanque Feminista



Fonte: Da autora

Além da produção dos cartazes, foi sugerido, pela facilitadora, que a carta política (em anexo), que seria produzida e divulgada no dia do evento, atendesse as demandas elencadas pelas mulheres como questões prioritárias para a comunidade. Visto que, os principais pontos levantados pelas participantes tratavam das demandas encontradas no cotidiano do bairro.

Observei que a atividade preparatória foi relevante no processo de reflexão sobre as principais reivindicações das mulheres e a condução mais flexível construiu um ambiente

favorável para que as mulheres se sentissem pertencentes àquela construção. O evento foi finalizado com um almoço em um restaurante local.

No próximo item, irei apresentar como ocorreu a realização do evento Ocupe Passarinho, realizado no dia 10 de outubro de 2015.

5.1.3O dia do Ocupe Passarinho

Figura 11: Faixa fixada no palco.



Fonte: Da autora

O evento OcupePassarinho movimentou o cenário do movimento feminista na região metropolitana do Recife. Estiveram presentes, no evento, coletivos feministas, ONGs, lideranças do movimento feminista negro, o movimento pelo direito à cidade, universitários, ativistas, entre outros.

O Ocupe tinha dois eixos de reivindicações principais: o primeiro estava voltado para a luta pelo direito à moradia das 5 mil famílias residentes na Vila Esperança e pela melhoria da infraestrutura do bairro; e o segundo eixo de reivindicação fazia os recortes de gênero e raça e discutia o papel da mulher dentro da comunidade de Passarinho e as dificuldades enfrentadas por elas. A ideia do OcupePassarinho foi inspirada no movimento Ocupe Estelita, que estava ligado ao direito à cidade, mas a principal diferença existente entre esses movimentos reside no direcionamento dado pela comunidade de Passarinho, no evento, para as pautas feministas.

Durante o evento, algumas organizações ficaram responsáveis pela facilitação das oficinas, entre elas: a de Agricultura Urbana, facilitada pelo Núcleo de Pesquisas e Práticas Agroecológicas da Geografia/UFPE; oficina de *Stencil* e *Lambe lambe*, realizada dentro de uma perspectiva feminista pelo coletivo *Ou vai ou Racha*; pipa e turbante, facilitada por uma integrante do GEMP. Além das oficinas, a programação contou com mutirão de grafite, realizado pelo coletivo *Cores do Amanhã*, massagem integral e reiki, palanque feminista e uma roda de conversa realizada pela *Marcha de Mulheres negras*. A noite foi reservada para as atrações culturais e contou com a apresentação de um esquete do grupo feminista *Loucas de Pedra Lilás*, com as poesias do coletivo *Controverso Urbano* e com as apresentações musicais do grupo de Hip Hop, *Poder Feminino Crew*, e dos grupos da comunidade, *Coco D'Olorum* e grupo infantil *Coco do Miudinho*, como pode ser observado na programação ilustrada no Quadro 3.

Quadro 3: Programação do OcupePassarinho

Programação do Ocupe Passarinho	
Horários	Atividades
10h – 12h	Brinquedos reciclados
10h – 13h	Mutirão de grafite
10h – 13h	Oficina de Agricultura Urbana e Compostagem
10h – 13h	Massagem integral e reiki
10h – 12h	Oficina de pipa
10h – 12h	Roda de conversa da Marcha das Mulheres Negras
14h – 16h	Oficina de turbante
14h – 16h	Gincana de material reciclado
14h – 16h	Oficina de <i>Stencil</i> e <i>Lambe Lambe</i>
14h - 16h	Oficina de construção de abê
Horário	Apresentações Culturais
15h	Palanque feminista
15h30	Grupo de Hip Hop Poder Feminino Crew
16h	Resultado da gincana da coleta de material reciclado
16h	Lançamento da carta política do Ocupe Passarinho
17h	Esquete teatral das Loucas de Pedra Lilás
17h	Grupo infantil Coco de Miudinho
18h	Controverso Urbano
18h30	Exibições de vídeos
19h	Coco D'Olorum
19h	Samba Download

Fonte: Página do facebook do Ocupe Passarinho.

Ao chegar ao evento, me deparei com um grande número de pessoas divididas entre: a sede do GEMP, utilizada como local de apoio para o evento e para distribuição de água e almoço para a equipe de organização; a praça local, onde estava montado o Palanque feminista, as bancas da feira agroecológica e onde ocorreram as apresentações culturais; e a rua do Marluce Santiago, única escola da comunidade, que serviu para a realização das oficinas. Esses três espaços apresentados encontram-se próximos: a praça fica no centro, a sede do GEMP e a escola Marluce Santiago ficam em ruas paralelas à praça.

Após percorrer todo o local do evento, percebi que, além das mulheres integrantes do GEMP e de algumas lideranças locais, todos os outros participantes da atividade não eram moradores da comunidade de Passarinho, e sim pertenciam a algum grupo participante do evento ou haviam sido convidados por esses grupos através das divulgações realizadas nas redes sociais, como veremos na fala de Fátima:

O ocupe trouxe mais organizações, né? As organizações, muitos jovens das universidade veio através desse projeto, é organizações como a que a gente teve no 8 de março; o coletivo aurora veio através do Ocupe Passarinho e outras organizações é diadorim, feminismo agora, as vadias, tudo veio; a gente já conhecia as meninas, mas nunca tinha vindo em passarinho né, e isso deu um fortalecimento, porque hoje nos locais é: as mulheres de passarinho chegou, querem fazer trabalho com a gente aqui, se oferecem para vir fazer um trabalho aqui, isso o Ocupe Passarinho pra gente foi muito positivo (Entrevista com Fátima, 16/12/2015).

Inicialmente, participei da oficina de construção de abê, essa foi uma escolha aleatória; logo após, fiquei circulando pelas demais oficinas que estavam ocorrendo. Percebi que os moradores de Passarinho, que passavam pela rua, paravam para observar as oficinas que estavam sendo realizadas, mas não participavam, e, passados alguns minutos, seguiam seus caminhos.

A feira de alimentos agroecológicos também não chamou muita atenção. Acredito que em decorrências do preço dos alimentos serem um pouco mais caros que o convencional e ser de difícil acesso aos moradores de baixa renda da comunidade. Os outros artigos vendidos na feira eram blusas, canecas e artesanatos que foram comprados quase que exclusivamente por visitantes.

Figura 52: Feira de produtos naturais



Fonte: Da autora

Figura 13: Oficina de agroecologia



Fonte: Da autora

Figura 14: Foto da realização das oficinas



Fonte: Da autora

Figura 15: Foto do Palanque feminista



Fonte: Da autora

A ausência da população adulta se refletiu ao longo do dia. Durante as oficinas, observei que a predominância entre os participantes era de integrantes dos coletivos e grupos externos a Passarinho e de crianças que moram na comunidade. As integrantes do GEMP, por ficarem responsáveis pela parte operativa do evento, como a entrega de água e almoço, não conseguiram participar das oficinas, ficando a maior parte do tempo na sede do grupo. Ao final do dia, algumas delas se juntaram as demais pessoas para assistir as atrações musicais na praça.

Percebi que a participação da população de Passarinho nas atividades locais tem uma relação direta com o sentimento de pertencimento destes com a proposta em curso. No percurso da construção do evento OcupePassarinho, o esforço para tornar os adultos da comunidade parte do processo foi enfraquecendo. Nas primeiras reuniões, foram traçadas ações para mobilizar a comunidade, como: fazer uma panfletagem porta a porta para convidar a população e explicar o evento, convidar artesões locais para expor suas produções e fazer uma divulgação através de bicicleta de som. Mas apenas a última ação foi efetivada.

Diante desse contexto, observo um distanciamento entre o discurso apresentado na proposta inicial do evento e o que foi se construindo no decorrer da realização do evento. A proposta de tornar a comunidade protagonista desse processo de ocupação dos espaços públicos não se efetivou.

... a divulgação teve e teve muitas reuniões, mas a comunidade nunca foi chamada para discutir o que era Ocupe Passarinho, porque o povo pensava que era outras coisas. A comunidade não se sentiu parte e não participou, veio muita gente de ONG, de Ocupe Estelita, de Universidade, mas a comunidade nem saiu de casa (Entrevista com Evandra, 16/12/15).

Segundo as integrantes do GEMP, além da comunidade não se sentir pertencente ao evento, outros fatores precisam ser levados em consideração enquanto justificativa para a sua ausência. Vejamos a fala a seguir:

Entrevistadora: Como é que você avalia a aderência da comunidade ao Ocupe Passarinho?

Teve pouca, isso aí não foi só no ocupe não, mesmo com qualquer coisa, qualquer ação que a gente faz na comunidade, a população não se envolve; primeiro porque são evangélicos, acho que como a gente trata muito da questão racial, trata muito com o coco, o maracatu é coisa de xangô, de catimbó. Então, a maioria não se envolve, e muitos que não são não gostam, dizem que não tem tempo e isso é coisa de vadia; a gente é chamada de vadia né, na comunidade, que é mulher que não tem o que fazer, que vem conversar besteira aqui, pra muita gente é isso, por mais que conhece, que sabe do trabalho; e, muitas vezes, quando precisa de alguma informação, procura a gente, mas não participa (Entrevista com Fátima, 16/12/15).

Ao demarcar, em sua fala, as ideias que permeiam o imaginário dos moradores de Passarinho acerca das mulheres frequentadoras do Espaço, Fátima traz as categorias de sexo e raça como operadores do campo de disputa local. O estigma de ser mulher e negra em uma sociedade dividida por binarismos, brancos x negros, religiosos x ateus, homens x mulheres, na qual algumas características ocupam locais de prestígios em detrimento de outras, ser mulher e negra as tornam sujeitos de segunda ordem, visto que os sujeitos de primeira ordem são homens, brancos e heterossexuais. Quando atrelamos essas características a outros marcadores de desigualdade, encontramos uma rede de opressão, na qual a religião se torna mais um elemento importante.

A ideia de que as mulheres atuantes no grupo são “vadias” e “desocupadas” decorre da construção de um discurso hegemônico que visa deslegitimar a luta das mulheres. Este se vincula a ideia construída de que a função destinada às mulheres é a de cuidar do lar, do marido e dos filhos. Dessa forma, é relegado à mulher apenas o espaço privado e, quando ela ocupa um lugar na esfera pública, este é desqualificado, sendo somente aceito que uma mulher seja vista fora do âmbito privado se estiver associada à figura de um homem.

A construção da mulher enquanto um sujeito frágil, que requer ter um homem ao lado para protegê-la e prover suas necessidades, contribuiu para a criação de um ideário de feminilidade que coloca a mulher em um local de passividade, no qual o seu corpo atua como objeto das intenções dos outros. No entanto, esse local de fragilidade feminina sempre foi ocupado por mulheres brancas e de classe média, normalmente, essa realidade não acontece em longa escala entre as mulheres pobres e negras (CARNEIRO, 2001).

As mulheres do Grupo Espaço Mulher de Passarinho, em sua maioria, não possuem a figura masculina “protetora” e elas têm suas histórias marcadas pela luta cotidiana por

sobrevivência dentro da comunidade. A ocupação do espaço público se configura como uma forma de resistência e, mesmo sofrendo um reconhecimento parcial da comunidade e dos grupos comunitários, elas se tornam protagonistas na luta cotidiana.

No que tange ao OcupePassarinho, quando as questiono sobre a importância do evento para o grupo, um ponto sempre apresentado está relacionado com a visibilidade atingida pelo grupo após sua realização, pois, anteriormente ao evento, o grupo não possuía uma grande visibilidade no campo feminista local. O evento trouxe, para o grupo, uma possibilidade de diálogo com os outros movimentos e a consolidação de sua rede, ocasionada pela sua visibilidade, de chegar até a esfera governamental.

Para o Grupo Espaço Mulher foi ótimo. Porque antigamente a gente dizia “sou do Espaço Mulher, a gente mora em Passarinho”, aí diziam: “Passarinho fica aonde?” Hoje todo mundo já conhece Passarinho, hoje todo mundo veste a camisa do Ocupe, a gente sempre encontra as pessoas na rua com a camisa do Ocupe, as pessoas ainda procura por essa camisa e isso deu um fortalecimento muito grande, hoje a gente dá mais entrevista do que dava antigamente. E hoje somos muito mais conhecidas, até nacionalmente o grupo está sendo conhecido, e isso foi do Ocupe Passarinho, isso foi positivo. (Entrevista com Fátima, 16/12/15).

Na programação do evento, um momento importante foi o do Palanque Feminista, no qual as mulheres usaram aquele espaço para fazerem reivindicações tanto no campo do direito à cidade como voltadas às questões de gênero, como pode ser visto na Figura 16. A partir do pré-ocupe de preparação para o palanque feminista, elas se dividiram para apresentar as reivindicações no campo da educação, saúde e segurança urbana. O evento foi finalizado com a apresentação da batucada do Bloco Lésbico-feminista Ou vai OU racha e com a apresentação dos grupos artísticos da comunidade, como pode ser visto na Figura 20.

Figura 16: Palanque Feminista



Fonte: Da autora

Figura 17: Bloco Ou vai Ou racha



Fonte: Da autora

Após a realização do evento e em decorrência da sua visibilidade nos meios de comunicação local e no site de várias organizações, o Grupo Espaço Mulher conseguiu agendar uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Recife para apresentar as reivindicações da comunidade e entregar a Carta Política elaborada durante a construção do OcupePassarinho. A carta apresentava entre suas demandas questões ligadas à ampliação da equipe do posto de saúde, construção de uma escola que atendesse ao público a partir do 6º ano, melhoria da iluminação, criação de creche e limpeza do rio, entre outros.

Diante do que foi apresentado, considero o evento OcupePassarinho como uma atividade importante para o fortalecimento do Grupo Espaço Mulher de Passarinho, ao menos, no que tange sua inserção no cenário das organizações externas a Passarinho. No entanto, enquanto ação que visava o fortalecimento e empoderamento da comunidade, acredito que esse objetivo não foi atingido, pois a população de Passarinho permaneceu longe desse processo de construção.

A condução do evento foi realizada pelas ONGs feministas parceiras do GEMP, elas serviram de interlocutoras entre a comunidade e as outras organizações. As organizações ocuparam lugar central na direção política do evento e na estruturação da logística, e coube ao GEMP a execução dos encaminhamentos.

No item seguinte, pretendo analisar como essas relações de parcerias entre o GEMP, as ONGs feministas e a comunidade se configuram em um campo social em disputa.

5.2 “GANHOS” E “PERDAS” NAS PARCERIAS E NA COMUNIDADE

As ONGs atuam como interlocutoras importantes entre a sociedade civil e o Estado. Segundo Scherer-Warren (1996), as ONGs que atuam translocal e transnacionalmente fazem a mediação e a tradução dos problemas locais para configurações simbólicas que podem ser compreendidas no cenário global. As ONGs que operam dessa forma precisam possuir uma dupla identificação: de um lado, elas precisam compreender e se identificar com os grupos locais e com suas percepções do mundo e, por outro, elas precisam estar atentas às concepções mais gerais.

É na interação entre estes dois níveis de interlocução e comunicação que as ONGs desempenham um papel relevante enquanto elos de conexão entre o local e o global. Atuam enquanto tradutores dos problemas, dos anseios, dos pleitos, das expressões culturais locais e das organizações de base, para representações simbólicas globais – expressas em valores universais –, contribuindo para a construção de redes de movimento translocais e transnacionais (SCHERER-WARREN, 1996, p. 13).

Partindo dessa compreensão trazida por Scherer-Warren, refleti sobre a atuação das ONGs Casa Mulher do Nordeste e SOS Corpo no processo de tradução e mediação das demandas apresentadas pelo Grupo Espaço Mulher de Passarinho junto a outras organizações, grupos e ao Estado, tendo como base para análise o evento OcupePassarinho.

No processo de construção das atividades realizadas no evento, coube às ONGs acionar a rede externa, mediar a relação com a mídia (jornais, TV, redes sociais) e estabelecer contato com o Estado. Essa organização foi constituída a partir da formação de comissões mistas, ou seja, formada por integrantes do GEMP e das ONGs, com exceção da comissão de comunicação, formada apenas pelas integrantes das ONGs. Nela a participação do grupo ocorria quando a coordenadora era acionada para representar o GEMP em entrevistas e vídeos de convocatórias para o OcupePassarinho.

Ao grupo, ficou a incumbência de realizar o contato com as lideranças e instituições existentes na comunidade a fim de construir uma rede de apoio para a realização do evento, além de buscar a participação dos moradores. Ao questionar uma das mulheres do grupo sobre a não presença de representantes do GEMP na comissão de comunicação, ela me respondeu “que as ONGs eram mais conhecidas pelos outros movimentos e eles as respeitavam”(D.C. 23/09/15), então isso contribuía para que esses movimentos aderissem à proposta. Ou seja, para as mulheres do grupo, há uma diferenciação entre o GEMP e as ONGs frente a outros movimentos que se constituem através do reconhecimento institucional, que é reflexo da

atuação das ONGs no campo social. Diante disso, aponto para como o capital político de articulação (BONETTI, 2007) é significativo nesse campo, pois ser uma entidade de reconhecimento local a coloca em uma posição de credibilidade diante das demais.

O movimento feminista local funciona na forma de rede (SCHERER-WARREN, 1996), na qual em determinados momentos as organizações e os coletivos se unem em torno de um objetivo comum, ou seja, universalizam uma demanda social de maneira equivalente. Mas é possível que, após um processo de esgotamento dessa demanda equivalente, as particularidades dos coletivos voltem a se tornar os mecanismos norteadores da atuação prática de cada organização e/ou grupo. As redes de movimentos são fortalecidas pelos pontos de convergências, ou seja, por pautas de reivindicações comuns.

O GEMP, em âmbito local, possui uma rede fragilizada, pois apesar de estabelecer um diálogo com a Associação de Moradores da Comunidade de Passarinho, com as lideranças de bairro, com os grupos culturais da comunidade e com boa parte dos moradores, tal aproximação não é suficiente para a construção integrada de ações coletivas. Desse modo, o GEMP utiliza como estratégia para sua consolidação e visibilidade a articulação com outros grupos que possuem a mesma identidade social ou política, sejam eles ONGs feministas ou movimentos sociais de base, que por vezes são coletivos e/ou instituições de outras comunidades.

Nesse processo de construção de uma rede de articulações, é no campo feminista, mais especificamente do feminismo negro, que o GEMP encontra uma maior cadeia de aproximações políticas e de valores. Segundo sua coordenadora, o grupo é “um grupo de mulheres de bairro, de comunidade, feminista e de mulheres negras”(D.C. 09/09/15) ; nesse sentido, tem como uma de suas principais bandeiras a luta contra o racismo. Essa definição apresentada pela coordenadora está presente na pluralidade de bandeiras defendidas pelo grupo, as quais integram o campo dos movimentos populares urbanos, do movimento feminista e do feminismo negro.

No decorrer desta pesquisa, observei que o GEMP dialoga com diferentes organizações. O grupo tinha representação no Fórum de Mulheres de Pernambuco, na Marcha de Mulheres Negras e na Marcha das Margaridas e participava também de agendas pontuais desenvolvidas pelo movimento feminista local, além dos cursos e atividades desenvolvidas no próprio grupo. A participação nesses espaços de representação contribuiu para a visibilidade e ampliação da rede do grupo, constituindo um campo de articulações políticas.

O Ocupe Passarinho é um exemplo do efetivo funcionamento de uma rede de movimentos atuando em torno de um objetivo comum, uma vez que o evento foi construído

por diversos grupos que possuíam especificidades de valores e interesses políticos, sejam eles no âmbito de gênero, ecológico ou de raça. E, mesmo com os diversos posicionamentos, se articularam em torno da pauta e contribuíram para a realização da atividade.

Após a realização do Ocupe Passarinho, identifiquei que o impacto do evento refletiu em proporções distintas para o grupo e para a comunidade. Como veremos na fala a seguir:

Eu achei muito produtivo pro espaço, mas sempre tem um que quer tomar poder daquele assunto. Eu mesmo vi que a comunidade não participou de nada porque não foi, como é que se diz, não teve muita divulgação, teve muitas reuniões, mas não se preocuparam com o povo, com os moradores de passarinho pra participar, porque teve muita gente, mas de fora. Porque o povo da comunidade não, e eu espero que o próximo o povo participe (Entrevista com Evandra, 16/12/2015).

Como já visto na seção anterior, grande parte dos moradores da comunidade de Passarinho não participaram do evento Ocupe Passarinho, no entanto, isso não foi visto com estranheza pelas participantes do grupo que afirmavam que este fato já vinha ocorrendo ao longo da história do grupo. Apesar do GEMP já existir há um longo período na comunidade de Passarinho, notei que o grupo apresenta algumas dificuldades de integração com a comunidade em geral, recebendo maior reconhecimento no espaço externo a Passarinho.

É importante ressaltar que o Ocupe Passarinho foi trazido, nesta pesquisa, como um exemplo que contribui no processo de compreensão do contexto local, mas as relações de ganhos e perdas decorrentes da parceria entre o GEMP, a comunidade e as ONGs se estabelecem para além desse evento e são percebidas, principalmente, na prática cotidiana do grupo.

No transcorrer da pesquisa, pude observar alguns pontos positivos decorrentes da relação do GEMP com as ONGs feministas. Essa parceria é permeada de significados para as integrantes do grupo, e, em um primeiro momento, quando as perguntei sobre a importância dessas parcerias, elas me responderam de prontidão: “É bom porque traz projetos pra gente aprender”(D.C. 19/08/15). Mas observei que as necessidades dessas parcerias vão além da concretude dos projetos, o GEMP precisa estabelecê-las para a sua existência enquanto movimento de resistência, pois lhes falta equipe qualificada e estrutura física. Além das ONGs contribuírem na questão estrutural, elas colocam o grupo no cenário do movimento feminista local, o que contribuiu para o seu reconhecimento entre os outros grupos e organizações.

A parceria com as ONGs possibilitou ao GEMP adentrar o campo do movimento feminista e estabelecer uma rede de articulações com outros grupos, coletivos e organizações, pois, dentro do campo feminista local, ser reconhecido pelos outros grupos como parte integrante do campo é importante para a legitimação de suas ações. Assim, as ONGs

contribuíram para que o GEMP e suas integrantes se sentissem pertencentes a esse campo de atuação política.

Em contrapartida, a parceria que o GEMP estabelece com as ONGs é permeada por relações de poder, na qual as ONGs ocupam um lugar de prestígio e destaque. Durante as reuniões de preparação e no dia do evento do Ocupe Passarinho, pude observar o protagonismo desempenhado pelas organizações na construção da estrutura e logística do evento e na sua condução política. No decorrer dessa construção, em determinados momentos, as ONGs se confundiam com os movimentos sociais por se apresentarem como os principais interlocutores dos problemas existentes na comunidade de Passarinho.

As ONGs atuantes no GEMP, apesar de terem suas origens dentro de um mesmo princípio, acessam o grupo de formas distintas. Observo que a CMN, ao campo estudado, se configura como uma organização mais tecnicista, que atua na execução pragmática dos projetos. Já a ONG SOS Corpo pareceu ser uma organização mais política e com melhor desenvoltura para trabalhar com o movimento de mulheres populares. Porém, ambas conduzem o grupo, mesmo que em âmbitos distintos.

As dificuldades apresentadas na do grupo perante as organizações também emergiu durante as entrevistas. Vejamos:

A única diferença que tem é que nós não temos estatuto e quando a gente quer fazer um projeto, por exemplo, a gente tem que depender de uma organização que tenha o CNPJ, né? E aí é questão de parceria, e aí é difícil porque muitos grupos, muitas organizações, acha que o grupo de mulheres que tava na comunidade são um bando de mulher burra, besta, que não sabe de nada. Então, a gente pega essas mulheres, faz esse trabalho e fica por isso mesmo. Mas quando as mulheres tá empoderadas, aí é diferente (Entrevista com Fátima, 16/12/15).

Há o reconhecimento de uma relação de dependência que parece desvantajosa para o GEMP, uma vez que prejudica sua autonomia em procurar recursos e pautar suas prioridades. Isso se reflete na percepção de pouca valorização dos grupos de mulheres comunitários, o que pode ser considerado um fator importante para um outro aspecto evidenciado no OcupePassarinho, que foi a pouca participação da comunidade. A crítica direcionada, durante a entrevista, para os projetos e ações desenvolvidas pelas ONGs dentro do GEMP que não geram o fortalecimento da luta da comunidade, apresenta-se como outro ponto conflituoso nessa relação. Pois, por vezes, os projetos atendem uma demanda da agenda geral dos órgãos financiadores e não da própria comunidade.

...a gente ganha, mas ao mesmo tempo a gente perde, porque quando você passa a fazer um projeto em nome de um grupo e esse grupo não participa de nada, aí você perde muito. Porque até a confiança você perde, entendeu? Aí tem umas que sabem como levar a gente, e outras que só quer usar o nome de grupo, isso é chato (Entrevista com Evandra, 16/12/2015).

Tudo isso me leva a considerar que há uma relação assimétrica e desigual entre o GEMP e as ONGs, na qual o grupo ocupa um lugar secundário nessa relação. Em que pese todo o modo de funcionamento das ONGs, que se transformaram em grupos fortes e com credibilidade para a obtenção de financiamentos e execução de projetos, há problemas apontados na relação de convivência com grupos excluídos que parecem insatisfatórios aos olhos do GEMP, quer seja no reconhecimento social de determinados grupos excluídos, seja a execução de projetos que visem fazer as políticas públicas chegarem até onde o Estado não consegue alcançar. Os meandros dessa relação, embasada numa troca que visa fortalecer a ambas pode desencadear o enfraquecimento da autonomia e da liberdade do grupo para o qual a intervenção foi destinada.

Portanto, as relações entre o GEMP e as ONGs parceiras apresentam ganhos e perdas, cabendo refletir se os ganhos (estruturais) são maiores que as perdas (autonomia e legitimidade) para o grupo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso para a finalização deste trabalho, sinto que um leque com novas possibilidades de pesquisa se abrem e emergem novos questionamentos. Ao longo desta pesquisa, busquei compreender os meandros da relação entre o movimento de mulheres de bairro e o movimento feminista institucionalizado. Compreendo que essa relação é cercada de tensões e de uma constante negociação, na qual ceder, em alguns momentos, significa ganhar.

A institucionalização do movimento feminista é visto por dois ângulos distintos. O primeiro compreende ao o surgimento das ONGs que possibilitou a construção de um canal de comunicação entre o movimento social e o Estado, que passou a não ser visto como o inimigo. As ONGs também possibilitaram a ocorrência de uma maior injeção de capital internacional para financiamento de ações voltadas para as problemáticas sociais e contribuíram para que as políticas sociais cheguem a uma população que não conseguia ser atingida pelo Estado.

O segundo ângulo envolve os apontamentos voltados para a crítica à institucionalização do movimento feminista que acarretou em um distanciamento do movimento social de base. As militantes que migraram para as ONGs se tornaram técnicas na construção de projetos voltados para as questões de gênero, abandonando, assim, a militância cotidiana. Dentro desse cenário, as ONGs, muitas vezes, se tornaram uma extensão do Estado na execução de políticas públicas para as mulheres pobres.

As organizações internacionais e o Estado são as principais fontes financiadoras das ONGs. Essa relação entre essas esferas apresenta alguns problemas, mas compreendo que o principal deles é o direcionamento que os órgãos financiadores acabam exercendo sobre a agenda do movimento feminista. Isso se efetiva por meio dos editais publicados, pois esses estabelecem os eixos de discussões que devem ser priorizados e atendem a um projeto neoliberal, que não visa o empoderamento e a construção de uma sociedade igualitária (NOVELLINO, 2006).

Assim, se por um lado pensamos nas ONGs como estruturantes do movimento feminista, por outro, podemos vê-las como aliadas a um projeto político dependente de linhas e pautas de financiamento externas aos movimentos sociais de base, como o GEMP, exercendo mais o controle e adestramento desses movimentos, do que a promoção de autonomia e igualdade

Segundo a ABONG, em Pernambuco existem 28 ONGs cadastradas, das quais 08 organizações executam trabalhos voltados para a questão da mulher, atuando nos eixos de direitos humanos e autonomia econômica e política. As ONGs que atuam com a questão da mulher, em sua maioria, têm suas ações voltadas para as mulheres das camadas mais pobres da população.

Na verdade, pela mudança progressiva que acompanha o agravamento da crise econômica dos anos 80, o discurso do feminismo de setores populares transformou as mulheres dos setores populares em mulheres pobres, depois em “pobres mulheres”, a quem é urgente fornecer soluções imediatas e, se possível, orçamentos, políticas e leis. Por trás do discurso de responsabilidade para com a realidade social, os novos promotores de ONGs se especializaram e se profissionalizaram, seguindo de alguma forma a virada “humanitária” e às vezes “imediatamente” do resto do setor das ONGs (FALQUET, 2002, p. 108. In: CISNE).

Segundo Novellino (2006), as ONGs feministas, ao longo de suas histórias, estabeleceram relações com os movimentos de mulheres de bairro/base tidos como o público alvo de suas intervenções. Essa relação, no entanto, criou uma hierarquização entre as feministas profissionalizadas, em sua maioria mulheres brancas, de classe média e intelectuais, e as mulheres dos movimentos populares, predominantemente negras, pobres e com pouca escolaridade.

Aponto para o fato de que a hierarquização apresentada por Novellino (2006) encontra-se presente no campo desta pesquisa. A relação de parceria existente entre o GEMP e as organizações não governamentais que desenvolvem ações em sua sede é permeada de assimetrias.

Dentro dessa arena de negociação, refletir as relações estabelecidas entre as ONGs e o GEMP é fundamental para pensarmos em como ocorre a construção da identidade política do grupo. Essa identidade é constituída por meio de discursos que se contrapõem e por formas distintas de atuação e organização. É na ação prática do cotidiano que a identidade política do grupo vai se solidificando e, nesse processo, as lideranças do GEMP também vão surgindo e se fortalecendo.

As lideranças do GEMP não se destacam por possuírem características como carisma e diplomacia, e sim por terem posicionamentos firmes e capacidade de articulação política. Apesar dos esforços realizados pela coordenação do grupo, observo que características como formação acadêmica, boa oratória e experiência na militância são mais valorizadas e, assim, colocam as representantes das ONGs em um lugar privilegiado.

Nesse contexto, se fortalece a presença de alguns binarismos, como: “nós” x “elas” e o local x o nacional. O “nós”, mulheres do Grupo Espaço Mulher de Passarinho, que exercem seu ativismo político popular em meio a situações precárias em decorrência da escassez de

estrutura financeira e de recursos humanos, e o “elas”, mulheres das ONGs feministas, que recebem financiamentos internacionais e do Estado para sua profissionalização e manutenção de seus projetos e sedes.

No plano do local x nacional, podemos observar que as demandas apresentadas pelo GEMP estão diretamente associadas às bandeiras levantadas pelos movimentos populares urbanos, ou seja, melhoria na infraestrutura e na oferta de serviços públicos. Além disso, o grupo também engloba bandeiras do campo do movimento feminista e do feminismo negro, como direito à creche, combate à violência doméstica e combate ao racismo. Os debates e ações em torno da discussão de raça são apresentados como a principal bandeira feminista do grupo, o que decorre de sua filiação aos ideários do movimento feminista negro. As pautas mais gerais do movimento feminista também são defendidas por algumas lideranças do GEMP, mas a demanda local se sobressai à nacional.

As ONGs feministas possuem projetos voltados para discussões que priorizam o debate no cenário nacional e internacional, o que acaba por secundarizar as demandas locais. Ao atender as perspectivas dos órgãos financiadores (instituições internacionais e Estado), as ONGs passam por um processo de redefinição do seu objetivo principal, que é atender ao seu público-alvo e criar condições para que os problemas apresentados possam ser superados.

O grupo, diante do contexto apresentado, se torna um receptor de projetos e, muitas vezes, não consegue construir um ambiente adequado para legitimar e fortalecer a sua luta. Isso tem como consequência a constituição de novas formas de dominação, pois as mulheres além de sofrerem a opressão de gênero decorrentes do machismo, passam a sofrer com a hierarquização presente no interior do movimento, como também em relação aos coletivos institucionalizados.

Se por um lado as ONGs atuantes em Passarinho oferecem ao grupo condições materiais para seu funcionamento, por outro, elas constroem uma relação de controle político, na qual suas ações estão diretamente ligadas aos encaminhamentos dados pelas ONGs. A constituição do Espaço Mulher de Passarinho enquanto um grupo é reforçada pelas instituições parceiras, que compreendem a possibilidade do grupo se tornar uma ONG como problemática e como possível motivadora de cisões, pois, ao ocupar esse "novo" lugar, o GEMP se tornaria um concorrente na busca por projetos.

No entanto, é importante salientar que, dentro desse campo de parcerias, as ONGs se comportam de formas distintas, exercendo maior ou menor pressão sobre o grupo. No caso das ONGs que estiveram mais presentes ao longo da pesquisa de campo, CMN e SOS Corpo, percebi que ambas possuíam formas de condução diferentes. A ONG SOS Corpo estava mais

ligada à condução política do grupo e pareceu ter uma relação menos conflituosa e mais colaborativa; as atividades e intervenções realizadas por ela eram direcionadas à realidade do grupo e, como consequência, eram mais aceitas pelas integrantes do grupo. Apesar de ter sido informada de que o SOS Corpo havia tido uma forte presença no grupo durante a execução de seus projetos, percebi que sua posição menos diretiva reduzia as tensões emergentes. Já a relação do grupo com a ONG CMN era cercada por conflitos, pois a organização, apesar de não ser a principal referência política das integrantes do grupo, influenciava a prática cotidiana do GEMP, principalmente através de projetos nos quais a CMN e GEMP participaram conjuntamente, como, por exemplo, no OcupePassarinho.

Diante do exposto, alguns questionamentos surgem: Qual a relação que as ONGs estabelecem com os órgãos financiadores? Em que medida as relações de parceria do grupo com ONGs contribuem para o fortalecimento do grupo ou para o seu controle e subalternização? Quais as possibilidades de agência transformadora dentro do contexto no qual o GEMP está inserido?

Pode-se dizer que a relação entre ONGs e agências financiadoras é perpassada por dimensões políticas, econômicas e sociais, e esses atravessamentos são resultado do novo cenário instaurado a partir do processo de redefinição da sociedade civil e sua relação com o Estado. Nesse sentido, é importante ressaltar as características principais de reestruturação das políticas de financiamento e apoio às ONGs, são elas: a alteração dos programas, que antes possuíam um caráter essencialmente assistencialista e agora assumem um modelo direcionado à geração de renda ou aos recursos financeiros, e a reelaboração simbólica das funções políticas dos grupos a que são destinados os recursos.

A partir dessas configurações, as ONGs se consolidam através do processo de intermediação entre o Estado e as comunidades organizadas, legitimando algumas demandas levantadas pelos movimentos sociais, e, em contrapartida, institucionalizando as formas de participação social, com a regulamentação da representatividade da sociedade civil. Desse modo, as ONGs passam a ser o espaço de desenvolvimento de projetos com a comunidade organizada, seguindo as orientações dos órgãos financiadores internacionais e nacionais, tornando-se interlocutores privilegiados na relação sociedade civil — espaço público. E na construção de uma agenda política, as formas de participação direta acabam por serem institucionalizadas, enfatizando áreas temáticas particularizadas e atores sociais coparticipantes das ações estatais.

Hoje as arenas de negociação estão normatizadas e a institucionalidade da relação sociedade organizada-poder público é um fato. As agendas dos órgãos públicos necessariamente contemplam a interação com a sociedade civil, mas esta integração

ainda ocorre segundo os interesses e regras estabelecidos pelas elites ou grupos que estão no poder (GOHN, 2006, p. 318).

À medida que as instituições financiadoras estabelecem como devem ser os projetos e até que ponto eles podem ir, utilizando como mecanismo o estabelecimento de áreas temáticas, valores, formato e composição das equipes, há uma repercussão direta na atuação das ONGs junto aos grupos. Assim, na lógica do funcionamento empresarial, as ONGs precisam apresentar resultados dos trabalhos desenvolvidos, o que acaba por distanciá-las da sua função prioritária, que seria a construção da autonomia e do crescimento do público ou grupo atendido, e as aproximam da lógica mercadológica de produção de resultados quantitativos.

As ONGs que atuam em Passarinho não fogem a essa lógica de funcionamento, pois os projetos direcionados ao Grupo Espaço Mulher de Passarinho atendem mais aos editais lançados pelos financiadores do que as demandas apresentadas pela comunidade. Dessa maneira, o processo de fortalecimento do grupo está condicionado a questões que perpassam o ambiente local e as possibilidades que o grupo possui de exercer sua agência dentro dessa estrutura é limitada e parcial, ou melhor falando, a capacidade de transformação do grupo dentro desse contexto é realizada com dificuldade e muitas vezes não é alcançada.

Apesar da relação entre o GEMP e as ONGs parceiras apresentarem pontos positivos, no que tange, principalmente, à manutenção das atividades do grupo, é importante estar atento a como isso pode reproduzir, em um contexto local, relações de dominação e controle postas em um cenário global, o que acaba por estabelecer relações hierárquicas dentro do campo feminista, no qual as organizações possuidoras da melhor estrutura e do maior capital financeiro acabam por subalternizar os grupos de mulheres populares.

Isso me leva a apontar a necessidade de alteração na forma como essas relações entre as ONGs feministas e os grupos de mulheres estão se estabelecendo, além de uma autorreflexão cuidadosa, necessária para que, nessas parcerias, não sejam geradas outras formas de opressões ou a reprodução das formas já existentes.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Karla Galvão. Encontros do feminismo. Uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia. 2008. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina. 2008.
- ALBERNAZ, Lady Selma F. Feminismo, porém até certo ponto: Representação do feminismo no contexto das práticas profissionais e de gênero. 1996. 229 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.
- ALBERNAZ, Lady Selma F. e ADRIÃO, Karla Galvão. Feminismo e Antipatizantes: Mudanças corroboradas, movimentos e agentes refutadas, 2003.
- ALVAREZ, Sônia E . e Col. “Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 11, n. 2, 2003.
- ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BONETTI, Alinne de Lima. *Não basta ser mulher, tem que ter coragem: Uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife-PE*. 2007. 261f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2007.
- BONETTI, Aline de L. Antropologia Feminista: O que é esta antropologia adjetivada?. In: _____. (Org.). Antropologia, mulheres e feminismo. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 53-67.
- BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. Revista Estudos Feministas, nº 3, p. 458-463, 1995/2.
- BONETTI, Alinne de L. As Arapiracas do Feminismo: campo político feminista, alteridades, gênero e poder. Revista TOMO, São Cristóvão, nº 12, jan./jun. 2008.
- BONETTI, Alinne de L. Etnografia, gênero e poder: Antropologia Feminista em Ação. Mediações, Londrina, v. 14, n.2, p. 105-122, Jul/Dez. 2009.
- BUARQUE, Cristina. A representação das mulheres em Pernambuco: uma excessiva minoria. In: As eleições de 2004 e a representação política das mulheres no nordeste. Cadernos Feministas de Economia e Política, n. 1, Recife, 2005.
- BUARQUE, Cristina. Preparando a campanha para vereadoras e prefeitas de Pernambuco. Cadernos Feministas de Economia e Política 1, Recife, 2004.
- BUARQUE, Cristina. Introdução ao Feminismo. In: Gênero e Política. Alagoas, p.11-36, 2006.
- CAMURÇA, Silva: SILVA, Carmen. Feminismo e Movimentos de Mulheres. SOS Corpo, Recife, 2010.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Revista Lola, nº 16, Espanha, 2001.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. In: Estudos Avançados, n. 17 (49), p. 117-132, 2003.

CISNE, Mirla. Feminismo e consciência de classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014.

DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução a antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

DANTA, Suzana M. O Feminismo e suas diferenças: O estudo sobre o Fórum de Mulheres de Pernambuco. 2002. 195 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

LEITE, Jäder F. e DIMENSTEIN, Magda. Militância política e produção de subjetividade: o MST em perspectiva. Natal: EDUFRN, 2011.

GEERTZ, Clifford. Obras e Vidas – o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: 3ª Ed. UFRJ, 2009.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

GOSS, Karine P. e PRUDENCIO, Kelly. O Conceito de Movimentos Sociais Revisitado. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, v.2, nº 1, p. 75-91, jan./jul., 2004.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: Cadernos Pagu, nº 5. Campinas: Unicamp, 1995. pp. 7-41.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. Revista Estudos Feministas, n. 1, p. 7-31, 1º semestre, 1993.

HOOKS, bell. Black women: shaping feminist theory. In JAMES, Joy, SHARPLEY-WHITING, T. Denean. *The black feminist reader*. Malden-Oxford: Blackwe, 2000.

IBGE. Censo demográfico 2010. Cidades; população. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=261160#>. Acesso em 10/02/2016.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo em movimento. São Paulo: Francis, 2010.

MOORE, Henrietta. L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. Cadernos Pagu. São Paulo: Campinas, nº 14, pp. 13-44, 2002.

_____. Understanding sex and gender. Companion encyclopedia of anthropology. London: Routledge, p. 813-830, 1994.

MOUFFE. Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. Política & Sociedade: revista de sociologia política. v.1.n.3, Florianópolis: UFSC. ed. Cidade Futura, 2003.

MOUFFE, Chantal. O regresso do político. Ed. Gradiva. Lisboa, 1996.

MORREIRA, D.A. O método fenomenológico na pesquisa. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002.

MÜLLER, Cíntia Beatriz. Teoria dos Movimentos Sociais. Curitiba: Intersaberes, 2013.

NOVELLINO, Maria Salet F. As Organizações não governamentais (ONGs) feministas brasileiras. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Minas Gerais: Caxambú, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Ver, ouvir escrever*. In O Trabalho do Antropólogo. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp. 220 pp. 1998.

ORTNER, Sherry. Subjetividade e Crítica Cultural. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p.375-405, jul/dez. 2007.

_____. Entrevista. Ver. Cadernos Pagu. São Paulo, ano 2006, nº27, p.427- 447, jul./dez.

ORTNER, Sherry. “Uma Atualização da Teoria da Prática” e “Poder e projetos: Reflexões sobre a Agência”. Grossi, Miriam Pillar *et alii* (Orgs.). In: Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas. Blumenau, Nova Letra, 2007.

PAIS. Machado. Vida cotidiana: enigmas e revelações. Ed. Cortez, 2003.

PEDRO, Joana M. Narativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 249-272, 2006.

PEIRANO, Mariza. A favor da etnografia. In. A favor da etnografia. Rio de Janeiro-RJ: Relum e Damara, 1995, p. 31-53.

PINTO, Céli R. J. Feminismo, história e poder. Revista de Sociologia Política, v.18, nº36, p. 15-23. Curitiba, junho, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>. Acesso em: 15/07/2015.

_____. Uma História do Feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SARTI, Cynthia. O Feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. Estudos Feministas, Florianópolis, número 12. Maio/agosto, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo. Boitempo, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. ONGs: os novos atores da “aldeia global”. Paper apresentado no GT01 Cidadania, conflito e transformações urbanas, na XX Reunião Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, out. 1996.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

VELHO. Gilberto e KUSCHNIR. Karina. Pesquisas Urbanas: desafio do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.

YANNOULAS, S. C. (1994). "Iguais mas não idênticas". Estudos Feministas. Rio de Janeiro, Ano 2, vol. 2, nº 3:7-16, jan/jun.

ANEXO A – Carta Política do Ocupe Passarinho

Carta Política da Comunidade de Passarinho

A ação Ocupe Passarinho, realizada neste dia 10 de outubro, mostra que a comunidade está viva, organizada e atuando por uma comunidade melhor. Passarinho é o lugar da gente, onde moramos.

Ocupe Passarinho é uma chamada para que toda a comunidade, moradores e moradoras, de todas as idades, se sintam parte deste lugar, atuem para fazer deste lugar um lugar cada dia melhor!

Passarinho veio do Morro da Conceição e cresceu rápido. Tudo que existe de bom é fruto de muita luta de moradores e moradoras, principalmente, das mulheres.

Mas os problemas são muitos:

– Tínhamos um rio que era lugar de lazer, hoje poluído pela falta de um sistema de esgoto. A beira do rio foi ocupada por casas, bares e mercados e a mata está sendo destruída;

– Estamos no atraso dos serviços públicos de saneamento, coleta de lixo e abastecimento d'água;

– Equipamentos de lazer e esportes são ausências importantes: falta uma academia da cidade, falta um campo de futebol, falta uma quadra esportiva;

- Na educação: o sistema de ensino é precário, temos mais de 150 crianças com idade para estar em creche, mas não temos creche. A única escola municipal não tem professores em número necessário nem instalações adequadas. Faltam também escolas que atendam o ensino fundamental II e o ensino médio, e por isso, os/as jovens precisam se deslocar para outras comunidades.;

– A pré-escola funciona na associação de moradores, local inadequado, sem espaço para recreio, nem banheiros adequados. Uma escola assim não contribui para o futuro e o presente destas crianças que, na idade pré-escolar, precisam de muita atividade de recreação para garantir seu desenvolvimento. Precisamos que exista um espaço para as atividades escolares, liberando, assim, o espaço da Associação para as atividades da comunidade;

- Na saúde: os dois PSFs, um em Passarinho alto e outro em Passarinho baixo, funcionam de forma precária. Instalações sujas, falta de medicamentos e até de curativos, sem Agentes Comunitárias de Saúde na visita de rotina às moradias. Há áreas inteiras de Passarinho que estão “descobertas” por estes postos, e pessoas não têm onde serem atendidas, quando o direito do usuário do SUS é universal;

- Na moradia: a Vila Esperança, área de ocupação, foi declarada como área de Interesse Social para fins de Habitação, porém, precisamos garantir o direito a ter onde morar para todas as famílias que ali vivem, acelerando com urgência o processo de regularização fundiária;

- Na mobilidade: precisamos de uma nova ponte que liga a Vila Esperança a Vila Nossa Senhora da Conceição para garantir segurança na mobilidade das crianças à escola, e adultos, especialmente, os idosos;
- Problemas de iluminação pública tornam o deslocamento na comunidade durante a noite inseguro, limitam nosso direito de ir e vir na comunidade, especialmente, as mulheres;
- As duas linhas de ônibus Dois Unidos/Torre e Ti Xambá/Alto da Bondade não nos levam à integração da Macaxeira. Precisamos de uma linha de ônibus até a Macaxeira;
- Geração de Renda: Passarinho não é beneficiado com nenhuma política ou programa para geração de renda, principalmente, para as mulheres!

Nossas demandas:

Para Secretaria de Saúde do Recife:

- Equipes de saúde cumprindo visita aos/as moradores/as;
- Medicamentos básicos para hipertensos e diabéticos/as nos PSFs;
- PSFs atendendo toda a comunidade.

Para Secretaria de Educação do Recife e Estadual:

- Melhoria nas instalações da Escola Municipal;
- Pré-escola e creche em prédio próprio e adequado a faixa etária das crianças, garantindo este direito a todas as crianças da comunidade, funcionando das 7 às 20 h;
- Trazer ensino médio para a comunidade;
- Construção de creches.

Para Secretaria de Transporte do Recife:

- Colocar a linha Bola na Rede /Macaxeira entrando em Passarinho;
- Criar linha para Macaxeira;
- Diminuir tempo de espera do Beberibe/Espinho;
- Dois Unidos/Derby deve fazer integração em Joana Bezerra;
- Trocar a linha Dois Unidos/Torre por linha convencional.

Para CEHAB:

- Acelerar o processo de Regularização Fundiária da Vila Esperança.

Para a Coordenação do PREZEIS:

- Transformar a área de Passarinho em ZEIS.

Para Secretaria de Infraestrutura/ EMLURB:

- Construir uma praça na ocupação e melhorar a praça que hoje já existe na Vila Nossa Senhora da Conceição;
- Saneamento da Vila Esperança e da Vila N. S. da Conceição;
- Colocar um corrimão nas escadarias;
- Melhorar e aumentar a iluminação pública, principalmente, na Vila Esperança;
- Incluir um Semáforo em frente à Escola Marluce Santiago e faixa de pedestres.

Para Secretaria de Meio Ambiente:

- Despoluição do Rio Passarinho;
- Campanha de conscientização sobre educação ambiental para tratamento e coleta seletiva do lixo;
- Incluir postos de Coleta Seletiva;
- Ações educativas voltadas para Agricultura Urbana para melhorar a segurança alimentar e a convivência com o verde;
- Tornar a Mata de Passarinho uma área de proteção ambiental.

Para Secretaria de Defesa Social:

- Aumentar atividade da Patrulha do bairro, melhorando o atendimento com treinamento para lidar principalmente com jovens e as mulheres de forma mais humana;
- Instalar câmeras de segurança.

Para Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social:

- Oferta de programas de geração de renda para a comunidade, especialmente, as mulheres!

Pelos Direitos dos Moradores e Moradoras de Passarinho! Pelo fim do Machismo, Racismo e da LGBTfobia! Por uma comunidade para todas e todos!

Passarinho, 10 de outubro de 2015.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

Roteiro de Entrevista

- **Dados Pessoais:**

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

Estado Civil:

Nº de filhos:

- **Sobre o Grupo:**

Conte-me como foi sua chegada ao grupo.

Quanto tempo você faz parte do GEMP?

Qual a importância do grupo para você?

Você acha que o grupo contribuiu para alguma mudança na sua vida?

- **Feminismo:**

Você é feminista?

O que você entende por feminismo?

Você conhece as bandeiras feministas? Quais bandeiras você conhece? Você concorda com elas?

OBS: Citar as outras bandeiras que ela parece não conhecer. O que acha sobre elas?

Bandeiras do Movimento Feminista:

- Direitos sexuais e reprodutivos (aborto, acesso a métodos contraceptivos, direito ao corpo, entre outros);
- Combate a violência doméstica;
- Igualdade salarial;
- Luta para que as mulheres ocupem espaços de poder público;

Feminismo negro:

Você se considera uma feminista negra?

O que é ser feminista negra?

Você conhece as bandeiras feministas do feminismo negro? Quais as diferenças que você percebe entre o movimento Feminista e o Feminismo Negro?

Bandeiras do Movimento Feminista Negra:

- Luta anti-racista (Valorização da identidade negra, dissociação da imagem da mulher negra com sexo, entre outros);
 - Creche;
 - Reivindicações por serviços públicos e infraestrutura: Saúde, educação, moradia, segurança; ruas causadas, coleta de lixo, água, energia.
-
- **O Grupo Espaço Mulher de Passarinho e os parceiros**
 Como você avalia a relação do GEMP com Casa Mulher do Nordeste?
 Como você avalia a relação do GEMP com ActionAid?
 Como você avalia a relação do GEMP com SOS Corpo?
 Como você avalia a participação do GEMP no Fórum de Mulheres de Pernambuco?
 Como você avalia a participação do GEMP na Articulação do Movimento de Mulheres de Bairro?
 - **Quais foram suas impressões sobre o Ocupe Passarinho?**
 - **Você gostaria de falar mais alguma coisa?**